

III SEMINÁRIO BRASIL-NORUEGA
SOBRE PAZ E RECONCILIAÇÃO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



*Ministro de Estado
Secretário-Geral*

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Gilberto Vergne Saboia

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor

Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

III Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação



Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas
Mariana Alejarra Branco Trancoso

Revisão:

Júlia Lima Thomaz de Godoy

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem

Impresso no Brasil 2011

III Seminário Brasil-Noruega sobre paz e reconciliação. –
Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
132p.

ISBN: 978.85.7631.341-0

1. Conflitos Internacionais. 2. Diplomacia.
3. Manutenção da Paz.

CDU 327.3(81:481)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva
– CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei
nº 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

1 – Apresentação, 7

José Vicente de Sá Pimentel

2 – Brasil e Haiti: parceria em busca de um futuro melhor, 11

Antonio José Ferreira Simões

3 – O desenraizamento e a desapropriação do povo palestino desde 1948, 29

Arlene E. Clemesha

4 – Paz e Reconciliação, 47

Carlos Alberto dos Santos Cruz

5 – A Reconstrução do Haiti: novos desafios para cooperação regional e o papel do Brasil, 63

Monica Hirst

6 – A Revolução Egípcia e o Caminho da Paz no Oriente Médio, 79

Nagib Nassar

7 – A política Externa Brasileira para o Oriente Médio: Diplomacia e Força, 93

Norma Breda dos Santos

8 – Haiti e os projetos de desenvolvimento: entre o isolamento e a ocidentalização, 109

Renata de Melo Rosa

1 – Apresentação

*Embaixador José Vicente de Sá Pimentel*¹

Os governos do Brasil e da Noruega decidiram, em 2003, criar um mecanismo bilateral, no formato de Seminários alternados em Brasília e em Oslo, para promover um intercâmbio de experiências e percepções, bem como identificar meios e modos de cooperação possíveis na promoção da paz, segurança e desenvolvimento internacionais. O I Seminário realizou-se, em 7 de outubro de 2003, em Brasília, quando da visita do Rei Harald V e teve como tema “Paz, Mediação e Reconciliação”. O II Seminário realizou-se no dia 14 de setembro de 2007, em Oslo, por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Noruega, e tratou, entre outros assuntos, do Oriente Médio e do Haiti.

Este volume focaliza a terceira edição do Seminário, realizada em 30 de março de 2011, no Palácio Itamaraty, em Brasília, cujo tema foi: “Perspectivas sobre Paz e Reconciliação – construção da paz no Oriente Médio e no Haiti”. Participaram dezessete especialistas, acadêmicos, funcionários governamentais civis e militares e membros da sociedade civil do Brasil e da Noruega. Seus trabalhos foram apresentados em duas sessões de debates, a primeira sobre “Paz, conflito e mudança política no Mundo Árabe e no Oriente Médio” e a segunda sobre “Construção da Paz no Haiti: desafios e oportunidades para o desenvolvimento da paz”.

¹ Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais - IPRI/FUNAG.

O Seminário foi organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), seu Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e o Norwegian Peacebuilding Center (NOREF). O Presidente da FUNAG, Embaixador Gilberto Vergne Saboia, e o Ministro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Internacional da Noruega, Erik Solheim, co-presidiram a sessão de abertura. O então Diretor do IPRI, Embaixador Carlos Henrique Cardim, e o Diretor-Geral do NOREF, Doutor Mariano Aguirre, moderaram, respectivamente, as sessões de debate sobre “Paz, conflito e mudança política no Mundo Árabe e no Oriente Médio” e “Construção da Paz no Haiti: desafios e oportunidades para o desenvolvimento da paz”. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Gahr Støre, fez pronunciamento na sessão de encerramento do Seminário.

Paz, Conflito e Mudança Política no Mundo Árabe e no Oriente Médio

Nesta sessão, os debates foram iniciados por Kristian Berg Harpvikenum, Diretor do Peace Research Institute of Oslo (PRIO), que identificou no mundo de hoje tendências no sentido de um certo declínio da Europa, do fim da hegemonia norte-americana e da emergência de novas potências globais, sendo China, Índia, Brasil, Turquia e Indonésia as mais notáveis.

A primavera árabe foi objeto de amplas considerações nos debates subsequentes. A recente intervenção da OTAN na Líbia foi caracterizada como o primeiro exemplo de intervenção justificada pela responsabilidade de proteger uma população civil de seus próprios governantes. O episódio abre especulações sobre o princípio da soberania neste mundo em processo de mudanças e sobre o dilema entre soberania estatal e intervenções internacionais. A intervenção na Líbia gerou discussões também sobre questões tais como a democracia e os modelos políticos alternativos, o liberalismo e outros regimes econômicos e ainda sobre o tratamento a ser dado a criminosos de guerra no século XXI.

Nesse contexto, os acontecimentos no Egito foram considerados como particularmente importantes. Várias características das recentes manifestações naquele país foram ressaltadas: equivaleriam a uma revolução, que levaria a uma grande transformação social, ou a uma revolta popular, motivada por uma conjuntura desfavorável? A exposição

dos jovens egípcios à educação e à Internet seria suficiente para assegurar as reformas político-econômicas adequadas? O foco dos protestos recairia em questões domésticas ou internacionais? A inexistência de um líder específico; a emergência de novas forças políticas; as instituições militares; a reduzida participação de mulheres na liderança dos protestos; a participação do chamado “movimento 6 de abril” e da esquerda radical, além dos interesses da classe média, aí incluídos pequenos empresários e profissionais liberais foram outros tópicos discutidos.

O Embaixador Paulo Cordeiro, Subsecretário-Geral de Política III, apresentou as motivações do Brasil para apresentar-se como intermediador no processo de paz no Oriente Médio. Lembrou a atuação de Oswaldo Aranha como chefe da delegação brasileira na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1947, que aprovou o plano de partilha da Palestina; destacou a tradição de convivência pacífica e não discriminatória do país, que abriga hoje cerca de 12 milhões de descendentes de sírio-libaneses e palestinos, além de uma importante comunidade judaica e sublinhou, ainda, a tradição diplomática brasileira de “desdramatizar” situações, o que pode contribuir para o fortalecimento de uma multipolaridade benigna nas relações mundiais de poder.

Construção da Paz no Haiti: Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento da Paz

Nesta sessão, partiu-se do diagnóstico de que o caso do Haiti é emblemático do vínculo entre desenvolvimento, superação da pobreza e paz. A política externa brasileira tem enfatizado esse vínculo, tema de recente debate no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para o Brasil, a construção da paz no Haiti tem de passar, necessariamente, pela reconstrução do país e pela superação dos níveis extremos de miséria.

Foi destacado que a estratégia brasileira de assistência ao Haiti abrange três áreas de atuação. A primeira é a MINUSTAH, cujo componente militar é chefiado pelo Brasil desde 2004. A segunda é a cooperação técnica bilateral, prestada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo Ministério da Saúde (MS) – o Haiti é o maior receptor da cooperação técnica prestada pela ABC e o MS é o maior ordenador de despesas. A terceira é a Comissão Interina de Reconstrução, órgão criado na Conferência de Doadores por um Novo Futuro para o

Haiti, realizada em 31 de março de 2010, em Nova Iorque, na qual o Brasil empenhou 180 milhões de dólares para ajuda ao Haiti.

Ressaltou-se que os vultosos recursos doados pela comunidade internacional após o terremoto de 2010, embora gerem efeitos positivos para a recuperação econômica, para o melhoramento da infraestrutura e para a educação, também pressionam a estrutura administrativa do país, cuja capacidade gerencial é reduzida. Diante disso, debateram-se formas de administrar adequadamente o fluxo de recursos.

O Ministro Jonas Gahr Støre interveio para ressaltar a importância do diálogo entre políticos, diplomatas, acadêmicos e militares brasileiros e noruegueses. Segundo ele, os fatores que tornam esse diálogo particularmente atrativo são a complementaridade das experiências de Noruega e Brasil em questões políticas internacionais, assim como nas áreas de investimento, comércio, cultura e relações acadêmicas. As motivações e as características do engajamento da Noruega nas questões de paz e reconciliação conduzem, na avaliação de Store, à conveniência e à necessidade de trabalhar com parceiros criativos como o Brasil.

Ambos os lados concordaram que a parceria entre Brasil e Noruega pode contribuir positivamente para a reconstrução do Haiti. Na prospecção de oportunidades de cooperação futura, foram sugeridas as áreas de educação e pesquisa, agricultura, pesca, energia e desenvolvimento sustentável. Essas seriam as de maior potencial para uma cooperação triangular entre Haiti, Brasil e Noruega.

Os três Seminários Brasil-Noruega foram enquadrados entre as formas mais proveitosas de avaliar iniciativas em consideração ou em andamento e prospectar novas formas de cooperação e, assim, aprofundar a cooperação desejada pelo Governo norueguês e pelo brasileiro. Nessas condições, os participantes congratularam-se com os organizadores do evento e manifestaram sua convicção de que os Seminários terão sua continuidade assegurada.

2 – Brasil e Haiti: parceria em busca de um futuro melhor

Antonio José Ferreira Simões¹

Numa tarde ensolarada do verão haitiano, em 18 de agosto de 2004, um evento extraordinário iria alterar o duro cotidiano da capital do país caribenho: a seleção brasileira de futebol, tetracampeã mundial, chegava a Porto Príncipe para participar do histórico Jogo da Paz. Do aeroporto ao estádio, foram cinco quilômetros de festejos, acenos e foguetório, com uma multidão de haitianos acompanhando a pé os ídolos brasileiros. Durante a partida, 15 mil pessoas assistiram fascinadas à exibição de craques como Ronaldo Fenômeno e Ronaldinho Gaúcho. Pouco importou ter a seleção da casa perdido o jogo por 6 x 0. Naquele dia, haitianos e brasileiros alegraram-se por celebrar juntos a amizade que une os dois povos.

O relacionamento entre Brasil e Haiti apresenta dimensões e significados variados. Por um lado, evidencia o perfil de atuação diferenciado do Brasil em matéria de assistência ao desenvolvimento, em consonância com tendências mais gerais da presença brasileira no cenário internacional. Por outro, revela o profundo compromisso do Brasil com a integração regional, refletido em nossa disposição em contribuir para a superação dos diferentes desafios com que se defronta o Haiti.

¹ Embaixador Antonio José Ferreira Simões é Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe e Representante do Brasil na Comissão Interina de Reconstrução do Haiti.

A dimensão e a complexidade de tais desafios são conhecidas. Com população de 9,7 milhões de habitantes e PIB per capita de US\$ 669 (cerca de 6% do PIB per capita brasileiro), o Haiti é o país mais pobre do continente americano. Ocupa a posição 145 no universo de 169 países avaliados com base no Índice de Desenvolvimento Humano, além de ser o único país das Américas que integra a relação de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) das Nações Unidas. Apresenta assimetrias sociais, linguísticas e culturais mesmo em face de seu entorno regional caribenho.

São palpáveis os avanços logrados pelo país nos últimos anos, em termos de segurança e estabilidade política. Mas tais avanços não ofuscam a extensão dos desafios que persistem. Desde 2004, encontra-se em atuação a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), elemento fundamental na preservação de ambiente de segurança propício à reconstrução do país. O sistema político haitiano continua, no entanto, a refletir a presença de grupos fortemente segmentados, ainda refratários a exercício de reconciliação nacional.

Aos desafios de ordem estrutural no Haiti vieram-se somar os catastróficos efeitos humanitários e materiais do terremoto de janeiro de 2010. A complexidade do atual cenário traz novos desafios ao relacionamento entre Brasil e Haiti, ancorado em elementos como a presença brasileira à frente da MINUSTAH, os esforços do Brasil em prol da integração regional e a implementação de programas de cooperação bilateral.

As características do cenário haitiano levam à busca, por parte do Governo brasileiro, de estratégias diferenciadas de assistência e de resposta às dificuldades daquele país. Essas estratégias almejam encontrar ponto de equilíbrio entre, de um lado, o compromisso a longo prazo do Brasil com o desenvolvimento do Haiti e, de outro, a limitação de meios inerente aos desafios internos que persistem no Brasil. Relacionado à crescente afirmação do Brasil como país doador, tal equilíbrio implica a identificação de diretrizes e prioridades em nosso apoio ao desenvolvimento, sempre em sintonia com as percepções locais.

Nossa estratégia multifacetada de assistência ao desenvolvimento do Haiti conjuga elementos diferenciados: i) ampliação do volume total de cooperação técnica e financeira; ii) identificação de focos setoriais de atuação, inclusive com base no reconhecimento de vantagens comparativas

no perfil de atuação internacional do Brasil; e iii) estabelecimento de parcerias com outros governos, organismos internacionais e organizações não governamentais. Amparado na diversidade, o Governo brasileiro busca superar a dicotomia entre os “planejadores” – adeptos de estratégias abrangentes e ambiciosas de transformação de realidades locais – e os “exploradores” – favoráveis a iniciativas pontuais e diretamente calcadas nas características do terreno –, que permeia a reflexão acadêmica sobre a eficácia da ajuda oficial ao desenvolvimento.

Tal opção representa a busca de resposta integrada aos diferentes desafios do cenário haitiano, nos planos social, econômico, político e institucional. Por sua vez, encontra expressão concreta nas iniciativas que o Brasil tem implementado em três eixos paralelos: i) participação no processo de reconstrução do Haiti; ii) cooperação bilateral com o Governo haitiano; e iii) atuação no âmbito da MINUSTAH.

A) Participação brasileira no processo de reconstrução do Haiti

Vertente fundamental da atuação brasileira em apoio ao desenvolvimento do Haiti encontra expressão em nossa participação no processo de reconstrução.

A configuração do “processo de reconstrução” do Haiti tem relação direta com a tragédia que vitimou aquele país no dia 12 de janeiro de 2010, com ramificações nos âmbitos demográfico, econômico, social e institucional. De acordo com estimativas do Governo haitiano, o terremoto resultou em mais de 200 mil vítimas fatais e de 1,2 milhão de desabrigados. Acarretou impactos significativos nos planos da infraestrutura e das condições de segurança interna do país, com efeitos sobre os aparatos policial e legal. Os prejuízos materiais teriam alcançado volume correspondente a 120% do PIB haitiano.

A extensão da tragédia ensejou rápida mobilização da comunidade internacional em apoio ao Haiti. Já no dia 18 de janeiro, foi realizada conferência internacional em São Domingos, República Dominicana, com o objetivo de buscar coordenação da assistência ao Haiti, entre as instituições internacionais e países doadores. Tal ciclo teve continuidade na semana seguinte, com a realização da Conferência Ministerial de Montreal sobre o Haiti, na sede da Organização da Aviação Civil Internacional. Com a participação de diferentes países e organismos

internacionais, deliberou sobre princípios do apoio à reconstrução e sobre a organização da Conferência Internacional de Doadores para o Haiti, que veio a realizar-se em Nova York no dia 31 de março.

Ao contar com a participação de mais de 150 países e organismos internacionais, a conferência de Nova York foi momento central no processo de reconstrução, com implicações conceituais e materiais. Consagrou percepções e princípios que norteariam os esforços subsequentes: i) o reconhecimento de que o engajamento da comunidade internacional, naquele momento, representava oportunidade para reconstrução efetiva do Haiti, por meio de respostas às dificuldades sociais, econômicas e institucionais que limitavam as perspectivas de longo prazo do país, mesmo antes do terremoto; ii) a necessidade de liderança das autoridades haitianas ao longo de todo o processo, por meio da definição de prioridades na reconstrução nacional.

Passo importante foi a elaboração e divulgação do Plano de Ação para a Reconstrução e o Desenvolvimento do Haiti (PARDH), por parte do Governo haitiano. O Plano representou contribuição importante à racionalidade e eficiência do processo, ao propor a concentração de esforços em determinados projetos prioritários, ao longo de quatro eixos temáticos: Reconstrução Territorial; Reconstrução Econômica; Reconstrução Social; Reconstrução Institucional.

A conferência de Nova York teve importância para a delimitação dos meios à disposição da reconstrução, na medida em que a comunidade internacional anunciou compromissos de contribuição equivalentes a US\$ 5,7 bilhões, para o biênio 2010 e 2011. Nosso compromisso com o Haiti refletiu-se nos esforços que viabilizaram o anúncio, por parte do Governo brasileiro, de promessa de contribuição de US\$ 172 milhões. Tal passo representou decisão de participação plena do Brasil no financiamento da reconstrução, em associação com os demais países que copresidiram a Conferência de Nova York: Estados Unidos, Canadá, França e Espanha.

A conferência foi importante, ainda, para a definição de mecanismos financeiros em apoio à implementação do PARDH, com destaque à constituição do Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH). Tendo o Banco Mundial (IDA) como agente fiduciário, o Fundo de Reconstrução reúne contribuições de diferentes doadores e busca elevar a eficiência do processo, por meio de diferentes estratégias: i) correção de “hiatos” no

esforço de reconstrução, por meio do direcionamento de recursos para setores e regiões não beneficiados por outras fontes de financiamento; ii) aproveitamento das vantagens relativas de organizações internacionais (BID, Nações Unidas e Banco Mundial) e de parceiros com atuação local (Governo, agências das Nações Unidas, ONGs, empresas privadas) na implementação de projetos específicos.

Em maio de 2010, o Brasil tornou-se o primeiro país a efetuar contribuição financeira ao FRH, no montante de US\$ 55 milhões. Tal decisão sinalizou a percepção brasileira sobre a importância de celeridade nos desembolsos para a reconstrução, bem como sobre a importância potencial do mecanismo criado. Do total aportado ao Fundo, US\$ 15 milhões foram transferidos com o objetivo de propiciar ajuda direta ao orçamento do Governo haitiano, pressionado pelos desafios múltiplos após o terremoto.

Os demais US\$ 40 milhões da contribuição ao Fundo compreenderam recursos no âmbito do Programa Brasil – UNASUL, em linha com a Decisão de Solidariedade da UNASUL com o Haiti, adotada em Quito em fevereiro de 2010. A importância da cooperação regional em benefício do Haiti tem-se refletido em iniciativas da UNASUL, culminando no estabelecimento de Secretaria Técnica em Porto Príncipe, com o objetivo de coordenar a implementação do Plano de Ação da UNASUL para o Haiti, por meio de projetos nas áreas de agricultura e segurança alimentar; e capacitação, redução de riscos e proteção em face de inundações e furacões.

O Governo brasileiro integra o Comitê Diretor do FRH, que tem a atribuição de alocar os recursos disponíveis a projetos específicos, submetidos à sua consideração. O Comitê é presidido por representante do Governo do Haiti e integrado por doadores que tenham realizado contribuição mínima de US\$ 30 milhões (EUA, Canadá, Noruega, Espanha e Japão, além do Brasil). Também é integrado – na qualidade de membros sem poder de decisão – por representantes do BID, das Nações Unidas e do Banco Mundial.

Até o momento, o Fundo recebeu contribuições aproximadas de US\$ 330 milhões, havendo a expectativa de aportes adicionais a curto e médio prazos. O dinamismo e a importância do Fundo são retratados pelo fato de que, do total de recursos alocados para a reconstrução do Haiti em 2010, cerca de 23% dos desembolsos foram canalizados por seu intermédio.

O Governo brasileiro integra ainda a Comissão Interina para Reconstrução do Haiti (CIRH), foro com atribuições centrais no processo de reconstrução. Instituída por Decreto do Presidente do Haiti em 21 de abril de 2010, a CIRH tem o mandato de “conduzir o planejamento estratégico e a coordenação” da ajuda internacional ao país. A Comissão é copresidida pelo Primeiro-Ministro do Haiti e pelo ex-Presidente dos EUA, Bill Clinton – na condição de Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Haiti, desde maio de 2009. Com características institucionais diferenciadas, a CIRH constitui exemplo de parceria entre atores domésticos e internacionais, sendo integrada por representantes do Governo e da sociedade civil haitianos, bem como dos principais doadores internacionais para o Haiti (Brasil, União Europeia, Espanha, França, Canadá, Estados Unidos, Japão, Noruega, Venezuela, PNUD, Banco Mundial e BID).

Estabelecida por período de 18 meses, a CIRH terá importância em matéria de formulação de políticas públicas no Haiti, na medida em que está prevista sua conversão, ao final do período, em agência de desenvolvimento do Governo haitiano. Para tanto, será importante o devido equacionamento de desafios nos planos organizacional e financeiro, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos orçamentários e humanos em apoio às atividades da futura agência.

Em sintonia com a perspectiva de planejamento do desenvolvimento haitiano, a Secretaria-Executiva da Comissão apresentou Plano Estratégico, estabelecendo metas a serem cumpridas até o encerramento do mandato da CIRH, em outubro de 2011. O Plano estabelece objetivos tangíveis em oito setores prioritários: i) habitação (realocação de 400 mil pessoas dos acampamentos); ii) remoção de entulho (remoção de 40% do entulho remanescente); iii) educação (construção de 250 escolas temporárias e de 60 escolas fundamentais, assistência a 500 mil crianças e treinamento de 5 mil professores); iv) energia (aumento de 20% da oferta disponível, a 30 mil unidades familiares); v) saúde (construção e reforma de 40 hospitais e 75 clínicas e treinamento de 4 mil profissionais de saúde); vi) criação de empregos (construção de 2 ou 3 parques industriais e geração de empregos fora de Porto Príncipe); vii) água e saneamento básico (elevação das taxas de acesso a água potável – de 2% para 50% – e a latrinas – de 10% para 27%); e viii) capacidade institucional (assistência a órgãos governamentais).

Os principais desafios enfrentados pelo Brasil no apoio à reconstrução compreendem quatro elementos: i) definição dos mecanismos institucionais e orçamentários apropriados ao cumprimento fluido da promessa de contribuição brasileira à reconstrução; ii) busca de incentivos à participação mais acentuada do setor privado brasileiro nos esforços de reconstrução; iii) superação de dificuldades locais no contexto da implementação de projetos (a exemplo da provisão de títulos de propriedade, com vistas à construção de unidades de saúde); e iv) estabelecimento de parcerias para o financiamento de projetos mais ambiciosos.

Na avaliação do Brasil, a CIRH tem favorecido a identificação de soluções. Apresentando composição ao mesmo tempo abrangente e representativa, a Comissão contribui para a coesão em torno dos esforços de reconstrução, na medida em que mantém perfil elevado do tema na agenda internacional e nas agendas domésticas dos países doadores. Ao mesmo tempo, suas características institucionais – a existência de Conselho e de Secretariado e a realização de reuniões periódicas – contribuem para a consolidação de canais de diálogo entre o Governo haitiano, doadores bilaterais, organismos internacionais e organizações da sociedade civil. Resultados evidenciam-se no fato de que a Comissão logrou aprovar, até o momento, mais de 80 projetos em benefício do Haiti, com orçamento aproximado de US\$ 3,2 bilhões.

Tanto no Conselho da Comissão Interina quanto no Comitê Diretor do Fundo de Reconstrução, o Governo brasileiro tem dado consideração prioritária à implementação de projetos que reúnam os seguintes objetivos e características: i) impacto social significativo, em vista das carências significativas do Haiti naquele plano, agravadas com a ocorrência do terremoto; ii) fortalecimento dos fundamentos políticos e econômicos do desenvolvimento de longo prazo, com o objetivo de reforçar a sustentabilidade da reconstrução; iii) contribuição à segurança e estabilidade internas, por meio de iniciativas em apoio à Polícia Nacional e ao sistema judicial haitianos, bem como à MINUSTAH.

Exemplo de programa direcionado à melhoria das condições sociais seria a cooperação com o Haiti na área de saúde. Tal cooperação tem sido realizada nos âmbitos bilateral e, sobretudo, trilateral, ao amparo do Memorando de Entendimento Brasil – Cuba – Haiti para o Fortalecimento

do Sistema de Saúde e de Vigilância Epidemiológica no Haiti, firmado pelos Ministros da Saúde dos três países em março de 2010.

A cooperação na área de saúde constitui a parcela principal da promessa de contribuição do Brasil, apresentada por ocasião da conferência de Nova York, na medida em que mobiliza recursos da ordem de R\$ 135 milhões. A implementação do programa foi aprovada pela CIRH, por ocasião de sua segunda reunião, em agosto de 2010.

O programa baseia-se no princípio de fortalecimento da autoridade sanitária haitiana, buscando incentivar a transição ou a transferência de atividades para o Ministério da Saúde do Haiti. Seus principais projetos compreendem a construção e implementação de unidades de saúde (UPAs), a aquisição de medicamentos e material médico-hospitalar para compor o estoque das unidades de saúde, o estabelecimento de Instituto Haitiano de Reabilitação e a formação de agentes comunitários e técnicos de saúde, entre outras iniciativas. Além de beneficiar-se da parceria estabelecida com o Governo cubano – sobretudo no que tange à presença de profissionais da área médica –, a implementação do programa também tem contado com o apoio logístico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A relevância de tal cooperação tornou-se ainda mais evidente no segundo semestre de 2010, após a identificação dos primeiros casos de cólera no Haiti. Em tal contexto, a ajuda brasileira tem compreendido iniciativas como o envio de medicamentos e itens emergenciais, a oferta de recursos para a aquisição local de material de uso emergencial e o envio de equipes médicas. Também se destaca a decisão dos Governos brasileiro e cubano de estabelecerem, em parceria, Centro de Tratamento de Cólera no Haiti.

No âmbito da reconstrução, o Governo brasileiro tem apoiado a possibilidade de construção de represa e hidrelétrica na região de Artibonite 4C, no entendimento de que a iniciativa fortaleceria os fundamentos para o desenvolvimento de longo prazo do Haiti. Neste sentido, dispôs-se a financiar e elaborar o estudo técnico relativo ao projeto, acolhendo solicitação apresentada pelo Governo haitiano em maio de 2008.

Uma vez implementada, a hidrelétrica terá localização próxima à cidade de Mirebalais (60 km de Porto Príncipe) e potência instalada de 32 MW, o que possibilitará geração de energia anual de 158,4 GWh/ano.

Deverá atender a cerca de 230 mil famílias e suprir energia a 1 milhão de cidadãos haitianos. Além de trazer benefícios de curto e longo prazos, no plano do desenvolvimento da infraestrutura, o projeto representará oportunidades de emprego para a comunidade local durante o período de construção (cerca de 40 meses), na medida em que abrirá cerca de 700 postos de trabalho.

O projeto de Artibonite foi igualmente aprovado por ocasião da II Reunião da CIRH, em agosto de 2010. Encontra-se, no momento, em etapa de apresentação para possíveis fontes internacionais de financiamento, constituindo oportunidade adicional para a formação de parcerias em prol do desenvolvimento haitiano.

A confirmação dos desembolsos prometidos pela comunidade internacional permanece variável fundamental para assegurar o desenrolar satisfatório do processo de reconstrução. De acordo com estimativas do Escritório do Enviado Especial para o Haiti, em 2010 foram realizados desembolsos efetivos no montante de US\$ 1,3 bilhão, o que corresponderia a 64% do montante prometido para o ano. O Governo brasileiro tem buscado exercer influência positiva sobre tal dinâmica. As mesmas estimativas singularizaram a contribuição apresentada pelo Brasil, que teria sido o único país a realizar desembolso superior à sua promessa de contribuição para 2010, além de realizar o maior desembolso total (assistência humanitária e apoio à reconstrução) no universo de países doadores.

B) Relações bilaterais

As iniciativas implementadas no âmbito bilateral constituem parcela significativa do apoio brasileiro ao desenvolvimento do Haiti, compreendendo elementos como assistência humanitária, cooperação técnica e apoio ao processo político.

Tais iniciativas amparam-se na expressiva aproximação entre Brasil e Haiti observada nos últimos anos. A constituição da MINUSTAH, em 2004, foi marco importante no relacionamento bilateral, que se beneficiou ainda de diferentes iniciativas que resultaram em integração mais ampla entre o Brasil e a região do Caribe: i) organização da I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), realizada em Salvador em dezembro de 2008, com o objetivo

de estabelecer espaço de diálogo e cooperação, com base em temas e prioridades identificados pela própria região; ii) realização subsequente da II CALC (Cancun, fevereiro de 2010); iii) decisão relativa à criação da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC), também tomada por ocasião da “Cúpula da Unidade” (Cancun, fevereiro de 2010); e iv) realização da I Cúpula Brasil – Comunidade do Caribe (CARICOM), em abril de 2010.

Os impactos do terremoto de 2010 ressaltaram a importância da atuação do Brasil em matéria de assistência humanitária. O Governo brasileiro logrou reagir, de maneira abrangente e imediata, a pedido de assistência emergencial recebido do Governo haitiano, com base em mecanismos organizacionais, logísticos e financeiros específicos.

Em termos organizacionais, foi fundamental a constituição do Gabinete Interministerial de Crise em Apoio ao Haiti, que esteve em funcionamento no período de 13 de janeiro a 13 de maio. Tal iniciativa viabilizou a coordenação de esforços na prestação eficiente da ajuda humanitária do Brasil, a partir de *modus operandi* adotado pelo Gabinete de Crise. Constituído sob a coordenação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), o Gabinete de Crise viabilizou a resposta do Brasil aos efeitos do terremoto no Haiti, nas formas de tempo de reação curto, metodologia de trabalho eficaz e processamento adequado de fluxos de pessoal e material, em vista dos meios de transporte disponíveis.

Do ponto de vista emergencial, o Brasil doou volume próximo a quatro mil toneladas em alimentos, água, medicamentos, artigos de vestuário, barracas e outros artigos humanitários às vítimas do terremoto. Para o transporte de tal material, foi fundamental o empenho logístico das Forças Armadas brasileiras na mobilização de três navios e sete aeronaves – as quais realizaram mais de 150 voos para o Haiti.

Na implementação da assistência humanitária brasileira, tem sido importante o estabelecimento de parcerias com organismos internacionais. Parcela expressiva do desembolso brasileiro em assistência humanitária ao Haiti tem sido realizada por meio de transferência de recursos a diferentes organizações internacionais, tais como o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Escritório do Fundo de População das Nações Unidas no Haiti, o Fundo Central de Resposta de Emergência das

Nações Unidas (CERF) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Importante vertente setorial da assistência brasileira consiste no apoio ao desenvolvimento agrícola e à segurança alimentar e nutricional do povo haitiano. Entre outras iniciativas, o Governo brasileiro tem compartilhado a experiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que concede acesso universal à alimentação para estudantes, quilombolas e assentados da reforma agrária, e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que estimula o desenvolvimento da agricultura familiar por meio de compras governamentais diretas.

São igualmente importantes parcerias estabelecidas com organizações da sociedade civil – a exemplo das organizações Viva Rio e Via Campesina –, em matéria de assistência humanitária, educação e segurança alimentar. Tais parcerias motivaram o estabelecimento, em 2010, de fórum da sociedade civil brasileira no Haiti, com o objetivo fundamental de promover coordenação entre o Governo haitiano e as organizações brasileiras que desempenham atividades de assistência humanitária e segurança alimentar naquele país.

Por sua vez, a cooperação técnica apresenta contribuição central às estratégias bilaterais em apoio ao desenvolvimento haitiano. Executada por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a cooperação técnica entre Brasil e Haiti tem como marco a promulgação do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica bilateral, em novembro de 2004. Do ponto de vista conceitual, as iniciativas de cooperação empreendidas pela ABC buscam soluções duradouras para dificuldades identificadas no Haiti, baseando-se na consideração integrada de impactos nos planos de segurança, desenvolvimento e consolidação institucional.

Até 2005, a cooperação técnica prestada ao Haiti privilegiou atividades pontuais, compreendendo visitas técnicas e intercâmbio de conhecimentos em áreas de interesse específico do Governo haitiano. A partir de 2006, tem início a implementação de projetos mais abrangentes, particularmente na área agrícola, com o objetivo de associar elementos como transferência de tecnologia e apoio material, em prol da sustentabilidade dos projetos executados. Cresce em importância o estabelecimento de parcerias com terceiros países e organismos internacionais, tanto na implementação de atividades técnicas como no financiamento de iniciativas em benefício do Haiti.

A cooperação técnica alcança novo patamar a partir de 2008, na medida em que é reconhecida a importância de programa de cooperação técnica a longo prazo, baseado em projetos de perfil “estruturante”, contemplando a instalação de estruturas de capacitação técnica intensiva de mão de obra local. Tais projetos distribuem-se por áreas diferenciadas, como agricultura e segurança alimentar, formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, trabalho, desenvolvimento urbano e bioenergia.

Atualmente, o Brasil desenvolve mais de 30 projetos em benefício do Haiti, no âmbito bilateral ou em parceria com terceiros países e instituições internacionais. Movimentando recursos da ordem de US\$ 22 milhões, tais iniciativas contribuem para que o Haiti seja um dos principais beneficiários internacionais da cooperação técnica oferecida pelo Governo brasileiro.

Entre os principais projetos executados pela ABC no Haiti, destaca-se o estabelecimento de unidade de validação de tecnologias em Fond-des-Nègres – com orçamento da ordem de US\$ 5 milhões –, com vistas à transferência de novas tecnologias a agricultores e técnicos agrícolas locais, à pesquisa agrícola e à consolidação da assistência técnica em benefício do desenvolvimento rural sustentável no Departamento de Nippes. Outro importante projeto de cooperação prevê a construção de dois centros de treinamento profissional em Porto Príncipe, em parceria com o SENAI e o SENAC. Com orçamentos estimados em US\$ 4 milhões e US\$ 3 milhões, respectivamente, os centros destinam-se à formação de mão de obra haitiana para os setores da indústria, mecânica, eletricidade e construção civil, além de turismo e hospitalidade.

Em matéria de iniciativas implementadas a partir de parcerias externas, destacam-se os projetos financiados pelo Fundo Índia – Brasil – África do Sul (IBAS). A cooperação próxima com nossos parceiros permitiu a conclusão das fases I e II do projeto “Coleta de Resíduos Sólidos – Carrefour Feuilles”, envolvendo iniciativas como a construção de infraestrutura de separação de resíduos para reciclagem e a utilização de resíduos sólidos para a confecção de “briquettes”, que servem como combustível alternativo ao carvão vegetal, com benefícios ambientais. O êxito do projeto constituiu estímulo à decisão de replicá-lo para a comunidade de Martissant.

O Governo brasileiro tem buscado ainda contribuir para o fortalecimento institucional do Haiti, uma vez que a consolidação da democracia haitiana apresenta-se como um dos pilares do desenvolvimento sustentável do país. Tal disposição refletiu-se no apoio brasileiro ao processo eleitoral haitiano, que compreendeu a realização de eleições presidenciais e legislativas nos meses de novembro de 2010 (primeiro turno) e março de 2011 (segundo turno).

O Governo brasileiro integrou “Força-Tarefa” internacional de apoio às eleições no Haiti – em associação com parceiros como ONU, OEA, CARICOM, Estados Unidos, Canadá e União Europeia – e apoiou a realização de Missão de Observação Eleitoral Conjunta OEA/CARICOM. A assistência do Governo brasileiro na matéria compreendeu tanto a realização de contribuições financeiras – à organização do processo eleitoral e à realização da Missão de Observação Eleitoral – quanto a disponibilidade de diplomata brasileiro ao Escritório de Representação da OEA em Porto Príncipe, durante o período preparatório das eleições.

C) Atuação do Brasil na MINUSTAH

A participação do Brasil na MINUSTAH constitui a terceira vertente da estratégia brasileira de apoio ao Haiti. Tal participação complementa e amplifica os impactos das demais vertentes da atuação brasileira. Efetivamente, a manutenção do cenário de segurança local constitui pilar fundamental de iniciativas bem-sucedidas no plano do desenvolvimento socioeconômico.

O estabelecimento da MINUSTAH tem como contexto o agravamento das tensões políticas no Haiti, em 2004 – visíveis desde as eleições ocorridas no ano 2000 –, com o avanço de forças rebeldes sobre Porto Príncipe e a subsequente saída do poder (e do país) do então Presidente Jean-Bertrand Aristide. O episódio levou o Haiti a estado de quase guerra civil, com colapso de instituições, domínio territorial de gangues, deterioração da situação de segurança nas favelas e violações de direitos humanos.

Diante da ausência de possíveis soluções internas, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução nº 1.529, de 29 de fevereiro de 2004, criando a Força Multinacional Interina de Paz, enviada ao Haiti com autorização de permanência por noventa dias. Em 30 de

abril do mesmo ano, o CSNU aprovou a Resolução nº 1.542, criando a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

Os objetivos principais da MINUSTAH, em matéria de segurança, consistiam em restaurar a Polícia Nacional do Haiti (PNH) – conforme parâmetros democráticos de segurança pública –, desarmar os grupos paramilitares e proteger civis contra a violência política. Em relação ao processo político, as metas compreendiam auxiliar o Governo transitório na busca de diálogo nacional e na realização de eleições livres e justas, além de levar a autoridade estatal a todo o território haitiano, com vistas à restauração plena do Estado Democrático de Direito.

O Governo brasileiro decidiu unir-se aos esforços da MINUSTAH após o Governo provisório do Haiti ter encaminhado à ONU solicitação para que o país participasse do contingente militar. A decisão foi precedida de ampla consulta junto aos parceiros regionais do Haiti, no âmbito da CARICOM. A decisão brasileira amparou-se, ainda, na natureza multidimensional da MINUSTAH, inscrita em mandato amplo que contempla a interdependência entre segurança e desenvolvimento social e institucional.

O Decreto Legislativo nº 207, de 19 de maio de 2004, autorizou o envio de 1.200 militares brasileiros para a MINUSTAH. Desde o início da Missão, sob comando brasileiro, adotou-se estratégia diferenciada de ação, baseada em apoio da população local, ações sociais, patrulhas a pé, ações de inteligência e uso mínimo da força. A atuação eficaz do contingente contribuiu para que resultados positivos fossem rapidamente observados: queda sistemática e acelerada na criminalidade e controle dos territórios antes dominados por gangues.

A presença do Brasil à frente da MINUSTAH desde 2004 reflete a percepção brasileira sobre a contribuição da Missão ao cenário de segurança no Haiti. Além de exercer o comando militar da MINUSTAH, o Brasil é o maior contribuinte de tropas, na medida em que atualmente mantém cerca de 2.200 soldados no Haiti. A Missão conta hoje com cerca de 12.230 efetivos uniformizados, dos quais 8.930 integram as tropas e 3.300 atuam como policiais. O componente civil da Missão é integrado por 1.725 pessoas, além de 201 voluntários das Nações Unidas.

O terremoto de 2010 implicou novos desafios para a MINUSTAH, ao afetar as condições de segurança interna do país. Em tal contexto, a atuação dos militares da MINUSTAH – e em especial do Batalhão

Brasileiro (BRABATT) – foi crucial para a prestação de assistência humanitária imediata e para a manutenção da ordem, evitando-se consequências ainda mais amplas no âmbito humanitário.

A Missão enfrentou o desafio duplo de recompor sua própria estrutura e de coordenar atividades de assistência humanitária, avaliação de danos, segurança, instalação de campos de desabrigados e apoio às autoridades locais. O componente militar da Missão intensificou ações preventivas de preparação para o período de chuvas e furacões, com a distribuição de tendas e barracas e o apoio à montagem de moradias temporárias mais resistentes.

A pronta atuação da Missão permitiu que a situação de segurança se mantivesse estável. Para prevenir a possibilidade de casos de violência, decorrente do quadro humanitário, foram intensificadas as patrulhas, a pé e noturnas, bem como a presença da MINUSTAH e da PNH nos campos de desabrigados.

Outra medida que contribuiu para a manutenção da estabilidade foi o desdobramento de segundo batalhão brasileiro (BRABATT 2), com 900 homens, de forma rápida e eficiente, com vistas a aumentar a segurança das operações de assistência humanitária e de iniciativas de reconstrução. A MINUSTAH foi ainda reforçada com duas novas companhias de engenharia (Japão e Coreia do Sul), novos policiais militares (Guatemala) e tropas adicionais da Argentina e do Peru.

O presente cenário haitiano mantém desafios em matéria de segurança, como a persistente volatilidade no sistema político haitiano, com episódios ocasionais de violência, e a permanência de contingente populacional significativo em condições de vulnerabilidade social. Em tal contexto, a presença da MINUSTAH continua a representar importante contribuição dissuasória para a manutenção da ordem e da estabilidade no Haiti, em benefício do próprio esforço de reconstrução.

Aprovada em outubro de 2010, a Resolução 1.944 do CSNU renovou por mais um ano o mandato da MINUSTAH, que teve seu papel na reconstrução do Haiti reforçado, bem como no apoio à realização das eleições e ao Governo haitiano, por meio de assistência logística e da cessão de técnicos. A Resolução manteve o contingente de tropas e policiais – 8940 militares e 4391 policiais – autorizado pela resolução 1.927, de junho de 2010.

Desde seu estabelecimento, a MINUSTAH tem prestado contribuição essencial em matéria de segurança, com a diminuição da criminalidade no Haiti e a pacificação de territórios. Após o terremoto de 2010, destacaram-se o apoio logístico prestado pela Missão e a execução de tarefas diferenciadas em apoio aos esforços de reconstrução. Mais recentemente, a Missão integrou os esforços de combate ao surto de cólera no Haiti e também de auxílio à organização do processo eleitoral.

A presença da MINUSTAH tem sido relevante em diferentes fases da trajetória recente do Haiti, o que reflete sua capacidade de adaptação aos diferentes cenários e desdobramentos da realidade local. Pode-se concluir que o patrimônio de ordem e segurança que a MINUSTAH vem construindo, com o apoio decidido do Governo brasileiro, é igualmente decisivo no processo de reconstrução do Haiti.

Considerações finais

Pouco mais de um ano desde a ocorrência do terremoto, a realidade haitiana continua marcada pela sobreposição de diferentes desafios: i) necessidade de esforços continuados em prol da reconstrução material do país; ii) persistência de vulnerabilidade significativa no plano social manifesta em elementos como a incidência do surto de cólera, iniciado em outubro de 2010, e a permanência de contingente populacional significativo em acampamentos; e iii) necessidade de apoio nos planos institucional e de segurança, no contexto do início próximo de um novo governo haitiano, em sistema democrático ainda em consolidação.

O reconhecimento dos desafios não deve comprometer, no entanto, a percepção dos avanços logrados nos esforços de reconstrução. No âmbito financeiro, cabe ressaltar que a comunidade internacional tem cumprido promessas apresentadas na Conferência de Doadores de Nova York, ainda que a liberação de recursos seja mais lenta do que o desejável. Aumentam as contribuições ao Fundo de Reconstrução do Haiti, que se afirma como instrumento eficiente de resposta a necessidades setoriais.

Paralelamente, são observados desdobramentos favoráveis no âmbito da CIRH, em matéria de aprovação de projetos, de coordenação de esforços e de definição de metas de curto prazo, nos principais setores da reconstrução. Tais elementos reforçam a expectativa de que sua conversão próxima em agência de desenvolvimento do Governo haitiano

representará efetivo fortalecimento institucional em matéria de desenho e implementação de políticas públicas.

O novo governo haitiano, constituído após as eleições presidenciais e legislativas iniciadas em novembro de 2010, assumirá suas funções contando com expressiva base institucional, jurídica e financeira, consolidada desde o ano passado. Tal realidade apresenta condições favoráveis à fluidez do processo de reconstrução e ao pleno aproveitamento de recursos que já se encontram disponíveis.

O reconhecimento paralelo dos avanços logrados e dos desafios remanescentes deve traduzir-se em apoio decidido e continuado da comunidade internacional ao processo de reconstrução. O cumprimento dos compromissos anunciados na conferência de Nova York, que implica a necessidade de ritmo mais intenso de desembolsos em 2011, é condição fundamental inclusive para a plena recuperação da economia haitiana. Igualmente, a preservação do patrimônio de ordem e segurança construído pela MINUSTAH constitui fator decisivo no apoio à reconstrução.

A conjunção entre progressos no âmbito doméstico e apoio internacional favorece a afirmação de círculo virtuoso na realidade haitiana. Propicia a construção e a consolidação de instituições fortes e estáveis, capazes de conduzir o desenvolvimento haitiano ao longo de trajetória marcada por crescente sustentabilidade e menor dependência.

Tal empreitada continuará a contar com o firme apoio do Governo brasileiro, cujo compromisso com o Haiti reflete a conjunção de uma série de princípios inscritos em nossa política externa, a exemplo da solidariedade frente à conformação de tragédias humanitárias e da confiança no diálogo Sul – Sul como instrumento eficaz para maior cooperação internacional.

Assim como na partida de futebol realizada em 2004, o Brasil continua jogando com o Haiti um jogo em que não há vencidos, apenas vencedores. Como naquele evento esportivo, no jogo atual o que importa é a vitória contra a pobreza. Importa, sobretudo, a celebração da amizade e do profundo sentido de solidariedade que une as duas nações. Nossos povos compartilham não só traços de um passado colonial comum ou de uma raiz africana, mas também – e, sobretudo – o anseio de garantir um futuro de paz e prosperidade às gerações futuras.

3 – O desenraizamento e a desapropriação do povo palestino desde 1948

Arlene E. Clemesha¹

Al Nakba,¹ a catástrofe²

Em 1948-49, a criação do Estado de Israel em 78% do território da Palestina histórica e o êxodo de 750.000 árabes palestinos que ali viviam, transformou radicalmente a realidade local. No início de 1948, os palestinos somavam quase 1,4 milhão de pessoas e constituíam mais de dois terços da população do país. Eram maioria em quinze dos dezesseis subdistritos, e possuíam 90% da terra. Como diria o historiador palestino Nur Masalha, a visão sionista de criação de um lar exclusivo judeu na Palestina estava intimamente ligada à ideia de transferência: a transferência de judeus da Europa para a Palestina e a transferência dos árabes palestinos para fora da Palestina³.

Mas o êxodo palestino, o principal fato constitutivo da sua história moderna, recebeu diferentes versões ao longo dos últimos sessenta

¹ Professora do Departamento de Letras Orientais e Diretora do Centro de Estudos Árabes da Universidade de São Paulo.

² Enquanto Israel denomina o ano de 1948 como o ano de sua Independência, e a Guerra de 1948, como uma guerra de independência, os palestinos e árabes em geral designam os acontecimentos de 1948, de criação do Estado de Israel e expulsão de 750.000 palestinos do território, como *Al Nakba*. O termo significa uma miséria profunda, mais comumente traduzido como “catástrofe”.

³ Cf. Entrevista de Nur Masalha concedida ao filme de Maryse Gargour: *La Terre Parle Arabe*, 2008.

anos. Na década de 1950, o historiador palestino Walid Khalidi seria provavelmente o primeiro a comprovar que a população não deixou o país sob ordens da liderança nacional palestina, como dizia a história oficial de Israel. Walid Khalidi pesquisou os principais jornais árabes, *Al Ahram* do Cairo, *Al Hayat* de Beirute, e *Al Difa*, o jornal mais lido na Palestina; além das resoluções da Liga dos Estados Árabes e do Alto Comitê Árabe (embrião de governo palestino formado durante a revolta de 1936-39). Não encontrou consignas de fuga, mas sim “apelos exortando a população palestina a permanecer não obstante os ataques sionistas”⁴. O mesmo vale para os comunicados de rádio. Graças aos arquivos da BBC, registrados em Caversham e depositados no Museu Britânico de Londres, sabe-se que as estações de rádio árabe-palestinas, notadamente a *Sharq Al Adna* e a *Rádio Jerusalém*, não transmitiram ordens de fuga. Pelo contrário, dentre vários outros comunicados do tipo, em 13 de maio de 1948, *Sharq Al Adna* transmite um apelo do coronel Idrisi, chefe de polícia nomeado pelo Alto Comitê Árabe, para que os homens em idade de portar armas permanecessem na Palestina. Em 4 de maio, a mesma estação transmite um apelo do Rei Abdullah da Transjordânia, exigindo o retorno dos palestinos que deixaram seu país, e felicitando a coragem e o heroísmo daqueles que não fugiram⁵.

Hoje, uma das visões mais recorrentes na historiografia israelense é a de que a fuga de metade da população palestina foi o inelutável “dano colateral” da guerra árabe-israelense de 1948-49. No entanto, segundo Rashid Khalidi, não apenas o massacre e a expulsão do povo palestino não foram o resultado inevitável da guerra árabe-israelense de 1948, como “os ataques decisivos à coesão da sociedade palestina foram produzidos ainda antes de 15 de maio, no início da primavera de 1948”⁶ – isto é, antes da fundação do Estado de Israel e antes de os exércitos árabes entrarem no conflito⁷.

⁴ Cf. Ali Elsamman. Pourquoi le non au dialogue? In: Jean-Paul Sartre. Le Conflit Israélo-Arabe: Dossier, *Le Temps Modernes*. Paris, no 253, 1967, p. 360.

⁵ *Idem*. p.362.

⁶ Khalidi, Rashid. The Palestinians and 1948. In: ROGAN, Eugene e Shlaim, Avi. *The War for Palestine*. Rewriting the history of 1948. Nova York: Cambridge University Press, 2007. p. 13.

⁷ O jornal de Nova Iorque, *New York Times*, publicava regularmente matérias sobre as cidades palestinas conquistadas em 1948: Haifa, 21 de fevereiro; Tiberias, 20 de abril; Jerusalém, 25 de abril; Jaffa, 26 de abril; Acra, 27 de abril.

A primeira fase do conflito – de 29 de novembro de 1947 a 15 de maio de 1948 – foi decisiva. A incursão de milícias sionistas nas aldeias árabes teve início no dia seguinte à aprovação da Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU⁸ e marca o primeiro êxodo, envolvendo possivelmente a metade do total de 750.000 palestinos que se tornaram refugiados em 1948. Os exércitos árabes só vieram ao socorro da população da Palestina após 15 de maio, quando o país já estava imerso em guerra civil. Como diz Khalidi, o quinze de maio de 1948 marcou não apenas o nascimento do Estado de Israel, mas também a derrota definitiva dos palestinos pelos seus inimigos sionistas, após décadas de lutas resistindo ao controle sionista do país⁹.

Em 1949, quando terminaram os combates e traçou-se a linha de armistício, Israel havia expandido suas fronteiras passando a ocupar 78% da Palestina histórica. A Jordânia assumiu o controle da área a oeste do rio Jordão, enquanto o exército egípcio passou a administrar a faixa de terra ao redor de Gaza¹⁰.

A cidade de Jerusalém, ou *Al Quds* (A Santa) como era chamada pelos árabes, deveria constituir uma entidade separada internacionalmente administrada, segundo a resolução de partilha da Palestina. Mas durante a guerra de 1948, Israel invadiu e ocupou 84% de Jerusalém. Forças jordanianas posicionaram-se nos 11,5% restantes, incluindo a Cidade Velha, o que resultou na divisão de fato da cidade em Jerusalém ocidental, que passou a fazer parte de Israel, e Jerusalém oriental, governada pela Jordânia até 1967. Os 4,5% remanescentes de Jerusalém tornaram-se “terra de ninguém”.

A partir de 1949, os palestinos passaram a viver “sob uma gama de regimes alheios”; foram privados de uma imensa parte de suas propriedades e perderam controle sobre quase todos os aspectos de suas vidas, diria Khalidi. Cerca de 750.000 pessoas foram expulsas, e centenas massacradas. No mesmo ano foi criada a Agência da ONU

⁸ Em 29 de novembro de 1947 a Assembleia Geral da ONU aprovou a partilha da Palestina para a criação de um Estado judeu em quase 55% do território, e outro árabe, em 45% da Palestina, com a internacionalização de Jerusalém.

⁹ Deve-se notar que o movimento nacional palestino perdeu a guerra para o sionismo em 1948, em grande medida, porque já tinha sido arrasada em sua luta contra o mandato britânico. Em 1936-39, a repressão britânica assassinou entre 3000 e 5000 homens combatentes, incluindo grande parte das lideranças palestinas, e prendeu 5760 palestinos.

¹⁰ Para uma análise da Guerra de 1948, veja artigo de Arlene Clemesha. In: *PUC Viva*, nº 34, São Paulo, jan-abr. de 2009.

para os refugiados palestinos, denominada UNRWA. Pesquisas como a de Salman Abu Sitta comprovam que cerca de 400 de 500 vilarejos e 11 bairros urbanos foram destruídos, em cidades como Tel-Aviv, Haifa e Jerusalém¹¹. Mas o número preciso de palestinos mortos permanece uma incógnita, devido ao caos instaurado e total ausência de um sistema centralizado de contagem e registro.

Os refugiados palestinos

Enquanto em 1948 aproximadamente 750.000 árabes palestinos foram expulsos para além das fronteiras e linhas de cessar-fogo¹², em 1967 outros 240.000 palestinos se viram forçados a deixar suas terras na Margem Ocidental e Faixa de Gaza, ocupadas durante a ofensiva lançada por Israel contra Jordânia e Egito. Nesse momento, alguns se tornaram refugiados pela segunda vez, e passaram a ser denominados, junto com seus descendentes, de “deslocados de 1967”. Nem os refugiados de 1948 nem os deslocados de 1967 (ou mais recentemente) jamais tiveram permissão do Estado de Israel a voltar para as suas casas em Israel ou nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO)¹³.

Desde 1967 até os dias de hoje, outros 450.000 palestinos foram desenraizados nos TPO devido a políticas israelenses, e passaram a ser denominados de “Pessoas Internamente Deslocadas”. As políticas de desenraizamento incluem a demolição de casas, construção de assentamentos, do Muro, bem como a revogação do direito de moradia, a negação de pedidos de reunificação familiar e a deportação de palestinos.

Hoje, os refugiados Palestinos de 1948 e seus descendentes são estimados em mais de 8 milhões de pessoas, constituindo a maior e mais antiga população de refugiados do mundo. Dentre eles incluem-se 4,8 milhões de refugiados de 1948 registrados na UNRWA (2011)¹⁴;

¹¹ Veja Abu Sitta, S. *The Return Journey: A Guide to the Depopulated and Present Palestinian Towns and Villages and Holy Sites in English, Arabic and Hebrew*. Palestine Land Society, 2000.

¹² Lembrando que esse número corresponde à metade da população árabe do país e cerca de 80% dos árabes residentes nos territórios onde se criou o Estado de Israel.

¹³ Territórios Palestinos Ocupados (TPO) é o termo cunhado pela ONU e amplamente empregado para designar os territórios da Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém oriental.

¹⁴ UNRWA, sigla para United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (Agência da ONU em prol dos Refugiados Palestinos no Oriente Médio), fundada em dezembro de 1949, é a maior e mais antiga agência da ONU. Cf. <http://www.unrwa.org>.

950.000 pessoas deslocadas em 1967; e 350.000 internamente deslocados em Israel; além dos refugiados que desde 1948 não estão registrados na UNRWA seja porque não conheciam a agência quando se tornaram refugiados, ou optaram por não recorrer à sua assistência.

Após 60 anos de opressão e guerras, 88% dos palestinos ainda vivem na Palestina histórica ou dentro de um raio de 150 km ao seu redor. Apenas 6% dos palestinos vivem em outros países árabes mais distantes e 6% em países ao redor do mundo. As maiores comunidades de refugiados estão na Jordânia (2.359.000), Síria (465.000) e Líbano (438.000). Cerca de 1.825.000 refugiados vivem dentro dos TPO, enquanto cerca de 350.000 internamente deslocados residem de Israel, privados das casas e terras que suas famílias possuíam antes de 1948. O restante está espalhado ao redor do mundo, nos países árabes principalmente, mas também na Europa, EUA, Canadá e América Latina.

Sobre o direito de retorno

O reconhecimento internacional de que uma injustiça fora cometida contra o povo palestino veio logo em 11 de dezembro de 1948, data em que a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução 194 determinando o direito de retorno dos palestinos e a restituição das propriedades perdidas no momento de sua fuga. Desde então, a resolução ONU/AG 194 foi reiterada pelo menos 130 vezes. Em 1974, a resolução ONU/AG 3236 estabeleceria os direitos inalienáveis do povo palestino, incluindo o direito à autodeterminação nacional sem interferência externa, e, no parágrafo 2, “o direito inalienável dos palestinos retornarem a suas casas e propriedades de onde foram desenraizados e deslocados”. De fato, na lei internacional chega a ser irrelevante a questão de como ou porque os palestinos deixaram suas terras para se tornarem refugiados. O que importa nesse caso é que “todos têm o direito de deixar qualquer país, incluindo o seu próprio, e retornar ao seu país” (Artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

No entanto, os dois argumentos israelenses básicos para negar aos palestinos o seu internacionalmente garantido direito de retorno, seriam, primeiro, a falta de espaço dentro de Israel; segundo, que o retorno de milhões de palestinos destruiria o caráter judeu do Estado de Israel.

Para os palestinos, não há argumento de tempo ou falta de espaço que justifique a negação do direito de retorno. Grande parte das terras das aldeias esvaziadas em 1947-49 continua vazia, sendo que, se Israel pode acolher imigrantes judeus de todo o mundo, por que não receber de volta os habitantes autóctones, diria um palestino. Quanto ao segundo argumento mencionado, deve-se dizer que não consta na lei internacional nem no plano de partilha da ONU (ONU/AG Res. 181, 29/11/1947) o conceito de Estado étnico essencialmente judeu.

Como nota Chiller-Glaus, o governo israelense tem rejeitado toda e qualquer possibilidade de discussão para as questões de princípio relacionadas ao problema dos refugiados. A maioria dos israelenses, quando se dispõe a abordar a questão altamente emotiva dos refugiados palestinos, prefere focar o mais rapidamente possível nos passos práticos para “remover o problema”: fechamento dos campos de refugiados, desmantelamento da UNRWA, criação de um fundo para compensar os refugiados, defesa da absorção dos refugiados pelo futuro Estado palestino ou pelos países árabes vizinhos. Questões éticas, como o reconhecimento da responsabilidade do Estado de Israel pelos crimes cometidos em 1948 contra o povo palestino e pela criação do problema dos refugiados, bem como a possibilidade de formular um pedido de desculpas, são extremamente difíceis de abordar.

A restituição e compensação da propriedade confiscada permanece uma questão em aberto

Se é verdade que o êxodo de 1948, seguido da desapropriação (o confisco das propriedades dos palestinos expulsos), começou “antes” da primeira guerra árabe-israelense, também deve-se notar que ele não terminou com o fim da guerra, em 1949. Sequer os palestinos que deixaram suas casas, mas permaneceram dentro do território onde foi criado o Estado de Israel (aproximadamente 32.000 se encontraram nessa situação em 1949), tiveram permissão para voltar a suas propriedades, não obstante o fato de terem se tornado cidadãos israelenses. Suas casas, como as casas dos refugiados palestinos, foram ou demolidas ou entregues a imigrantes judeus.

Os refugiados deixaram para trás residências, fazendas, negócios vários, contas em bancos, igrejas e mesquitas, cemitérios, equipamento

agrícola, móveis, veículos, etc. Vastas quantidades de propriedade pessoal e terras foram confiscadas pelo governo israelense. A sociedade árabe-palestina girava em torno da atividade agrícola e a maior parte dos refugiados tinha os bens de família e economias de vida nesse setor: casas, campos, lavouras, rebanhos, ferramentas e capital em geral, ao qual hoje não têm nenhum acesso. Portanto, tornaram-se não apenas refugiados, mas refugiados destituídos de seus bens, incapacitados de restabelecer a vida inclusive no exílio. A amplitude e a dimensão dessas perdas foram economicamente catastróficas.

Assim que as forças sionistas começaram a ocupar os vilarejos palestinos, no início de 1948, antes da declaração de independência de Israel e o ingresso das forças armadas regulares dos países árabes circundantes, foram estabelecidos comitês sionistas civis e militares para assegurar os espólios da guerra. Em julho de 1948, esses comitês se fundiram no Comitê Ministerial para a Propriedade Abandonada (*Ministerial Committee for Abandoned Property*). No mesmo mês, foi criado o Gabinete da Propriedade Abandonada (*Custodian of Abandoned Property*), para assumir o controle da propriedade. O Estado de Israel rapidamente começou a utilizar a “terra abandonada” e arrendá-la às comunidades agrárias judaicas. Em 20 de agosto de 1948 esse Comitê tomou a decisão de adotar um plano que promovia a confiscação direta, não apenas arrendamento, da propriedade “abandonada”. Apenas um mês antes, o gabinete havia votado pela proibição do retorno dos refugiados. Como diz Michael Fischbach, a decisão de expropriar as terras dos refugiados sem dúvida derivou do desejo de impedir seu retorno. Decisões estas que juntas “colocaram em ação todo o dilema da questão dos refugiados”¹⁵.

Após a guerra de 1948, Israel usou as terras e casas palestinas confiscadas, de mais de 400 vilarejos e cidades palestinas destruídas, para assentar novos imigrantes judeus. Alguns vilarejos foram reconstruídos e receberam nomes hebraicos, em mais uma tentativa de apagar todo sinal da história e da realidade não judaica da Palestina. Centenas de milhares de imigrantes judeus ingressaram em Israel a partir da proclamação do Estado em maio de 1948, incluindo judeus da Europa, sobreviventes do holocausto, e outros, vindos dos países árabes.

¹⁵ Fischbach, 2008, p. 8.

De 1948 a 1953, a Agência Judaica estabeleceu 345 novas cidades judaicas, a maioria das quais foi construída em propriedade confiscada. Até 1954, um terço da população judaica de Israel vivia em propriedade confiscada de refugiados. Quase toda a propriedade de refugiados palestinos permanece hoje em posse do Estado de Israel e do Fundo Nacional Judeu (FNJ-KKL). Em meados da década de 1950, as terras, mas principalmente as casas e outras construções, deixadas para trás pelos palestinos expulsos, praticamente não seriam mais reconhecíveis para os mesmos. Autoridades israelenses destruíram as casas em aproximadamente 400 vilarejos. Em alguns lugares, mesquitas foram transformadas em galerias de arte e restaurantes. Terras aráveis também foram transformadas, registradas e usadas para construir novos assentamentos e fazendas israelenses. Móveis e outros tipos de propriedade móvel também foram confiscados e vendidos, incluindo maquinário agrícola e industrial, animais, móveis domésticos e veículos. O Gabinete da Propriedade Abandonada vendeu a maior parte desses bens logo após 1948¹⁶.

Enquanto as autoridades israelenses declaravam que estavam dispostas a pagar compensações por determinadas categorias de terras de refugiados, insistiam que a terra havia sido permanentemente absorvida pelo Estado e pelo FNJ-KKL, e não seria restituída. A partir de 1960, esses dois tipos de terras (do Estado e do FNJ-KKL) foram chamados de Terras de Israel, e administrados conjuntamente pela nova Administração de Terras de Israel. De fato, não foram realizadas restituições ou compensações no decorrer das seis décadas desde 1948.

Os refugiados, por sua vez, sempre se recusaram a aceitar o princípio do pagamento de compensações porque significaria abrir mão do direito de restituição e, portanto, aceitar o exílio e a condição de refugiados permanentes inclusive para seus descendentes. Exigem, pelo contrário, o direito de retorno e restituição da propriedade confiscada. Como bem lembra Fischbach, a grande maioria dos Palestinos acredita que a realização dos direitos dos refugiados é uma condição para chegar a uma paz justa e duradoura entre palestinos e israelenses.

¹⁶ Cf. Fischbach, 2008, p. 8.

A ocupação militar israelense e as violações dos direitos humanos

A partir de 1967, o que distingue o caso palestino de outros casos de violações de direitos humanos é a existência da ocupação militar israelense, a mais longa da história moderna. Na guerra de junho desse ano, Israel ocupou militarmente Jerusalém oriental, o restante da Cisjordânia e a Faixa de Gaza, além das Colinas do Golã da Síria e o Sinai do Egito. Hoje a ONU reconhece todos esses territórios (exceto o Sinai que foi devolvido ao Egito em 1982), como território ocupado. A resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU (1967) chama pela “retirada israelense de todos os territórios ocupados no recente conflito”. Em 1980, em resposta à tentativa israelense de anexar Jerusalém oriental, a resolução 476 do Conselho de Segurança da ONU (1980) “confirma que toda (...) ação de Israel, a potência ocupante, que tenta alterar o caráter e o *status* de (...) Jerusalém não possui validade legal”¹⁷.

De 1967 às vésperas da assinatura dos Acordos de Oslo (1993 e 1995), foram emitidas mais de 1800 leis militares nos territórios palestinos ocupados (TPO), limitando o uso da terra, da água, e a movimentação de pessoas, na esfera social, econômica e política. Os palestinos, adultos e crianças, viram-se sujeitos a pressões psicológicas, depressão, perda de perspectiva de vida e instabilidade emotiva.

Na avaliação de John Dugard¹⁸, desde a assinatura dos Acordos de Oslo, o Estado de Israel, ao invés de dismantelar, manteve e de fato expandiu os principais instrumentos responsáveis (além das incursões militares) pela violação dos direitos humanos: os assentamentos, a demolição de casas, a Barreira (ou muro) de separação, restrições à liberdade de movimentação, e a judaização de Jerusalém¹⁹.

Assentamentos

Registra-se, na Cisjordânia e Jerusalém oriental, mais de 149 assentamentos e 105 *outposts* (estruturas informais que servem de prelúdio a um novo assentamento), interligados e ligados ao território

¹⁷ ONU. *La Condición Jurídica de Jerusalén*. Nova Iorque: Nações Unidas, 1997.

¹⁸ Relator Especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos nos Territórios Palestinos Ocupados 2001-2008.

¹⁹ Veja John Dugard. *Human Rights situation in Palestine and other Occupied Arab Territories*. Human Rights Council. Seventh Session, Item 7, A/HRC/7/17 21 janeiro 2008.

de Israel por uma rede de estradas cujo acesso é largamente proibido aos palestinos, onde vivem 500.000 colonos israelenses, beneficiando-se, como diz Richard Falk, de “uma estrutura administrativa e legal preferencial que contribui para a impressão de apartheid (resultado de suas características discriminatórias, coercitivas e etnicamente especificadas)”.

Em 2009, segundo o Bureau Central de Estatísticas de Israel, iniciou-se a construção de 1.888 novas unidades. Em 2010 vigorou uma autoproclamada “moratória” na construção de assentamentos. Apesar dela não ter sido absoluta e do seu efeito ter sido apenas desacelerar a construção, o seu fim em setembro do mesmo ano, e a retomada oficial das construções nos assentamentos, teve o efeito de paralisar as conversas de paz. Nota-se que a moratória nunca incluiu a cidade de Jerusalém oriental, o que significa que Israel não a considera território ocupado, mas parte de Jerusalém ocidental e capital do país. O que, para Israel, exclui as principais porções de Jerusalém oriental de futuras negociações de paz. Para Richard Falk, “a magnitude do fenômeno dos assentamentos, combinada com sua persistência e caráter, gera a preocupação de que a ocupação seja uma forma de anexação colonialista estabelecida com a clara intenção de permanência”²⁰.

Demolições

A demolição de casas, praticada como vimos desde 1948, e realizada de maneira discriminatória, tem sido um traço constante da ocupação militar israelense da Cisjordânia e Faixa de Gaza após 1967. Tanto em Jerusalém oriental como na porção da Cisjordânia designada como Área C (60% da Cisjordânia, abarcando vilarejos e distritos rurais), nenhuma construção pode ser erguida sem autorização israelense. Mas como o procedimento para obter uma autorização é excessivamente burocrático e praticamente inviável, os palestinos constroem em geral sem permissão. Na Área C, o exército de Israel (FDI) tem demolido casas, escolas, clínicas, e mesquitas com o argumento de que não possuem alvará de construção.

²⁰ Richard Falk. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967*. Human Rights Council. 16th Session. A/HRC/16/72, 10 de jan. 2011.

Entre abril de 2009 e março de 2010, registrou-se na Cisjordânia a demolição de 223 edifícios e a expulsão de 338 palestinos de suas casas, o que representou um aumento de 54% e 124% respectivamente em relação aos 12 meses precedentes²¹. As estatísticas mais recentes das Nações Unidas demonstram que nos primeiros três meses de 2011 dobrou o número de casas palestinas e construções rurais destruídas por Israel, em relação ao mesmo período do ano anterior²².

Como assinala John Dugard, no citado relatório, o artigo 53 da Quarta Convenção de Genebra (que regulamenta a proteção de civis em regiões de conflito e territórios militarmente ocupados) proíbe a destruição de propriedade pessoal “exceto quando essa destruição for considerada absolutamente necessária para as operações militares”.

A Barreira de separação

A “Barreira de separação”, que em alguns trechos consiste de um muro de mais de nove metros de altura e, em outros, de uma cerca com arame farpado ou eletrificado, em geral com valas dos dois lados, não está sendo construído sobre ou próximo à “linha verde”, isto é, a Linha de Armistício de 1949 e a fronteira internacionalmente aceita entre Israel e a Cisjordânia. Sua construção, que começou em 2002 e hoje atinge aproximadamente 60% da rota planejada, segue uma lógica de anexar o máximo de terras com o mínimo de palestinos. O trajeto tortuoso da Barreira enclausurou Belém e Qalquilia, expulsou 50.000 palestinos de Jerusalém oriental, e anexou 10% das terras mais férteis da Cisjordânia. A área que ficou a oeste da Barreira inclui 80 dos 149 assentamentos israelenses, e mais de 85% da população de colonos israelenses da Cisjordânia.

Em conjunto com um regime associado de passes e portões, a Barreira constitui a maior responsável pela violação da liberdade de locomoção dos palestinos. Em julho de 2004, uma Opinião Consultiva da Corte Internacional de Justiça (Haia, Holanda) estabeleceu que

²¹ Veja OCHA-OPT. *West Bank Movement and Access*. Special Focus. Junho de 2010. <http://www.ochaopt.org/>

²² Veja UNRWA. Worrying increase in home demolition. 21 de março de 2011 <http://www.unrwa.org/etemplate.php?id=935>

aquelas porções da Barreira, situadas dentro da Cisjordânia, incluindo Jerusalém oriental, junto com o regime de passes e portões que o acompanha, violam as obrigações de Israel segundo a lei internacional e deveriam ser eliminadas.

Restrição à liberdade de movimentação

Os postos de controle (chamados *checkpoints* ou terminais) e os bloqueios móveis de estrada obstruem seriamente a liberdade de movimentação dos palestinos nos TPO e entre os TPO, com consequências desastrosas tanto para a economia como para a vida de cada cidadão. Entre 2010 e 2011, 505 barreiras violavam o direito de ir e vir, impedindo o acesso da população a escolas, locais de trabalho, e a hospitais para procedimentos vitais como diálise, cirurgias do coração e cuidado neonatal intensivo²³.

O impedimento à movimentação das pessoas, além de reduzir drasticamente a sua atividade econômica e condições de vida (a renda média dos refugiados gira em torno de dois dólares por dia) determinou que 90% dos palestinos dos TPO jamais tivessem a possibilidade de visitar *Al Quds* (A Santa, em árabe), isto é, Jerusalém. Sendo que 60% da população palestina dos TPO jamais visitaram nem o Mediterrâneo nem o Mar Morto.

A justificativa de Israel de que tais medidas seriam necessárias para zelar pela segurança de seus cidadãos é difícil de sustentar, já que a maioria das barreiras está longe do território israelense. As restrições impostas e violações de direitos humanos contribuem antes para aumentar a revolta e o sentimento de desesperança entre os palestinos. As explicações mais prováveis, segundo John Dugard, residem na necessidade de “facilitar o deslocamento dos colonos” pelo território ocupado e “imprimir sobre o povo palestino o poder e a presença do ocupante”. Os *checkpoints*, especificamente, “servem para humilhar os palestinos e criar sentimentos de hostilidade profunda contra Israel”²⁴.

²³ Veja OCHA-OPT. *West Bank Movement and Access*. Special Focus. Junho de 2010. <http://www.ochaopt.org/>

²⁴ Veja John Dugard. *Op. Cit.* pp. 15-16.

Considerações finais

Em seu último relatório como *Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos nos Territórios Palestinos Ocupados*, o eminente juiz sul-africano John Dugard conclui dizendo que o conjunto das ações de Israel tanto na Faixa de Gaza como na Cisjordânia constituem uma ilegal e inaceitável “punição coletiva” do povo palestino. Mais do que isso, o relatório de investigação do ataque israelense à Flotilha, além de condenar o uso abusivo de força, conclui que há uma verdadeira crise humanitária instalada na Faixa de Gaza em decorrência das mencionadas medidas de punição coletiva. Diz ainda que “a preponderância de evidência de fontes impecáveis é grande demais para se chegar a uma opinião contrária”²⁵.

Richard Falk, em 2011, diria que dada a situação instalada seria apropriado renovar o chamado de seu antecessor, Dugard, para que o Conselho de Direitos Humanos (CDH) e a Assembleia Geral remetam a questão à Corte Internacional de Justiça, para uma avaliação qualificada da possibilidade de “elementos da ocupação israelense constituírem formas de colonialismo e apartheid”²⁶.

Em um informe à Assembleia Geral da ONU²⁷, Richard Falk argumentou que os desenvolvimentos desde 1967 transformaram o quadro de ocupação *de jure*, em uma condição de anexação *de facto*. Após analisar detalhadamente a situação de Jerusalém oriental e da Cisjordânia, o relator afirma que:

(...) o padrão geral que combina expulsões forçadas de palestinos para fora e a transferência voluntária apoiada pelo governo para dentro, reflete uma política israelense sistemática que visa criar o quadro para a desapropriação (*dispossession*) geral dos palestinos e o estabelecimento de um controle permanente sobre os territórios ocupados desde 1967. De acordo com um relatório da ONU, a transferência forçada de uma população, ou limpeza étnica, se define como ‘o movimento deliberado, coercitivo e sistemático (...) de uma população para

²⁵ *Report of the international fact-finding mission to investigate violations of international law, including international humanitarian law, and human rights law, resulting from the Israeli attacks on the Flotilla of ships carrying humanitarian assistance*. Human Rights Council, 15th Session, A/HRC/15/21, 22 de set. 2010, p. 54.

²⁶ Richard Falk. *Op. Cit.* p. 5.

²⁷ A/65/331.

dentro ou para fora de uma área (...) com o efeito ou propósito de alterar a composição demográfica de um território... particularmente quando aquela ideologia ou política afirma a dominação de um certo grupo sobre outro'. Não há dúvida que, através de sua política de expulsão dos palestinos e desapropriações em Jerusalém, Israel continua sendo responsável por uma política gradual porém cumulativamente devastadora cujo objetivo é atingir a limpeza étnica dos palestinos²⁸.

Deve-se notar que as maiores taxas de expansão dos assentamentos israelenses foram registradas no período pós-Acordos de Oslo (1993-1995)²⁹. Além dos assentamentos, os palestinos viram avançar rapidamente a construção das estradas exclusivas israelenses, da Barreira de separação, e a judaização de Jerusalém oriental, o que significa que por duas décadas o povo palestino pagou um preço muito alto apenas para manter abertas as negociações, em meio às reiteradas e sistemáticas violações de seus direitos humanos.

Em 1988, o Conselho Nacional Palestino emitira a Declaração de Independência da Palestina, limitando suas aspirações a 22% da Palestina histórica e reconhecendo o direito à existência de Israel sobre os 78% restantes. Naquele momento, quase 100 países reconheceram o Estado palestino. Na década de 1990, outros Estados, principalmente ex-repúblicas soviéticas, somaram-se à iniciativa de reconhecimento da Palestina. Em 2005 foi a vez da Venezuela e, em 2008, da Costa Rica. Mas Israel apenas reconheceu a OLP como representante do povo palestino (em 1988), sem declarar seu reconhecimento ao direito à existência do Estado palestino. Isso significa, inclusive, que a Conferência de Madri de 1991 e as negociações de paz iniciadas em Oslo, em 1993, realizaram-se sobre a base da absoluta desigualdade entre as partes.

A Iniciativa Árabe Pela Paz, lançada em 2002, propôs a suspensão da ocupação militar israelense e a criação do Estado palestino nas fronteiras de 1967 (com Jerusalém oriental como capital e o estabelecimento de uma solução justa ao problema dos refugiados

²⁸ Richard Falk. *Op. Cit.*, p. 11.

²⁹ Mais de 40% da Cisjordânia encontra-se hoje sob jurisdição dos Conselhos dos Assentamentos. Veja Saeb Erakat. *Sessão de Abertura*. Reunião das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe em Apoio à Paz Israelo-Palestina. Montevideu, 29 e 30 de março de 2011.

palestinos), em troca da normalização das relações entre Israel e o conjunto dos 22 países árabes. Hoje a Iniciativa Árabe se estende aos 57 países da Organização da Conferência Islâmica. No entanto, como lembra o membro do Comitê Executivo e anterior Chefe de Negociações da OLP, Saeb Erakat, “enquanto os anteriores governos israelenses haviam apresentado propostas para uma paz geral que estavam longe de ser justas, equitativas e aceitáveis”, o atual governo israelense não apresentou proposta alguma. Pelo contrário, o governo de Netanyahu “sequer reconhece que a situação de 1967 constitua a base de referência para um debate sobre as fronteiras”³⁰.

Com as conversas de paz paralisadas desde pelo menos setembro de 2010 (devido à recusa israelense em renovar a moratória sobre novas construções em assentamentos), a Autoridade Nacional Palestina adotou a estratégia de ampliar o reconhecimento internacional da Palestina e pleitear o seu ingresso na qualidade de membro em pleno direito na ONU, através de uma resolução do Conselho de Segurança, por ocasião da 65ª Sessão da Assembleia Geral em setembro de 2011.

No quadro da atual estratégia diplomática palestina, o primeiro país a brindar reconhecimento ao Estado palestino foi o Brasil, em dezembro de 2010, citando, o que é importante notar, as fronteiras de 1967, seguido da Argentina, Bolívia, Equador, Chile e Uruguai, e elevando a pelo menos 112 o número de países que hoje reconhecem o Estado da Palestina, em geral sobre as fronteiras de 1967. A medida, a qual em si não acarretará o fim do regime de ocupação israelense, tampouco carece de importância, sendo dois os seus significados fundamentais: primeiro, afirmar a noção de que o povo palestino constitui uma nação, que não deve ter que esperar de Israel o reconhecimento de seu direito a existir; segundo, chamar atenção para o fato de que o maior empecilho para a autodeterminação nacional e a soberania palestina advém justamente da ocupação militar israelense dos territórios palestinos, desde 1967.

O ingresso da Palestina na Organização das Nações Unidas tem sido anunciado como o recurso final da OLP pela paz com base na solução de dois Estados, num contexto amplamente reconhecido de “*statu quo* insustentável, principalmente no momento em que tantos em toda a

³⁰ Saeb Erakat. *Sessão de Abertura*. Reunião das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe em Apoio à Paz Israelo-Palestina. Montevideu, 29 e 30 de março de 2011.

região lutam pela liberdade e a dignidade mediante a não violência, renascimento este que é palpável também entre os palestinos”³¹.

Em última instância, o fracasso de duas décadas de negociações de paz não se dissocia da falência em se fazer respeitar a lei humanitária internacional. Qualquer iniciativa para sustentar a paz e a reconciliação entre israelenses e palestinos não pode prescindir da proteção aos direitos humanos do povo palestino, bem como da consciência da necessidade de reverter a longa história, e atual política, de ocupação, desapropriação e desenraizamento do povo palestino.

Bibliografia

ABU SITTA, Salman. *The Return Journey: A Guide to the Depopulated and Present Palestinian Towns and Villages and Holy Sites in English, Arabic and Hebrew*. Palestine Land Society, 2000.

BADIL. Badil Resource Center for Palestinian Residency & Refugee Rights. *Survey of Palestinian Refugees and Internally Displaced Persons*. www.badil.org/refugees.htm

BADIL. *Al Majdal: Palestine's Ongoing Nakba*. nº 39-40, Belém, outono/inverno 2009.

CHILLER-GLAUS, Michael. International and regional efforts to promote a solution of the Palestine refugee issue. *United Nations International Conference on Palestine Refugees*. UNESCO Headquarters, Paris, 29 e 30 de abril de 2008.

DUGARD, John. *Human Rights situation in Palestine and other Occupied Arab Territories*. Human Rights Council. Seventh Session, Item 7, A/HRC/7/17 21 janeiro 2008.

ELSAMMAN, Ali. Pourquoi le non au dialogue? In: Jean-Paul Sartre. *Le Conflit Israélo-Arabe: Dossier, Le Temps Modernes*. Paris, no 253, 1967.

³¹ Ban Ki-moon. Pronunciamento à Reunião das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe em Apoio à Paz Israelo-Palestina, Montevideu, 29 e 30 de março de 2011.

FALK, Richard. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967*. Human Rights Council. 16th Session. A/HRC/16/72, 10 de jan. 2011.

FISCHBACH, Michael R. Refugee properties and compensation. *United Nations Special Meeting to Mark Sixty Years of Dispossession of Palestine Refugees*. Nova Iorque: ONU, 2008, 20 de junho.

KHALIDI, Rashid. The Palestinians and 1948. In: ROGAN, Eugene e Shlaim, Avi. *The War for Palestine*. Rewriting the history of 1948. Nova York: Cambridge University Press, 2007.

LAQUEUR, Walter; Rubin, Barry (eds.). 2001. *The Israel-Arab Reader* A documentary history of the Middle East conflict. New York: Penguin.

PLO Negotiations Affairs Department. *Palestinian Refugees*. maio de 2008. <http://www.nad-plo.org/images/maps/pdf/palreg.pdf>

ONU/Organização das Nações Unidas, *Progress Report of the United Nations Mediator in Palestine*. Nova York: UN, 1948. Doc. A/648.

ONU/Organização das Nações Unidas. *La Condición Jurídica de Jerusalén*. Nova Iorque: NU, 1997.

PAPPE, Ilan. *The Ethnic Cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld, 2001.

4 – Paz e Reconciliação (Peace and Reconciliation)

Carlos Alberto dos Santos Cruz¹

Paz e reconciliação são situações distintas que permanecem como objetivos de muitos indivíduos e instituições envolvidas na solução de conflitos. As motivações dos conflitos são diversas e, em consequência, não existe um modelo a ser utilizado para atingir o estágio final desejado de extinção da violência física de motivação política e institucional e da compreensão mútua necessária para que grupos opositores desenvolvam suas atividades numa caminhada pacífica para a construção de melhores condições de vida.

Paz e reconciliação são fundamentais para que outras ações possam ser desencadeadas com o objetivo de promover dignidade, desenvolvimento e condições de vida para a população.

É indiscutível a importância da paz e da sua promoção. Da mesma forma, é indiscutível a importância da reconciliação para que as partes em conflito possam produzir os benefícios necessários para as populações atingidas. Não é o caso de discutir a importância da paz e da reconciliação, e sim do que fazer, como fazer, e quando tomar determinadas decisões para a promoção de tão nobres objetivos.

Não é de todo correto considerar a pobreza como fonte de violência, pois o fenômeno existe em todos os níveis sociais, em maior ou menor

¹ General-de-Divisão.

grau. No entanto, abaixo de uma determinada linha, onde a situação vai muito abaixo da pobreza, existe uma vinculação da miséria com a violência, com a falta de condições mínimas e com a falta de esperança de futuro. A miséria contém um potencial de violência pela facilidade de manipulação política e até mesmo pelo aumento de violência na dinâmica social. De maneira oposta, na sociedade mais justa, existem melhores condições de paz, de reconciliação, tolerância e diminuição da violência.

Era mais um dia em Porto Príncipe - A primeira atividade do dia, normalmente, era verificar os relatórios diários das unidades militares.

A qualidade dos relatórios chamados de SITREP (Situation Report) era excelente. As unidades militares tinham muita experiência e haviam desenvolvido um sistema rico em detalhes. Para o componente militar e também para a missão das Nações Unidas, esse era o documento mais importante. Ele vinha direto dos acontecimentos no terreno, sem interpretações, sugestões, interesses. As câmeras digitais eram utilizadas por praticamente todas as dezenas, centenas de patrulhas percorrendo as cidades dia e noite. As ocorrências não tinham muita novidade.

Eram repetitivas, dependendo do momento do país. No início de 2007, por exemplo, havia muitos incidentes de tiros contra as tropas, veículos militares e pontos fortes (strong points) e detenção de pessoas portando armas. Eram comuns os casos de socorro a pessoas doentes ou machucadas nas ruas e ao longo das estradas e socorro diário a mulheres feridas em consequência do alto índice de violência doméstica contra a mulher. Muitas vezes as tropas salvaram pessoas de morrerem por linchamento, o que se chama de “popular justice”. E mais uma lista longa de outras ocorrências esporádicas que acontecem naquele ambiente, a maioria sem nada de diferente do que acontece em muitos países, cidades e subúrbios mais pobres no mundo, em especial nos locais também com ausência do Estado.

Apesar da variedade de situações vividas intensamente no país, naquele dia um dos casos, que também não era novidade, desencadeou um sentimento de reflexão e tristeza sobre a vida desgraçada das pessoas miseráveis naquele país. Não era mais o caso de ser surpreendido pelos acontecimentos e pelo conhecimento da situação do país. A realidade era clara e as razões da existência daquela situação eram mais claras ainda. No entanto, aquele acontecimento relatado em detalhes, com fotos, mesmo não sendo exceção, causou pesar pela motivação da morte

por linchamento de mais uma pessoa cujo corpo havia sido encontrado por uma patrulha no dia anterior. Um homem tinha sido linchado até a morte porque havia tentado roubar um cacho de bananas. E por causa disso ele havia sido pego por populares, amarrado, espancado, apedrejado e incendiado com combustível e pneus velhos vestidos em torno dele. Chegou a acontecer, em determinados períodos, de vinte, trinta ou até cerca de cinquenta linchamentos num único mês. Isso não acontecia sempre com a mesma frequência, mas não era nada de excepcional. Mas aquele caso era provocativo para pensar sobre a motivação das pessoas em tomar aquela atitude, em represália a um homem que tentou furtar apenas um cacho de bananas. Ninguém rouba algumas bananas para ficar rico, para fazer um dinheiro significativo. Não era o furto de um objeto ou de uma carga valiosa, ou com algum valor econômico. Era um furto para talvez ganhar algum dinheiro insignificante e também para matar a fome, num país onde as pessoas pobres fazem uma refeição por dia. E essa é a realidade de cerca de 80% da população do país, que vive com dois dólares/dia, sendo 50% os que vivem com menos de um dólar/dia. Esse era um caso de fome e miséria, e não de dinheiro! Talvez alguém sem conhecimento e percepção da realidade do país pensasse diferente. Aquilo ia além de um simples caso a mais nas estatísticas sobre o Haiti. Era o caso de um miserável a mais tentando sobreviver, tentando viver movido pelo único princípio que eles são compelidos a seguir, e que qualquer um é compelido quando está abaixo da linha da dignidade – sobrevivência. Ele morreu não somente por causa do linchamento, por “decisão” da justiça popular, ou em decorrência da errônea e absurda divulgação de que o Haiti possui cultura de violência. Na realidade, aquele cidadão morreu naquelas circunstâncias e a população agiu daquela maneira por causa da miséria promovida historicamente no país, principalmente por aqueles que seriam os responsáveis por administrar, liderar e auxiliar o país e a população durante o sofrimento continuado que vem acontecendo desde os tempos em que Cristóvão Colombo pisou naquele país na sua primeira expedição ao Novo Mundo. O povo não acredita no poder público, nas instituições. Isso significa que existe falta de confiança e de ligação emocional com o estado. Significa falta de confiança no judiciário e na polícia. Certo ou errado, esse é o sentimento de ao menos de parte significativa da população. Não veem o estado como sua proteção, por uma história de violência contra seus próprios cidadãos. Não acreditam nos seus representantes, pois a política nem sempre foi traduzida em administração pública. As pessoas comuns fazem o que podem, o que sabem, da maneira como julgam, intuitivamente, ser a forma de sobrevivência individual e coletiva.

Isso não significa absolutamente que os haitianos possuem uma cultura de violência. Pelo contrário, a população é extremamente pacífica. Por exemplo, com índice baixíssimos de assassinatos por ano, por cem mil pessoas (6,1); mais de três vezes mais baixo que Washington-EUA (cerca de 23) e do que a média no Brasil (aproximadamente 27).

O sentimento de “legitimidade” para as pessoas que participaram daquele linchamento talvez seja porque aquelas poucas bananas, naquele ambiente tão deteriorado pela miséria, fossem a única riqueza e único alimento que o proprietário furtado tinha para comer, para vender. Em síntese, era tudo o que o outro tinha para sobreviver também.

As pessoas vivendo em estado de profunda pobreza não têm condições de seguir os padrões estabelecidos na legislação e nas regras sociais. Elas nunca aprenderam e nunca tiveram as mínimas condições para entender que as regras são supostamente válidas para todos. Abaixo do nível de miséria, que é muito abaixo do nível de pobreza, existe uma vida real onde existe somente um princípio – sobrevivência. Infelizmente, superficiais e desvirtuadas, intencionalmente ou não, pelo sensacionalismo e comercialização de notícias e imagens do dia a dia da vida haitiana, as raízes e as origens da miséria, as responsabilidades e irresponsabilidades por todo um processo histórico não têm sido corretamente tratadas. Negligências, interesses internos e externos, interpretações erradas e deformadas de alguns princípios como democracia, intervenções e interferências de toda ordem, inclusive aquelas classificadas como humanitárias, apoiando e desenvolvendo, muitas vezes, atividades desconectadas da realidade, têm contribuído para gerar, ampliar e perpetuar distorções e problemas.

Grupos sociais e sociedades em conflito apresentam diferentes motivações e níveis de desenvolvimento. As consequências também são distintas. Há conflitos que acontecem em países com estrutura e condições internas para a busca de soluções para seus problemas, como os conflitos entre os bascos e o governo espanhol e entre a Irlanda e o governo do Reino Unido. Nesses casos, a busca da paz e da reconciliação é um problema interno, e não objeto dos comentários contidos neste artigo.

Neste texto, os comentários são fruto de observações limitadas a crises existentes nos países chamados de “frágeis” (fragile states) ou de insuficientes recursos financeiros (low-income states). Algumas

referências serão feitas ao caso haitiano, pela experiência pessoal e também pelo envolvimento e participação do Brasil naquele país.

Não é coerente considerar a prevenção de conflitos, a obtenção da paz e a reconciliação, sem considerar os seguintes fatores, entre outros já bastante tradicionais (disputas territoriais, étnicas, religiosas, etc):

- a pessoa humana e população como o objetivo final das ações de governo e das instituições; mesmo as ações de implementação das estruturas do Estado não podem perder o foco do benefício e precisam ser avaliados à luz dos benefícios produzidos para a população;
- a miséria como um dos elementos que mantém a potencialidade do surgimento e da recorrência de conflitos;
- a corrupção e o modelo de gerenciamento de recursos financeiros nacionais e internacionais; e
- a excessiva interferência e as tentativas de aplicação de soluções idealizadas, baseadas em modelos teóricos e sem conexão com a realidade de cada caso.
- a falta de objetividade em traduzir em ações os modelos e conceitos teóricos, fazendo com que os cidadãos não consigam entender praticamente o que significa democracia.

Mesmo sendo situações vinculadas, paz e reconciliação são conceitos e processos distintos. Considerando-se uma situação de conflito, normalmente essas situações acontecem em ordem sequencial, apesar de esforços para reconciliação poderem ser feitos ainda sem a paz ter sido completamente concretizada. A compreensão e o desejo de reconciliação podem ser razões fundamentais para facilitar e possibilitar o estabelecimento da paz. Em geral, mesmo com algumas ações simultâneas, há necessidade de que a paz seja estabelecida de alguma forma para que existam condições de reconciliação.

Existem diversas motivações que podem resultar em choques de interesses; e a existência de conflitos têm sido constantes ao longo da história. Existem disputas por questões territoriais, religiosas, étnicas, econômicas e, com maior evidência na história recente, de ideologia política e meio ambiente. Em todos os casos, a luta pelo poder é um dos fatores que mais dificulta a obtenção da paz e da reconciliação entre os antagonistas. É muito difícil aqueles que lutam pelo poder abrirem mão

voluntariamente de seus interesses e objetivos. Isso não parece ser uma característica comum na natureza humana!

Atualmente, existem outros fatores que podem ter influência muito significativa no estímulo à violência, dificultando a paz e a reconciliação. O crime organizado, pela dimensão que atinge em determinadas regiões e locais, é um fator que dificulta a estabilização de algumas sociedades. Outro fator considerável é a corrupção, que deteriora a aplicação da lei e de direitos fundamentais, tornando mais selvagem ainda a luta pelo poder e desviando os recursos necessários para a estabilização e o desenvolvimento.

Existem sociedades onde a maior parte da população vive em condições miseráveis, sem perspectivas e sem dinamismo econômico e social. Locais onde as classes sociais não estão integradas; muito pelo contrário. Nesses grupos sociais, jamais conciliados ou reconciliados, é alto o potencial de conflito. A miséria é incompatível com as ideias de prevenção de conflitos, de paz e reconciliação e também com o entendimento do que vem a ser democracia. A extrema pobreza facilita a manipulação do povo, a corrupção e até mesmo o “assalto legal” ao Estado, com distorções, intencionais ou não, dos princípios considerados democráticos.

Assim como a existência de conflitos tem sido uma constante, também tem sido permanente a dedicação de pessoas e grupos para na obtenção de paz e da reconciliação ao longo da história. No entanto, não podem deixar de considerar alguns limites para os esforços na obtenção da pacífica harmonia de grupos opositores. Muitas vezes, o conflito, a quebra da “ordem” existente e a temporária desestabilização são forças capazes de produzir resultados que irão criar um contexto mais apropriado para uma paz duradoura e uma reconciliação mais equilibrada.

Existem conflitos que não são originados por conflitos entre países, etnias, grupos religiosos. Algumas crises ocorrem ou são agravadas em decorrência de falta de integração social e do comportamento político do governo em relação à sua própria população.

Assim, na busca permanente da paz e da reconciliação, há, também, necessidade de considerar outras questões, tais como:

- o nível aceitável de conflito; o fato de a própria crise ser o elemento propulsor da evolução política e social;

- o nível de interferência admissível (mesmo considerando que a intervenção seja desprovida de qualquer interesse e tenha o desejo de promover a paz e a reconciliação);
- as medidas a serem sugeridas ou adotadas para auxiliar na contenção da violência e na promoção do entendimento entre as partes; e
- as ações práticas a serem adotadas para a promoção da paz e da reconciliação.

O Objetivo

O ser humano, a população, o povo devem ser o foco da existência das organizações, das instituições e de suas lideranças. O objetivo de todas as ações na busca da paz e da reconciliação deve ser o impedimento absoluto da violência de motivação política à integridade física e à dignidade das pessoas e da população. As instituições internacionais, nacionais, as funções públicas, as lideranças de grupos políticos e sociais existem unicamente pelo objetivo final de transformar conceitos em ações práticas que beneficiem diretamente a população. E precisam ser responsáveis e responsabilizadas legalmente por suas ações.

Grupos de Interesse, Lideranças e Responsabilidade

Mesmo nos países pobres onde existem conflitos, há pessoas e grupos bem estabelecidos, às vezes chamados de “elites”, que abrangem todos aqueles que têm uma boa ou excelente situação econômica, que são bem estabelecidos no contexto social, seja por possuírem recursos financeiros seja por estarem ligados à estrutura de poder. Por serem os responsáveis pela política, pela administração pública, pela justiça e pela economia, essas pessoas e grupos possuem a capacidade de influir decisivamente nas crises, promovendo a paz e a reconciliação ou agravando as disputas. Nas sociedades com estrutura fragilizada, a população é fácil de ser manipulada em qualquer direção, pois a luta diária é pela sobrevivência, e isso reduz a possibilidade de formação de conceitos e de comportamento que não sejam ligados às necessidades imediatas. Daí, a responsabilidade das pessoas e dos grupos mais bem estabelecidos. Muitas vezes, essa pequena parcela gasta cem por cento

de suas energias em disputas política que nada mais é do que a luta pelo poder, sem acarretar benefícios para a população.

Nessas sociedades desestruturadas, normalmente a maior parte da população, em alguns casos mais de oitenta por cento vive uma luta incessante e desumana pela sobrevivência, é passível de violência física e sofre com o desrespeito à sua dignidade e aos direitos fundamentais. Normalmente, essa massa de desassistidos não participa do processo decisório (a não ser em eleições) e não reage, pois tem todas as suas energias consumidas na sua luta pela sobrevivência.

Deve ser considerado, também, que a responsabilidade não é só interna. Todos os atores externos sejam eles países, organizações e indivíduos envolvidos precisam ter sua responsabilidade definida e serem passíveis de responsabilidade legal.

Paz

A paz pode ser obtida de várias formas: desde a vitória de um dos oponentes, encerrando o conflito com a parte vencedora assumindo o poder, até a imposição da paz por forças externas, sob mandato da ONU ou não. Muitas vezes, nenhum dos atores possui força suficiente para impor derrota ao oponente, ficando o conflito duradouro por longo tempo, impondo sacrifícios à população, deteriorando, ao extremo, a situação econômica e social, recrutando inclusive crianças para a luta armada, além de outras formas de violência, tais como a violência sexual e a corrupção generalizada.

A Organização das Nações Unidas e outros órgãos regionais procuram atuar para conter a violência e promover a paz. A intervenção internacional, em alguns casos, têm tido algum sucesso. No entanto, o prosseguimento das ações para a construção de uma reconciliação efetiva e para o desenvolvimento econômico e social não têm apresentado resultados expressivos compatíveis com os recursos financeiros alocados.

Auxílio Financeiro Internacional

O modelo de intervenção internacional, em especial na promoção do desenvolvimento econômico, apresenta falhas gritantes, difíceis de

serem corrigidas, tendo em vista que, aos interesses internos das partes em conflito, passaram a ser somados interesses de atores externos, tais como:

- os objetivos dos países mais influentes dentro da própria Organização das Nações Unidas, atuando de acordo com sua doutrina e tentando apresentar soluções próprias, algumas vezes desconectadas da realidade local; e

- de milhares de atores catalogados como agências, fundos, programas, organizações não governamentais, organizações civis de interesse público, etc.

A situação é ainda agravada por:

- falta de coordenação de transparência na aplicação de recursos financeiros, possibilitando o desperdício e a corrupção;

- interpretação errônea do que significa “estabilização”, sem verificar se o término da violência está sendo utilizado pelo poder político e pela administração pública para a redução da pobreza e da miséria ou, no mínimo, para trazer alguma expectativa de esperança de melhor futuro para a população;

- entusiasmo, perfeitamente compreensível, com o término da violência, bloqueando a percepção de que, algumas vezes, a “estabilização” não está contribuindo para a modificação do status quo, responsável, em algumas situações, pelos problemas existentes;

- excesso de interferência e pelo modelo de intervenção assistencial e de auxílio financeiro, paralisando o dinamismo necessário ao desenvolvimento social, político e administrativo;

- falta de tradução de democracia em ações de prestação de serviço público, reduzindo a prática e a vida democrática somente a eleições, sem qualquer outra consequência para a população, colocando todo o processo em descrédito; isso se agrava, ainda, quando indivíduos e governantes sem admiração da população são apoiados e muitas vezes superprotegidos em suas posições em nome da democracia, o que não é entendido pela população; e

- interferência desmedida e assistencial, enfraquecendo o orgulho e a identidade nacional.

Todos esses fatores podem gerar, agravar e perpetuar distorções.

Reconciliação

Quando os lados opostos envolvidos em uma disputa não são capazes de conversar abertamente sobre os fatos ocorridos durante um conflito, a reconciliação se torna impossível. O diálogo é o primeiro passo no processo e é fundamental para qualquer expectativa de reconciliação.

Para que haja reconciliação, há necessidade de as partes envolvidas estarem completamente abertas e desejosas de, pelo menos, superar o passado e construir um acordo que será peça fundamental para as ações futuras necessárias para o relacionamento político, para o comportamento social e para o desenvolvimento econômico.

Reconciliação, pelo próprio significado do termo, é uma possibilidade que existe em consequência de um conflito. O termo está ligado a uma situação de disputa anterior, onde as partes opostas se digladiaram. A reconciliação após os conflitos está intimamente conectada e condicionada às motivações que originaram os conflitos e aos aspectos históricos e culturais.

Existem situações críticas cuja solução não está ligada simplesmente a um desejo de esquecimento do passado e à vontade de construir um futuro melhor. A possibilidade de reconciliação não está ligada só a uma disposição de entendimento e vontade. Juntamente com as motivações originadas por desentendimentos entre etnias, grupos religiosos e sentimentos nacionalistas, existe um fator extremamente vivo no processo, que são os interesses políticos, econômicos e a luta pelo poder. Esses fatores estão presentes na natureza das relações humanas e nos grupos sociais, e são os maiores empecilhos ao processo de reconciliação.

Muitas vezes, a massa da população, vivendo em permanente estado de luta pela própria sobrevivência, não tem condições de manter a pressão necessária para a dinâmica da política e da administração. Em consequência, que as intervenções e auxílios contribuam para a criação da dinâmica, através da transparência e da publicidade das ações, projetos, auxílio financeiro, sua aplicação e prestação de contas. Transparência através da publicidade é o meio de manter as comunidades e a população como órgão fiscalizador da ação governamental e, no caso, da ação internacional.

As situações de conflito, de desestabilização interna, geradas por perda de legitimidade de governos, em virtude de não mais atenderem

e refletirem os interesses da população, também gera violência e torna problemática a reconciliação. A reação da população, nesses casos, tem sido determinante para o processo de transformação. Isso é possível de acontecer em países onde o nível de miséria não é o mesmo daqueles que são objeto dos comentários neste texto. Nos países extremamente pobres, por desconhecimento e por necessidade de luta pelo próprio sustento, a população tem mais dificuldade de reação para a exigência de boa performance de seus governantes e da administração pública.

Redução da Pobreza e Desenvolvimento

Existem missões do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas localizadas em países com baixos índices de desenvolvimento humano (Congo, Sudão, Côte d'Ivoire, Libéria, Saara Ocidental, Timor Leste e Haiti, além das missões no Oriente Médio, Kosovo, Chipre, Líbano e Índia-Paquistão, as quais possuem características distintas das anteriormente listadas) onde os governos locais não possuem os recursos necessários para a promoção da prestação de serviços públicos básicos para a população, tais como: energia elétrica, água, esgoto, moradia, educação, saúde e justiça. A falta de estrutura do Estado, além de não possibilitar um gerenciamento com alguma eficiência, facilita o desperdício, a falta de controle e a corrupção, praticamente inviabilizando a recuperação em médio, e mesmo em longo prazo.

Considerando as situações de conflito onde a pobreza e a miséria são fatores importantes no contexto, existe a necessidade de promover a melhoria das condições de vida da população para que a paz seja duradoura e a estabilidade conseguida crie condições para o desenvolvimento, mesmo em estágio inicial. A chamada estabilidade pós-conflito precisa gerar, de imediato, benefícios para a população, ou então o que se chama de estabilidade não será nada mais que uma bomba-relógio, contando tempo para que novos problemas similares venham a ocorrer.

Utilizando o Haiti para exemplificar existem diversos índices cuja retrospectiva mostra a falta de evolução positiva, apesar bilhões de dólares aplicados ou, pelo menos, captados em nome daquele país e anunciados como auxílio. Alguns dados indicam 85% vivendo abaixo da linha de pobreza, 92% de detentos sem processo regular, 47% de analfabetos. E se voltarmos no tempo, os índices são os mesmos por muitos anos. Andando

pelas áreas pobres da cidade, problemas gravíssimos de saneamento estão inalterados, no mínimo, a cinco anos. Existem dados estatísticos e de observação que indicam a necessidade de revisão, transparência e modificação da prática que vem sendo utilizada.

Modelo de Auxílio Financeiro

Este não é um texto baseado em trabalho técnico de pesquisa. As ideias aqui expressas são parte de estímulo de ideias num seminário e coletadas, principalmente, pela observação. O modelo de auxílio financeiro internacional apresenta muitas dificuldades na obtenção de resultados.

Os mecanismos criados para a redução da pobreza e para o desenvolvimento são baseados no reforço às instituições do Estado (statebuilding). Apesar do foco de todas as ações ser a população, o ser humano em essência, o auxílio se baseia no reforço das instituições, porque se supõe que o governo é o meio mais apropriado para promover a prestação de serviços básicos, a justiça e até mesmo estimular o desenvolvimento da iniciativa privada. No entanto, nem sempre a resposta é positiva, por diversas razões:

- falta de regularidade na doação de recursos, inviabilizando a possibilidade de planejamento a médio e longo prazo. No Haiti, por exemplo, cerca de 60% do orçamento anual é fruto de doações que nem sempre são regulares;

- acusações de má aplicação dos recursos e de corrupção fazem com que, em alguns locais, os países doadores não destinem os recursos para o governo local, distribuindo os recursos financeiros para agências próprias, o que facilitaria a responsabilidade legal. Isso também possibilita que os doadores se dediquem a trabalhos julgados por eles importantes nas suas avaliações, sem considerar o planejamento do governo local.

Um volume grande de recursos também é destinado a outras agências internacionais, fundos, programas e organizações não governamentais, e outras instituições diversas, gerando outros problemas graves paralelos. Apesar da dificuldade de acesso a dados, ou até mesmo pela inexistência de informações, existem países cujos governos recebem, no

máximo, entre 10% e 20% dos recursos financeiros da ajuda, enquanto os outros 80% a 90% são destinados aos atores externos atuando no país hospedeiro. Existem algumas reclamações sobre a falta de comprometimento de alguns governos locais com as metas estabelecidas com os recursos recebidos. Em resposta, é alegada a falta de confiança dos doadores internacionais. A construção e a reconstrução de um país é um problema nacional, de identidade da nação com seus problemas e soluções, de orgulho nacional. Os percentuais de aplicação de recursos estão completamente invertidos em relação à criação de responsabilidade local, identidade e orgulho nacional.

- Mesmo com uma cultura de estatísticas e de tecnologia da informação, com uma infinidade de dados disponíveis sobre assuntos variados, é muito difícil conseguir dados acerca da contabilidade e da prestação de contas da maior parte das organizações internacionais. Não existe disponibilidade de volume de recursos, percentuais gastos com consultoria, autogerenciamento, repasse para parceiros de implementação de projetos, e percentual aplicado com impacto final.

Não é possível listar todas as organizações atuando no Haiti, mas são encontradas indicações de que existem atualmente cerca de 12.000 atuando no país, contando as nacionais e as internacionais. Os números são incertos, mas antes do terremoto que atingiu o país em 12 de janeiro de 2010, existiam informações não confirmadas de até 10 mil organizações. Apesar de existir legislação já de longa data regulando a atuação de entidades estrangeiras e não governamentais, cerca de 95% daquelas presentes no país não são cadastradas no órgão oficial do governo haitiano que é responsável pela cooperação externa. Atualmente, existem algumas organizações que estão se dedicando à pesquisa sobre o controle, o total de recursos e os resultados dos trabalhos realizados. Especificamente, após o terremoto de 2010, o Estado haitiano, que já era bastante frágil, perdeu a capacidade de atuação na catástrofe, ficando os trabalhos emergenciais por conta da ONU e dos demais atores externos, cujo número aumentou após a catástrofe. Foi, e ainda é, bastante visível a ausência do Estado na reconstrução do país. É visível também o trabalho e os benefícios disponibilizados pelas diversas organizações internacionais, atuando no auxílio à população em todos os itens necessários, desde o fornecimento de barracas, banheiros móveis e limpeza, fornecimento de água, medicamentos, alimentação, geradores, etc. Muitas dos atores se organizaram em grupos,

dividindo as tarefas, tudo por iniciativa, sem uma coordenação centralizada, o que é perfeitamente aceitável em situação de emergência. No entanto, a situação não era muito diferente antes do abalo sísmico. E atualmente, após mais de um ano do terremoto, continua o mesmo problema de coordenação.

A falta de transparência na administração e aplicação dos recursos financeiros internacionais pode levar a desperdícios e possibilita acusações de corrupção em todos os níveis, ficando o governo local com as consequências das acusações, infundadas ou não, apesar de ser o menor beneficiário de recursos.

No modelo de auxílio financeiro internacional, existem dois problemas que são vinculados e que dificultam a avaliação de todo o sistema. O primeiro é a maneira como os países doadores fazem a divulgação pública dos recursos destinados aos países necessitados. O montante do auxílio é anunciado, mas não é esclarecido se o total será desembolsado em um, dois ou três anos; não é dito se, posteriormente, irá necessitar de aprovação interna nos congressos dos países doadores; não é especificado o cronograma de liberação dos recursos; e posteriormente não é considerada a pulverização dos recursos através de um grande número de organizações. Muitas vezes, no total anunciado, estão incluídas as próprias despesas internas do país doador para viabilizar as ações necessárias. Outro problema da pulverização é que nenhum dos contemplados com recursos possui capacidade para resolver problemas em grande escala.

Não considerando as ações emergenciais em momentos de catástrofes, existe necessidade das Nações Unidas de recomendar regras a serem seguidas pelos seus países-membros na distribuição de recursos financeiros como doação. Importante passo é estimular os países-membros a distribuírem recursos para organizações que tenham seus projetos aprovados pelo governo do país hospedeiro. Isso iria exigir que todos os projetos fossem submetidos à aprovação, supervisão e responsabilidade do governo local, antes de serem apresentados aos países e instituições doadoras. Outra medida importante seria recomendar que todos os projetos tenham um plano de transferência de propriedade da organização responsável pelo projeto para o governo local (ownership). Isso evitaria que fossem desenvolvidos projetos sem sustentabilidade. Por exemplo, se uma organização quer construir

uma pequena clínica, comprar equipamentos, etc., ela deve ter um plano, aprovado para passar, gradualmente, a responsabilidade para o governo local, o qual, por sua vez, terá que destinar recursos todo ano no seu orçamento para o referido programa, a fim de ir assumindo a propriedade e o gerenciamento, até a completa liberação da organização externa.

O modelo seguido, no qual a organização externa é completamente responsável por tudo, desde a captação dos recursos até o funcionamento do projeto, deixa as organizações com a liberdade de iniciativa, sem sustentabilidade no seu prosseguimento. Isso isenta o governo e a administração pública de responsabilidades, estimulando o desenvolvimento de uma mentalidade e de um comportamento irresponsável. O governante e o administrador público deixam de desenvolver sua responsabilidade de prestar contas de suas ações para a população e esta, por sua vez, não cria o mecanismo de cobrar resultados de seus governantes, pois ela vê a organização estrangeira empreendedora como responsável, e não seus governantes.

Considerando o Haiti para exemplificar o problema existente na distribuição e aplicação de recursos financeiros internacionais, algumas considerações são destacadas: a) o Produto Interno Bruto do País é de cerca de 5,5 bilhões de dólares; b) existem no país cerca de 12.000 organizações não governamentais; c) adicionalmente aos recursos das entidades consideradas ONG, as grandes agências, fundos e programas e os acordos bilaterais de cooperação; d) a comissão internacional para a reconstrução do país recebeu entre 1,2 e 3 bilhões de dólares – existem informações discrepantes sobre os valores; d) e em 2010 foram remetidos ao país, pelos haitianos no exterior, em apoio aos seus familiares, cerca de 2 bilhões de dólares.

A organização não governamental dos Estados Unidos da América, chamada Disaster Accountability Project dedicou-se a pesquisar sobre as atividades de ONG relativas à captação de recursos, aplicação, prestação de contas e resultados obtidos após um ano do terremoto que atingiu o Haiti em 12 de janeiro de 2010. Em consequência foi divulgado o One Year Report On Transparency of Relief Groups Responding to 2010 Haiti Earthquake. Seguem algumas observações extraídas do relatório.

- Foram selecionadas 196 organizações, das quais apenas 38 se dispuseram a preencher o formulário de pesquisa.

- Apesar de 35 das 38 informarem que prestam informações regularmente sobre suas atividades, foi constatado pela pesquisadora que apenas 8 efetivamente prestam informações regularmente.
- As 38 organizações consideradas, após o terremoto, captaram nos Estados Unidos da América, 1,4 bilhões de dólares, dos quais foram aplicados 52% (730 milhões de dólares), ficando o restante (670 milhões de dólares) sem aplicação no primeiro ano após a tragédia.
- Somente 5 organizações admitiram responder sobre os ganhos no mercado de capital com os recursos não aplicados – 1,8 milhões de dólares.

Durante os recentes distúrbios civis que estão assolando parte do mundo árabe, uma das placas conduzidas por um cidadão ilustravam as grandes preocupações – “Emprego, Corrupção e Justiça”.

Paz e Reconciliação tem sido uma busca tão permanente como a própria existência de conflitos e crises. O sucesso será sempre fruto da habilidade política para o diálogo e para a aplicação dos recursos militares e civis disponíveis. No entanto, quando contida a violência e reintegrados os grupos opositores, a paz e a reconciliação serão duradouras somente se trouxerem esperança, benefícios básicos imediatos para a população e desenvolvimento, mesmo que seja de longo prazo.

O auxílio para o desenvolvimento precisa passar por uma revisão dos padrões utilizados para a avaliação e para a interferência nos conflitos; para a distribuição e controle de recursos financeiros; para o estabelecimento de percentuais de despesas específicas e para a avaliação de resultados à luz dos benefícios diretos para a população.

Tendo em vista as acusações de corrupção e de desperdício, é importante que seja estudada a criminalização da corrupção com recursos financeiros internacionais como crime internacional.

Paralelamente a essas medidas, existe a necessidade de transparência através de exaustiva publicidade para que a população através de seus cidadãos e de suas comunidades e associações sejam os fiscalizadores da ação governamental e internacional.

5 – A Reconstrução do Haiti: novos desafios para cooperação regional e o papel do Brasil

Monica Hirst

A presença latino-americana no Haiti desde 2004 corresponde à primeira experiência de intervenção e cooperação para o desenvolvimento coordenada de um grupo de países sul-americanos. A decisão de assumir responsabilidades no processo de reconstrução haitiana encontrou diferentes explicações, vinculadas as políticas externas individuais, aos novos tempos das capacidades de oferta de cooperação internacional e mais recentemente a premência de ações assistências em contextos de crise humanitárias causadas por desastres naturais¹.

I

Inicialmente esta presença esteve vinculada a tendência na comunidade internacional de buscar soluções regionais para situações de crises severas de governabilidade, escaladas de violência e quebra institucional. A participação destacada do grupo ABC (Argentina, Brasil

¹ O Chile, que inicialmente reteve a responsabilidade de representação especial da ONU no Haiti, foi o primeiro país a comprometer-se com uma intervenção autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas como forma de compensar junto a Washington sua atuação contrária ao ataque militar ao Iraque. Já o Brasil, negociou diretamente com a ONU sua presença e o comando da MINUSTAH. A Argentina, o país mais experiente em operações de paz, se somou com reticência a partir de uma avaliação sobre os custos de assumir postura diferente a seus principais vizinhos

e Chile) na formação da MINUSTAH em 2004 pretendia também introduzir uma metodologia de estabilização que se diferenciava das ações bi e multilaterais que haviam fracassado em solo haitiano a partir da suposição de que seriam capazes de transferir *know-how* em matéria de transição e consolidação democrática. Neste sentido, enquanto seja acertado encontrar nexos entre a criação desta Missão e os interesses dos EUA também é pertinente sublinhar as rápidas diferenças de expectativas entre o governo norte-americano, o comando da MINUSTAH e as representações diplomáticas latino-americanas quanto à forma de operar junto aos focos de violência, ao diálogo mantido com as forças políticas locais e ao reconhecimento do peso da cultura política haitiana na reconstrução do Estado de direito no país. Também tornaram-se visíveis os contrastes metodológicos e de visão política entre as ações de cooperação para o desenvolvimento realizadas pelos governos da região e aquelas levadas a cabo por representantes de países europeus e dos EUA.

Durante os anos 2004-2009 os governos do ABC concentraram seus esforços e atenções no Haiti em torno de quatro necessidades locais: i) segurança interna, ii) estabilidade e coesão política; iii) fortalecimento institucional para melhorar a oferta de bens públicos, iv) ações de cooperação para o desenvolvimento local. A combinação das quatro frentes de trabalho configurou uma agenda de cooperação política e de desenvolvimento que ia muito além de um programa de assistência técnica Sul-Sul². Este empenho procurava diferenciar-se dos métodos de coerção e de assistência condicionada já praticados por poderes internacionais – como EUA, Canadá e França. Na área da segurança pública haitiana foram importantes as articulações regionais inovadoras como foi o 2 X 9³.

Se bem o ABC revelou uma atuação destacada no relacionamento do Haiti com a América Latina deve-se mencionar que outros países e grupos também ampliaram seus vínculos com esta nação nos anos recentes. Em primeiro lugar sublinha-se a diversidade de presenças latino-americanas nos contingentes militares e policiais da MINUSTAH, em especial do Uruguai, Bolívia, Peru, Equador e Guatemala. Também cabe sublinhar os programas de cooperação desenvolvidos por Cuba

² O Haiti corresponde ao principal destino individual das ações de Cooperação Sul-Sul destes países.

³ O 9 X 2 constitui um grupo *ad hoc* que foi criado em 2007 para coordenar as ações entre os países latino-americanos presentes na MINUSTAH e o governo haitiano. Ele está integrado por representantes dos Ministérios das Relações Externas e Ministérios de Defesa da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai.

desde os anos noventa nas áreas de saúde e educação, a cooperação energética da Venezuela a partir de 2000, e o ingresso do Haiti na Aliança Bolivariana para os povos da nossa América (ALBA) em 2007, como membro observador e na Comunidade dos Países do Caribe (CARICOM), em 2002⁴. Finalmente não se podem omitir os laços haitianos mantidos com a República Dominicana, que apesar de persistentes dificuldades causadas por históricas tensões intersocietais se tornaram uma prioridade para os governos de Fernandez e Préval⁵.

Deve-se ter presente que a inserção de diversos países latino-americanos no grupo de doadores envolvidos na reconstrução do Haiti desde 2004 coincidiu com a expansão da cooperação Sul-Sul regional (CSSR) como um campo instrumental da política externa. Este envolvimento se explica em parte, mas não apenas como um desdobramento do compromisso assumido desde a formação da MINUSTAH, já que em alguns casos de assistência destacada – como ocorre com a Venezuela e Cuba – observa-se uma presença dissociada e mesmo crítica à intervenção das Nações Unidas.

Resumindo, as ações de cooperação latino-americanas no Haiti desde 2004 estiveram repartidas em dois grupos, o primeiro vinculado a políticas de solidariedade sociais, provenientes principalmente da Venezuela e Cuba e em menor escala do México, e o segundo articulado com uma presença relevante na MINUSTAH que projeta uma orientação institucional integrada pela Argentina, Brasil e Chile⁶. Estes países passaram a dedicar especial atenção aos problemas de segurança alimentar e produção agrícola. Mais recentemente somou-se também a assistência oferecida pela Colômbia, esta associada à *expertise* na área de segurança na sombra da estreita colaboração neste campo com os EUA. Ganham também crescente visibilidade ainda as ações de algumas ONG cujas atividades se desenvolvem de forma articulada com as representações diplomáticas de seus países de origem⁷.

⁴ O CARICOM expressou fortes críticas à intervenção internacional de 2003 ao Haiti considerando que esta estivesse associada ao golpe de estado contra Aristides.

⁵ Logo após o terremoto de 2010 foi reativada pelos presidentes Fernández e Préval a Comissão Mista República Dominicana - Haiti.

⁶ Destacam-se aqui as ações do Programa Pró-Huerta da Argentina e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) do Brasil.

⁷ Mencionam-se as organizações Viva Rio do Brasil que vem transferindo para os bairros de Bel-Air e Cité Soleil de Porto Príncipe sua experiência de reinserção juvenil e redução de violência, Um Techo Para MI PAÍS, originária do Chile com experiência em diferentes

Em seu conjunto, entretanto a cooperação latino-americana em solo haitiano tem mostrado uma inegável assimetria quanto a sua importância relativa. Enquanto o Haiti representa o principal destino individual da cooperação para o desenvolvimento oferecida pelo Brasil, Argentina e Chile o percentual que esta ajuda representa no total de recursos transferidos para este país é inferior a 1% do total mundial que recebe. Como já foi dito um dos principais atributos da assistência prestada por vários destes países vem sendo a sua articulação com as tarefas de estabilização de seus contingentes militares e policiais e a preocupação de transmitir a experiência de fortalecimento institucional e governabilidade democrática, o que adquiriu ainda maior importância no cenário de necessidades e urgências a partir do terremoto. Outro aspecto a mencionar passou a ser o horizonte criado pela configuração de projetos triangulares nos quais se somam capacidades técnicas com recursos provenientes de terceiros parceiros como Espanha, Canadá e Japão.

II

Em dezembro de 2009 quando se avaliavam os resultados obtidos na estabilização interna e gradual recuperação de um projeto de desenvolvimento no Haiti, estabelecia-se automaticamente uma vinculação entre estes avanços e a presença latino-americana neste país (Hirst 2009, pp. 29-72). O processo político local ordenava-se obedecendo a um marco de legalidade, avançava a organização de uma polícia haitiana (com a cooperação coordenada da América do Sul) capaz de assumir em poucos anos o controle da ordem interna, tímidos investimentos externos – dominicanos, brasileiros, mexicanos – identificavam oportunidades a serem exploradas e ganhavam impulso com a iniciativa Clinton, dava-se uma inédita interação entre o governo haitiano e a comunidade latino-americana e caribenha – coroada com a presidência do CARICOM assumida pelo Haiti – eram palpáveis junto a sociedade haitiana os resultados da cooperação cubana, argentina, venezuelana, mexicana, brasileira e chilena em áreas de políticas sociais, desenvolvimento econômico, direitos humanos e

países latino-americanos que desde o terremoto no Haiti construiu 826 casas contando com a colaboração de 2500 voluntários e Médicos do Mundo Argentina que tem realizado um programa de atenção primária intensificado a partir do surto de cólera na zona de Leogane.

fortalecimento institucional e finalmente, a ONU dava sinais de que uma redução e mesmo retirada da MINUSTAH seria possível após as eleições presidenciais de 2010. Nesta mesma direção, especulava-se nos corredores da ONU sobre a uma ampliação do papel da OEA na etapa final de supervisão multilateral do processo de “normalização política” no Haiti.

Mas o terremoto de 2010 varreu consigo este cenário e as conferências internacionais dedicadas à reconstrução haitiana “apenas” tomaram em consideração este passado recente uma vez que a ideia força tornou-se a fundação de um novo Haiti comandada pelos EUA e a ONU. Durante os 2-3 meses que se seguiram ao terremoto no Haiti, teve lugar um conjunto de reuniões, que culminaram com a conferência de 31 de março em Nova York, entre representantes da comunidade internacional e do governo haitiano com o propósito de definir o desenho estratégico, valor econômico e escopo de ação de um megaprograma para a reconstrução do Haiti. Os compromissos assumidos previram a criação uma agência administrativa (Comissão Interina de Reconstrução do Haiti) com autoridade e capacidade de implementação própria, que defina a política de utilização dos recursos da cooperação internacional destinados a este país e assegure a transparência em sua utilização. Durante 18 meses a maquete de um “novo Haiti” deveria ser projetada como um esforço conjunto entre doadores e o governo local encabeçado pelo ex-presidente Clinton e o atual Primeiro-Ministro haitiano. Imediatamente o governo haitiano percebeu a necessidade de que não deveria perder a oportunidade oferecida pelos EUA de assumir, em ação coordenada com a ONU, a condução da reconstrução, o que contribuiu para que se virasse a página do passado recente. A magnitude dos recursos prometidos pelos países doadores e o Banco Mundial (5,3 bilhões de dólares) justificou a criação de um “conselho de tutela” temporário sobreposto ao Estado haitiano por 18 meses. Deve-se esclarecer que do lado da ONU este arranjo não significou uma reconfiguração das funções da MINUSTAH, apenas a ampliação de seus contingentes militares e policiais e a inclusão da ação humanitária como uma prioridade.

Neste contexto perdeu relevância e substância da ação coordenada sul-americana no Haiti desde 2004. Os esforços prévios na área de capacitação policial e de apoio político à recuperação de um estado de direito haitiano foram em grande medida substituídos por avaliações

técnicas sobre a funcionalidade de arranjos políticos domésticos mais ajustáveis ao sistema de tutela em construção. O protagonismo inevitável dos grandes doadores levou a que os países da região se tornassem modestos atores de figuração, presentes mais por uma questão de solidariedade do que pela sua capacidade de projetar atributos no campo da governabilidade democrática e do desenvolvimento sustentável.

Neste quadro a intervenção internacional no Haiti diluiu sua marca regional, enfraqueceu sua configuração como uma operação comandada pela ONU e recrudescceu o peso da liderança política e econômica dos EUA. Uma modesta reação a este movimento passou a ser o esforço da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) por coordenar ações de cooperação sul-americana no Haiti. Com este propósito esta organização aprovou a criação de um fundo de 300 milhões de dólares para financiar projetos específicos de desenvolvimento de acordo com a demanda do governo Préval.

Deve-se esclarecer que de forma alguma se reduziram os esforços individuais de países como Cuba, Venezuela, Argentina, Chile e Equador, por apoiar a reconstrução haitiana após o terremoto. Inclusive, aqueles com menor presença em etapas anteriores – como o México e a Colômbia – puseram em marcha diversas iniciativas de assistência humanitária e cooperação policial. Este empenho, entretanto convivia com uma realidade haitiana radicalmente reconfigurada em matéria de carências locais e ajuda internacional. Igualmente, entre as mudanças produzidas no envolvimento da comunidade latino-americana para lidar com esta realidade merecem ser destacados dois casos; a ampliação das responsabilidades assumidas pelo Brasil e a transformação do vínculo da República Dominicana com o Haiti.

No Caribe, a República Dominicana tornou-se o ator de destaque na reconstrução haitiana. Desde o terremoto, este país assumiu novas responsabilidades em vista das múltiplas dimensões de sua vinculação com o vizinho, o que logo se traduziu numa agenda de urgências compartilhadas. Uma relação alimentada pelo ressentimento e o preconceito foi substituída da noite à manhã por uma agenda solidária com base na noção de urgências compartilhadas. Após os momentos mais dramáticos de urgências humanitárias, configurou-se um laço bilateral que envolve um amplo leque de interações nos planos governamental, empresarial e social.

Não é difícil compreender que do lado dominicano prevaleçam preocupações quanto ao efeito derrame da atual crise haitiana. Ao lado de temas imediatos como o da pressão migratória e riscos de chegada de epidemias se colocam questões sensíveis para os dominicanos nas áreas da governança democrática, da segurança pública e de inserção externa. A vizinhança com um país que não dispõe de forças armadas próprias gera certo desconforto para as forças armadas dominicanas que devem lidar com autoridades militares de países estranhos à região ou com o Comando Sul dos EUA para coordenar temas de segurança na ilha. Também constitui um ponto altamente delicado relacionar-se com um vizinho sob tutela internacional, o que explica o especial interesse da República Dominicana de que o Haiti recupere plenamente sua soberania.

III

Desde o início da MINUSTAH a presença brasileira oscilou entre uma atuação coordenada com seus pares sul-americanos e a construção de um perfil próprio no desempenho de suas responsabilidades em solo haitiano. Esta dupla faceta reproduzia na realidade um padrão de comportamento do Brasil, aprofundado a partir do governo Lula, no qual se busca combinar política regional com interesses globais. Após o terremoto de janeiro, o país ascendeu novos degraus quanto as suas responsabilidades militares e econômicas no Haiti e suas ações passaram a estar mais atreladas às demandas locais e expectativas internacionais do que às articulações sul-americanas.

Para o Brasil, a assistência oferecida ao Haiti após o terremoto, ao mesmo tempo que se dava com sentido de continuidade à presença neste país desde 2004, revelava uma amplificação do escopo de seus compromissos e articulações com a comunidade de doadores. Após o imediato envio de medicamentos, alimentos, água e produtos de primeira necessidade, o governo Lula comprometeu a doação de 350 milhões de dólares e a ampliação em 100% dos contingentes militares brasileiros da MINUSTAH. Também foi clara a intenção do país de assumir um papel protagônico entre os principais doadores bilaterais e organismos multilaterais nas sucessivas reuniões dedicadas a traçar as linhas futuras de ação da cooperação internacional no Haiti. Ao ascender novos degraus quanto as suas responsabilidades militares e econômicas no Haiti, as

ações brasileiras passaram a estar mais atreladas às demandas locais e expectativas internacionais do que a articulações sul-americanas⁸.

A ampliação de responsabilidades no processo de reconstrução haitiano também colocou sobre a mesa um conjunto de desafios para a política externa brasileira. O primeiro dizia respeito ao comando militar da MINUSTAH. De um momento ao outro, um contexto de reconhecido sucesso foi substituído por um dramático cenário de desastre natural e aguda crise humanitária. Igualmente problemática tornou-se a duplicidade da presença militar estrangeira a partir da chegada das forças norte-americanas. Nos dias seguintes ao terremoto a retirada de grande parte deste contingente reduziu, mas não eliminou o problema.

No campo da cooperação internacional, a presença brasileira no Haiti além de operar-se de acordo com a dinâmica bilateral do passado recente, passou a estar articulada aos entendimentos com os grandes doadores que dominam a reconstrução deste país, entre os quais se destacam os EUA, Canadá, França, Espanha, UE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (Amorim 2010). Como copresidente da reunião de Nova York (março, 2010), o governo brasileiro mostrou particular empenho por assegurar o perdão integral por parte dos credores internacionais à dívida externa haitiana. Bilateralmente, o Brasil lançou uma carteira de projetos nas áreas de infraestrutura e irrigação agrícola, saúde e educação. Logo, o governo Lula ampliou seu compromisso com a reconstrução haitiana, anunciando um plano de ajuda que envolveriam o 205 milhões de dólares, compromisso que posteriormente ascendeu para 350 milhões

⁸ Ver texto de “Balanço de Governo 2003-2010”. O caso do Haiti merece ser destacado, pela importância que o País assume para a política externa brasileira, em especial na área da cooperação técnica. Em janeiro de 2010, a ABC estava engajada em 30 iniciativas de cooperação técnica bilateral e trilateral com o governo haitiano, com recursos da ordem de US\$ 14 milhões. Após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, foram intensificadas as atividades de cooperação, que passaram a abranger 12 novos projetos, entre os quais:

- Elaboração de plano nacional de integração da pessoa com deficiência física e implantação de serviços de reabilitação.
- Transferência de tecnologias de construção civil de baixo custo e reconstrução das comunidades mais afetadas.
- Fortalecimento do setor judiciário e informatização de cartórios.
- Capacitações em Defesa Civil e Emergências Médicas”.

SECON, Brasília 2011.< <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/>>.

de dólares. Parte destes recursos tem sido veiculados através do Ministério da Saúde para um programa em Porto Príncipe de unidades de atendimento permanente para a população local. Nas reuniões internacionais convocadas para traçar o plano de reconstrução do país caribenho as autoridades brasileiras estenderam seus compromissos a outros campos, destacando-se a produção de alimentos, a construção de estradas e a colaboração na área educativa.

Como foi mencionado, o empenho atual do governo Lula de ampliar a presença do Brasil no Haiti compreendeu um sentido de continuidade com a atuação prévia neste país, seja no comando militar da MINUSTAH ou na prioridade outorgada ao mesmo em sua agenda cooperação Sul-Sul. A ampliação de um programa IBAS de cooperação para este fim foi ilustrativa neste sentido. Também ganhou novo impulso a presença no Haiti de organizações sociais brasileira, destacando-se o abrangente programa de atividades desenvolvidos pelo Viva Rio nas áreas de segurança pública, cultura, educação e proteção ambiental.

IV

Tornou-se tristemente irônico que o país americano que no início do século XIX inaugurou simultaneamente o ciclo de processos de independência e abolição do trabalho escravo, duzentos anos depois seja compelido a aceitar a suspensão parcial de sua soberania como único caminho para evitar a sua extinção. Se bem este ponto de chegada seja resultado de uma trajetória histórica que combinou infortúnios, espólio e negligência internacional e local, o seu golpe de misericórdia seu deu com o terremoto de 12 de janeiro último.

Uma comparação entre as presenças dos EUA, Europa e América Latina no Haiti deixa em evidência que suas diferenças são maiores do que as semelhanças, especialmente quando se consideram suas implicações de médio e longo prazo. Com passados e presentes notavelmente diversos no Haiti, Estados Unidos, Europa e América Latina compartilham junto aos organismos multilaterais a responsabilidade internacional pela reconstrução deste país. Esta presença, ainda mais expandida após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, não implica um trabalho coordenado nas diferentes frentes em que atuam e menos ainda uma ação subordinada às demandas e necessidades expressadas pelo governo

local. O que se observa é um universo disperso e diverso de projetos de assistência que tanto podem seguir diretrizes governamentais como executar tarefas estabelecidas pelas agências, organizações e mesmo indivíduos que pretendem aliviar as carências sociais e econômicas da população haitiana.

Quando se contrasta as composições da MINUSTAH e a do Comitê de Doadores, os dois pilares da intervenção externa neste país compreende-se o quadro de fragmentação e ausência de coordenação que prevalece entre os atores internacionais envolvidos neste processo de reconstrução. Enquanto os contingentes militares latino-americanos correspondem a 65% do total das forças da MINUSTAH, a região – com a exceção do Brasil – brilha por sua ausência na CIRH. Este contraste é por si mesmo um fator que dificulta um trabalho coordenado entre as três partes, ainda mais se esta possibilidade é contemplada de forma autonomizada vis a vis o governo e a sociedade haitiana. Idealmente a principal articulação entre as três partes com a ONU deveria produzir-se com a contraparte local (3+1+1), o que constitui de fato o único caminho para que o Haiti venha a recuperar sua plena soberania.

Ao contrário do que se considera desejável, as novas emergências que se impuseram após o terremoto, agravadas pelo surto de cólera a partir de outubro de 2010, não contribuíram para estimular uma coordenação, apesar das iniciativas tomadas por parte dos organismos multilaterais – em especial o Banco Mundial, PNUD e BID – de criarem fundos comuns para o financiamento de projetos de médio e longo prazo. A mobilização em estilo mutirão de governos e agências mostrou-se pouco eficaz tanto para as autoridades como para a sociedade haitiana e criou-se uma enorme reversão de expectativas.

A gestão internacionalizada do processo de reconstrução, sustentada por uma administração bicéfala, foi incapaz de veicular os recursos prometidos por tantos em tão pouco tempo. Em grande medida as falências da CIHR são um *déjà vu* daquelas reveladas pela CCI em anos anteriores. Mesmo respeitando o princípio de concentrar em prioridades, os campos de atuação são múltiplos e de enorme complexidade: agricultura, saúde, educação, governança, infraestrutura e energia (limpa) e catástrofes naturais. Atender as necessidades essenciais em cada campo implica uma transformação da realidade com sentido estrutural, o que

alguns passaram a identificar como uma “2ª. revolução haitiana”⁹. Um ponto falho, compartilhado pelos EUA e a UE, diz respeito ao papel assumido pelas ONG em contextos de assistência humanitária massiva como vem se dando no Haiti. Se bem não cabe generalizar um julgamento crítico à atuação destas organizações, o método em que operam quase sempre de forma dissociada das autoridades locais torna mais difícil o fortalecimento de instituições locais.

Do lado latino-americano, as resposta às carências haitianas revelam diferenças intrarregionais somadas a um déficit de instrumentos regionais. Desde o início da MINUSTAH a presença brasileira oscilou entre uma atuação coordenada com seus pares sul-americanos e a construção de um perfil próprio no desempenho de suas responsabilidades em solo haitiano. Esta dupla face reproduzia na realidade um padrão de comportamento do Brasil, aprofundado a partir do governo Lula, no qual se busca combinar política regional com interesses globais. Após o terremoto de janeiro, o país ascendeu novos degraus quanto as suas responsabilidades militares e econômicas no Haiti e suas ações passaram a estar mais atreladas às demandas locais e expectativas internacionais do que às articulações sul-americanas.

V

Apesar das condições precárias em que opera o governo haitiano procurou manter uma postura ativa mostrando uma capacidade de resposta a realidade de seu país. O governo Préval elaborou de punho próprio um “Plano de Ação para a reconstrução e o desenvolvimento Nacional do Haiti” no qual foram sistematizados, prioridades, mecanismos e necessidades materiais para assegurar a reconstrução da nação haitiana.

Uma análise que diferencie e particularize o perfil da atuação dos principais segmentos da comunidade internacional no Haiti pode ser útil para entender melhor um lado da questão, o da ocupação externa. Mas fica pendente o outro lado da moeda, tão ou mais importante: o do país ocupado. Não são menores as diferenças internas, as posições dos partidos, organizações sociais e setores intelectuais frente ao desafio da reconstrução haitiana e o tipo de vínculo a ser mantido “com os de fora”.

⁹ O’Neal, Willian, *A Plan for Haiti*, NOREF, abril 2010.

Lamentavelmente, a precariedade das condições em que se realizam as eleições presidenciais, entre novembro de 2010 e janeiro de 2011, torna difícil a transformação destas diferenças num processo de politização virtuoso que reforce as possibilidades locais de construir um futuro menos injusto para a principal vítima desta realidade: o povo haitiano.

A ação internacional no Haiti durante todo o ano de 2010 esteve longe de atender as novas emergências que se impuseram após o terremoto. Apesar das promessas feitas por governos e organismo multilaterais a realidade haitiana deteriorou-se ainda mais. A maioria dos doadores (bilaterais e multilaterais), não obstante, em lugar de assumir a responsabilidade de proteger a castigada nação haitiana, deixou que o Haiti sofresse as consequências da irresponsabilidade da não proteção. De fato, a experiência haitiana não encontra pressente histórico. Um desastre natural, cujos danos materiais e perdas de vidas causados agravaram um crônica vulnerabilidade, ao mesmo tempo que colocam em evidência os aspectos displicentes da ação internacional que vinha se dando nos anos recentes em solo haitiano. Mas as urgências, sentidas cotidianamente pela população desde janeiro de 2010, pareceram tornar impossível (e desnecessário) uma revisão crítica do passado recente da presença internacional no Haiti. Varrem-se para debaixo do tapete os problemas gerados pelas inconsistências e insuficiências da cooperação internacional prestada pelos principais doadores (EEUU, França, EU, e Canadá), pela ação descoordenada e descontrolada das ONGs, pela despropositada presença de contingentes militares, pela precária articulação entre as ações de assistência dos países latino-americanos ou pela crescente falta de diálogo entre o governo local e administração civil da MINUSTAH. O que se preservou de tudo isso foi a enorme desconfiança da comunidade internacional quanto a capacidade e idoneidade das autoridades haitianas de gestionarem os recursos provenientes da cooperação internacional.

A permanência dos escombros, um milhão de pessoas vivendo em precários acampamentos espalhados por Porto Príncipe e arredores, os efeitos de um surto de cólera que já matou mais de 2500 pessoas fazem parte desta desoladora realidade. Foi neste quadro que ganhou força a ilusão de que a realização de eleições legislativas e presidencial em novembro de 2010¹, tal como rezava o calendário constitucional local, poderia oferecer um novo contexto institucional que daria

impulso à reconstrução do país. As condições precárias em que estas se realizaram favoreceram situações irregulares que foram motivo de protesto popular e da maioria dos 17 candidatos presidências durante o primeiro turno eleitoral. A margem mínima de vantagem do candidato do atual presidente – Jude Celistin – alimentou um clima de desconfianças generalizado que criou nova crise institucional. Representantes da comunidade internacional, destacando os EUA, França, Canada e a ONU pediram a recontagem dos votos pelo Conselho Eleitoral local, com a ameaça de apoiar sua impugnação. Esta solução foi reforçada com a proposta de que se constituísse uma comissão verificadora da OEA a medida que a sociedade haitiana perdia o controle do processo eleitoral de seu país. O Brasil de sua parte insistiu sobre a necessidade de que se respeite o marco legal do processo eleitoral haitiano, que constitui na atualidade a única conexão do país a um incipiente estado de direito. A sua invalidez conduziria a instalação de um governo de transição o que implicará retroceder a 2004, em condições infinitamente mais vulneráveis. Este seria possivelmente o caminho para a transformação do país num protetorado EUA-ONU por algumas décadas. Corrupção e a fraude eleitoral são companheiras inseparáveis que se agravam em realidades de Estados vulneráveis sob intervenção internacional. Afeganistão, Iraque, Costa do Marfim são exemplos contundentes neste sentido. Fatos políticos contundentes como o retorno de Baby Doc e do ex-presidente Aristide outorgaram nova densidade ao processo eleitoral haitiano que recentemente, após inúmeros adiamentos completou o segundo turno.

VI

Não será fácil redefinir um espaço de atuação latino-americana neste contexto, observando-se mais uma tendência de iniciativas individuais do que de ações coordenadas. Será possível trabalhar desde uma ótima aberta, desprovida de diferenças ideológicas intrarregionais, a partir da urgência de um “encontro” de ações solidárias que contribuam para levantar a nação haitiana?¹⁰. Na etapa anterior ao terremoto observavam-se linhas de atuação diferentes mas não conflitivas entre os países da região. De um lado, o ABC combinava presença militar – policial como cooperação

¹⁰ Ver Seitenfus “Haiti, ponto de encontro das Américas”, *Folha de São Paulo*, 11-02-2010.

para o desenvolvimento; de outro o México, Cuba e Venezuela que não participavam da Minustah mas aportavam em temas como cooperação energética, saúde e educação. Possivelmente a responsabilidade de formular uma ação regional solidária no Haiti recairá sobre os ombros da UNASUR. Como foi mencionado, já forma comprometidas recursos e um plano de ação para a sua utilização foi definido como uma das primeiras tarefas da recém-criada secretaria-geral desse organismo.

Aos países latino-americanos, e especialmente ao ABC, cabe atualmente a responsabilidade de valorizar os avanços obtidos nos últimos 6 anos no Haiti para a recuperação de uma trajetória positiva de desenvolvimento sustentável e governabilidade democrática. Ainda há tempo para construir uma ação conjunta movida pela constatação que a presença regional neste país contribuiu para conter as vicissitudes de uma história marcada por ocupações estrangeiras, crises políticas, estagnação econômica e degradação social. Ao mesmo tempo que existe um trabalho a ser compartilhado com os grandes doadores, deve-se sublinhar a diferenciação entre os conteúdos das responsabilidades em questão; no caso dos países latino-americanos esta não envolve um sentido de reparação.

O Brasil, cuja inserção regional sempre esteve acompanhada pela marca da diferenciação, já lançou sua sorte como um ator protagonista neste processo. Atualmente a presença no Haiti corresponde a um dos temas da agenda internacional brasileira na qual as dimensões regional e global então inevitavelmente entrelaçados. Talvez por isso mesmo seja este um terreno especialmente propício para que o país projete de forma articulada implica construção política. Outros caminhos também poderão ser trilhados, sem bem possam enfrentar maiores riscos no futuro. Mesmo que soe desnecessário, não custa reforçar a importância de evitar uma atuação tão protagonista que possa vir a ser percebida com a de uma força de ocupação, o que teria inevitavelmente que ser reparado no dia de amanhã.

Bibliografia

AMORIM, Celso (2010) "Haiti e o Futuro". *Folha de São Paulo*, 31.03.2010.

DOBBINS, James (2004) “A Fresh Start For Haiti? Charting Future US Haitian Relations” *Testimony presented to the Senate Committee on Foreign Relations, Subcommittee on Western Hemisphere, Peace Corps, and Narcotic Affairs*, March 24. Em: http://www.rand.org/pubs/testimonies/2005/RAND_CT219.pdf.

HERBST, Natalia (2010) “*Avances y Desafíos de la Cooperación Sur-Sur: el caso haitiano*”, Tesis de grado no publicada, Universidad Torcuato Di Tella, Buenos Aires, Argentina.

HIRST, Mônica (2009) “La intervención sudamericana en Haití” em Hirst, Mônica (comp.), *Crisis de estado e intervención internacional*, Buenos Aires, Edhasa. pp. 29 -72.

HIRST, Mônica (2010a) “As relações Brasil - Estados Unidos e os novos desafios no Haiti”, *Folha de São Paulo*, 01. 02.2010.

HIRST, Monica (2010b) “O Haiti e os desafios de uma reconstrução sustentável: um olhar sul-americano”. *Política Externa*, vol.19, n.1, São Paulo, Ed. Paz & Terra, junago. p.103-111.

KATZ, Jonathan M. e MENDOZA, Martha (2010) “AP Impact: Haiti Still waiting for pledged US Aid”, *Associated Press*, September 28. Em: http://news.yahoo.com/s/ap/20100928/ap_on_re_la_am_ca/cb_haiti_earthquake.

LLENDERROZAS, Elsa (2007) “Argentina, Brasil y Chile en la reconstrucción de Haití: Intereses y motivaciones de la participación conjunta”. *Pensamiento Propio*, 26, julio- diciembre, año 12. p. 49-83. En: <http://www.cries.org/contenidos/26.pdf>.

MARCONDES DE SOUZA NETO, Danilo (2009) “Southern Cone Countries Participation in MINUSTAH: National Interests and Regional Cooperation” *Paper presented at the annual meeting of the ISA - ABRI JOINT INTERNATIONAL MEETING, Pontifical Catholic University, Rio de Janeiro Campus (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Brazil*, Jul 22.

MARCONDES DE SOUZA NETO, Danilo and DRUMOND, Paula (2011) “Global Governance and Reconstruction Efforts: The Relationship between Local and Global Actors in Haiti”. *Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association Annual Conference “Global Governance: Political Authority in Transition”, Le Centre Sheraton Montreal Hotel, Montreal, Quebec, Canada, Mar 16.*

OROZCO, Manuel (2006): “Understanding the remittance economy in Haiti” *Paper commissioned by the World Bank*, March 15. Em: <http://www.thedialogue.org/PublicationFiles/Understanding%20the%20remittance%20economy%20in%20Haiti.pdf>.

PATRIOTA, Antonio A (2010) “Haiti: desafios e oportunidades no pós-terremoto”. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 2, Brasília, IPEA, abril/junho. pp. 69-75.

SASSEN, Saskia (2010) “Haiti and the International System: The Need for New Organizational Lending Formats”, *Social Science Research Council* [On Line]. Em: <http://www.ssrc.org/features/pages/haiti-now-and-next/1338/1346/>.

SCHÜNEMANN, Julia (2009) “What the role for the UE? Finding a niche in the Haitian Peace building process”, *FRIDE*, February. Em: http://www.initiativeforpeacebuilding.eu/pdf/What_role_for_the_EU_Finding_a_niche_in_the_Haitian_peacebuilding_process.pdf.

TAFT MORALES, Maurren y RIBANDO, Clare M. (2007) “Haiti: Developments and U.S. Policy Since 1991 and Current Congressional Concerns”, *CRS Report for Congress*, Em: <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL32294.pdf>.

6 – A Revolução Egípcia e o Caminho da Paz no Oriente Médio

*Nagib Nassar*¹

A história da revolução egípcia ainda não foi totalmente contada, mas há algo conhecido sobre os atores, os personagens e os acontecimentos que a fizeram e como eles pensam sobre a paz no Oriente Médio, e até que ponto eles podem influenciar no seu futuro caminho.

Tentamos responder essas indagações que ocupam a mente e previsão de todos os observadores.

Em 21 de abril de 2008, um diretor de uma alta escola técnica colocou um anúncio no Al-Ahram, o maior jornal diário, no Egito, apelando ao presidente Hosni Mubarak, e sua esposa, para intervir e libertar sua filha da prisão. Descobriu-se que sua filha de 27 anos, Israa Abd El-Fattah, foi presa 10 dias antes, por ter colocado uma página no Facebook, incentivando os egípcios a apoiarem uma greve na cidade industrial de Mahalla alquobra marcada para acontecer no dia 06 de abril de 2008.

Em seu tempo livre, ela e dois colegas criaram uma página no Facebook. Poucos dias depois de publicá-la, mais de 70.000 pessoas apoiaram o seu convite. Depois das forças de segurança reprimirem os enormes protestos contra o regime em al-Mahalla, no dia 6 de abril, Israa Abd el-Fattah foi detida.

¹ Professor Emérito, Universidade de Brasília E Pesquisador Sênior, CNPq.

O estranho a esta prisão foi fato de que, embora milhares de pessoas já terem sido detidas durante as últimas três décadas, essa foi a primeira vez que um mandado emitido contra uma mulher, sob as leis de emergência impostas no país desde 1981. Para sair da prisão, ela teve de se desculpar e expressar arrependimento por suas ações. Mas a experiência fez dela mais determinada do que nunca para ser politicamente ativa.

Naquele dia, o “06 de abril de Jovens” o movimento foi criado e manteve a sua presença política, durante dois anos e meio, em todos os fóruns em vários sites de redes sociais como Facebook, Twitter, e YouTube.

Quando o presidente da Tunísia, Zein al-Abideen Ben Ali, foi deposto em 14 de janeiro de 2011, após um levante popular de quatro semanas, o movimento 06 de abril mobilizou milhões de jovens de todo o mundo árabe, que por ele inspirados, sentiram-se energizados e prontos a ação.

Olhando para o calendário, Israa e seus colegas escolheram o próximo feriado egípcio, que ironicamente foi o “Dia da Polícia”, caindo numa terça-feira, dia 25 de janeiro. Dias seguintes eles convocaram, em todos os sites de mídia social, protestos em massa e uma revolta contra o regime de Mubarak.

Esses jovens pediram o início de uma marcha em todas as principais praças, mesquitas e igrejas do Cairo e de Alexandria. Ao mesmo tempo eles apelaram a outros jovens para ajudarem a planejar passeatas em demais cidades egípcias. Eles insistiram que os protestos deveriam ser pacíficos e que ninguém deveria levar armas de qualquer tipo.

Eles fizeram quatro exigências: que o governo desenvolvesse programas de combate à pobreza e ao desemprego; acabasse com o estado de emergência; defendesse a independência judicial; e demitisse o ministro do Interior, cujo ministério era notório na prática de tortura e no abuso dos direitos humanos e de reformas políticas, incluindo a limitação de mandatos presidenciais a dois períodos, a dissolução do Parlamento e novas eleições a serem realizadas, após a fraude eleitoral maciça de novembro do ano passado.

Em dois dias, mais de noventa mil jovens se inscreveram e conduziram um protesto global em todo o Egito. Inicialmente, nem o governo, nem a oposição levou a sério esse ato. Nem mesmo o ex-diretor da AIEA – Atomic International Energy Agency, Dr. Mohammad El

Baradei, que por mais de um ano criticou o regime, mas naquele exato momento ele se encontrava no exterior, devido a suas palestras realizadas frequentemente.

O movimento 06 de Abril é um dos componentes dos jovens que protestaram e levaram à queda de Mubarak e mudaram a cara do Egito. Essa juventude altamente politizada e fortemente organizada é contra o sistema social e econômico. Se eles forem anticapitalistas é um julgamento pouco teórico. Mas eles são contra a injustiça e a desigualdade social crescente. Eles são nacionalista no bom sentido e anti-imperialista. Por isso, eles não toleram a colonização israelense na Palestina ocupada. Eles são democráticos e totalmente contra a ditadura do exército e da polícia. Eles têm lideranças descentralizadas. Quando foi dada a ordem para protestar, a mobilização alcançou de um milhão de adeptos. Dentro de poucas horas, o número real subiu para quinze milhões, em toda a nação, e nos bairros de pequenas cidades e aldeias.

Há outra faixa de juventudes revoltantes são os de esquerda radical, que vêm de uma tradição comunista, mas não têm afiliação partidária ou relação estreita com os comunistas. Graças às manifestações, há uma aproximação, não de liderança, mas de base juvenil.

Existem outros componentes que são os democratas da classe média, incluindo pequenos empresários e profissionais. Eles não fazem parte da esquerda, aceitam o capitalismo, as empresas e o mercado. Eles não são antiamericanos, mas não amam Israel; eles o aceitam. Eles democratas, contra a concentração de poder do exército, da polícia e da máfia de gangues. El Baradei é típico deles. Ele não tem visão profunda da economia, muito menos é um socialista, mas ele é democrata.

O último componente é a Irmandade Muçulmana, que não deu início ao movimento. Eles simplesmente pularam no trem, quando viram que o movimento era tão grande e acharam que seria idiota de permanecer fora. Mesmo que eles tenham uma política pública razoavelmente popular, eles encontram-se presos a uma ideologia religiosa. Eles não gozam do apoio de setores trabalhista, pois foram abertamente contra as greves dos trabalhadores. Eles acham que os trabalhadores deveriam aceitar o mercado. Além de tomarem uma posição contra o movimento dos camponeses, que é forte no Egito.

A Irmandade Muçulmana tomou uma posição contra eles, dizendo que a propriedade da terra é um direito privado. Apesar de

que o regime do Mubarak alegava com conflito com a Irmandade Muçulmana e vendia essa mentira aos Estados Unidos, eles foram de muita harmonia e articulação. O Estado do Mubarak deu a eles três grandes instituições: Justiça, Educação e TV estatal. Através da educação, impuseram o primeiro véu para as meninas na escola e, em seguida, para a sociedade. Através da justiça, eles introduziram a Sharia lei Islã. Através da mídia, eles influenciam a opinião pública. Sua liderança sempre foi uma liderança política corrompida feita de pessoas muito ricas.

Sua influência é entre a classe média de professores, médicos e advogados, etc. Ao mesmo tempo entre uma faixa dos pobres, usando alguns projetos filantrópicos. Como no Egito a pobreza extrema é em grande escala, a Irmandade Muçulmana tem esse exército de pobre que eles podem mobilizar.

A revolução foi iniciada pelos jovens, juntou-se imediatamente pela esquerda radical, e no dia seguinte pelos democratas burgueses. A Irmandade Muçulmana a boicotou durante os primeiros quatro dias, porque eles achavam que o movimento seria derrotado pela polícia. Quando viram que o movimento não pôde ser derrotado, os dirigentes acharam que não poderiam ficar de fora, e eles aderiram e simplesmente pegaram uma carona.

A revolução começou com um símbolo, que foi derrubar Mubarak. Poucas horas depois de Mubarak, Omar Suleiman, nomeado como vice-presidente, caiu. O slogan gritado pelo povo foi: “Não Mubarak, Suleiman não, eles são corruptos e zionistas!”. Essa foi a primeira vez e uma das poucas vezes que se referiu à sensibilidade de demonstração pela ocupação da Palestina.

A revolução egípcia: como será o impacto sobre a Palestina?

O caminho para a transição no Egito criou uma onda de incerteza sobre a política estratégica do Oriente Médio, levando os riscos e oportunidades para os interesses do ocidente na região. Uma oportunidade em potencial e menos que óbvia é a de relançar as negociações de paz entre Síria e Israel.

Reconhecidamente, a maioria dos políticos americanos está focalizada diretamente sobre os riscos. Muitos analistas tentam avaliar

as probabilidades quando o futuro governo eleito assume o poder. Há o medo de que um novo governo no Cairo, em resposta às demandas populares, possa decidir e cancelar seu tratado de paz com Israel.

É uma preocupação compreensível, mas a evidência sugere que o pós-Mubarak, o Egito continuará a ser um parceiro para a paz com Israel. Os militares egípcios emitiram um comunicado, sugerindo que o Egito respeitará todos os tratados internacionais que assinou. Enquanto isso, comentários alarmistas, que sugerem que a Irmandade Muçulmana poderia tomar todo o país e pôr término ao tratado de paz com Israel, é infundado. A Irmandade Muçulmana é provável que seja uma força no pós-Mubarak do Egito, mas o movimento não vai monopolizar, nem dominar a política nacional e a opinião política, pois sua base de apoio continua a ser relativamente pequena, e sua capacidade de expansão é limitada.

Quanto a Israel, ele encontra-se enervado pela revolução do Egito. A razão é simples: ele teme pela sobrevivência do tratado de paz de 1979 – um tratado que, neutralizando o Egito, garantiu o domínio militar de Israel sobre a região, para as próximas três décadas.

Comentadores ocidentais rotinamente descrevem o tratado como um “pilar da estabilidade regional, ‘a’ pedra angular da diplomacia do Médio Oriente, a peça central da diplomacia dos Estados Unidos” no mundo árabe e muçulmano. Esta é, certamente, como Israel, o tem visto.

Mas para alguns grupos de jovens que fizeram a revolução egípcia, o tratado é um desastre.

Longe de fornecer estabilidade, ele expôs o mundo árabe ao poder de Israel. E longe de trazer a paz. O tratado é visto por eles como uma ausência de paz, uma vez que Israel dominante não viu necessidade de compor ou se comprometer com a Síria e com os palestinos. Eles acham que um tratado neutralizando o Egito, garantiu o domínio militar de Israel sobre a região para as próximas três décadas.

A seu ver, ao remover o Egito – o maior e mais populoso dos países árabes – o tratado descartou qualquer possibilidade de uma coalizão árabe, que poderiam conter Israel ou restringir sua liberdade de ação. Como ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Moshe Dayan comentou na época: “Se uma roda é removida, o carro não vai correr”.

Enquanto uma faixa radical dos jovens revolucionários adota este pensamento, a maioria dos líderes deles e do partido opositor

secular Tagammu não estão contra a paz, mas contra a tendência e o comportamento expansionista e colonizador do Israel nos últimos anos. Pode-se dizer que eles apelam pela paz justa, e para pôr fim a este comportamento de Israel. O protagonista da revolução, Elbaradei disse que Israel é a maior ameaça à paz no Oriente Médio. Ele – Israel – assinou o tratado de paz com Mubarak, não com o Egito. O Hamdeen Sabahy, um dos líderes esquerdista dos jovens disse: “a revolução acabou com o domínio de Israel”. O Tariq Al-Bishiri, presidente do Comitê da Reforma Constitucional, disse: “devemos dispor de todos os meios para acabarmos com a política expansionista e agressiva de Israel”. O líder do partido Altagammu disse: “devemos promover a solidariedade à causa Palestina e posicionar contra a nacionalização das relações com Israel”.

A revolução egípcia abriu caminho para formar um novo governo eleito que tem uma nova cara e reflete todas as forças políticas do país. Isto nos leva aos partidos da oposição, que podem participar de um novo governo dentro de coalizão. Quais são os seus perfis e como pensam em relação de paz no Oriente Médio. O primeiro deles é a Irmandade Muçulmana. Ele é o face mais velho da força ascendente politicamente do Egito.

O Partido da Irmandade Muçulmana continua a levantar a bandeira do Jihad. Isto é, os israelenses são os maiores inimigos do Egito e apelam ao povo árabe e muçulmano para resistirem “ao sionismo e ao imperialismo”.

Os jovens da Irmandade Muçulmana se mostram bem diferentes dos velhos em suas crenças a respeito dos direitos humanos. Em conversa com um irmão jovem de manifestantes que levaram à deposição de Mubarak, encontra-o de alto astral. Suas opiniões políticas são mais modernas. Ele defende os direitos humanos, como os direitos das mulheres, à liberdade religiosa e às eleições livres e justas. Seus valores são diferentes – se não ao contrário – o oposto dos membros mais velhos da Irmandade Muçulmana. Isto é o que reenergizou os jovens membros da Irmandade e galvanizou os membros mais velhos na revolução.

A Irmandade Muçulmana foi fundada em 1928, pelo professor e estudioso islâmico, Hassan Al-Banna. A declaração da missão da organização foi o Islã como forma de vida mais abrangente e se resumido em “O Islã é a solução”. A Irmandade Muçulmana tornou-se um movimento de revitalismo/revitalização islâmica, após o colapso do Império Otomano, e uma força unificadora na luta contra a ocupação

britânica. Nos vinte anos seguintes à formação da Irmandade, um irmão assassinou o primeiro-ministro egípcio Ahmed Maher. Mais tarde, um membro da Irmandade tentou assassinar o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, em 1952. Nasser respondeu com duras perseguições à Fraternidade, tornando algumas facções da Irmandade ainda mais sanguinárias.

Quando o sucessor de Nasser, Anwar al-Sadat, assinou um acordo de paz com Israel em 1979, quatro oficiais do Exército que tinham ligações com os antigos membros da Irmandade assassinaram Sadat. Desde então, algumas divisões da Irmandade ligaram-se com grupos extremistas como a Al-Jihad e Al Jamaat-Islamiyya no Egito, e o Hamas na Palestina.

A Irmandade tem um longo histórico de violência, mas a nova juventude pode fornecer uma esperança de mudança no grupo.

Há alegadamente 600.000 membros da Irmandade Muçulmana. Mas apenas algumas dezenas de jovens líderes foram fundamentais no planeamento das manifestações no Egito. Eles seguiram o exemplo da Tunísia e se reuniram secretamente para planejar os protestos. Eles usaram o Twitter e outras mídias sociais para permanecer em contato uns com os outros setores de jovens protestantes. Eles não usaram banners religiosos ou do Koran/Corão. Na verdade, agiram como manifestantes pacíficos, não jihadistas. Este pensamento e a confiança em si foram as chaves do seu sucesso.

Embora os jovens e os membros mais velhos da Irmandade tenham suas diferenças de opiniões, ambos querem a democracia instalada no Egito. Além disso, há a esperança de que as gerações mais velhas vão se reconciliar com os moderados em mais do que apenas na política, e que os membros mais velhos poderão adotar os valores ocidentais de seus colegas mais jovens.

Atualmente, a Irmandade Muçulmana planeja concorrer para as eleições sob o nome de Partido da Liberdade e da Justiça. O partido apoia a igualdade da cidadania independentemente do sexo ou religião. Seu Presidente, chamado Murshed, fez um apelo pessoal ao Papa Shenouda III, da Igreja Ortodoxa Copta de Alexandria abordando os medos dos egípcios cristãos (coptas) e os pacificando. Na verdade, muitas coisas mudaram na Irmandade que irá influir seu papel no futuro do Egito.

Há história da Irmandade Muçulmana no Egito é uma mistura de religião, reforma social, e política como ação político opositor. Iniciados

por Hassan al Banna em 1928, e transformado em um grupo político no início de 1939. A Irmandade Muçulmana foi por vezes perto (aliado?) do governo, bem como muitas vezes banido por ele. A organização revelou-se extraordinariamente poderosa, e tem sido descrita como um “Estado dentro do Estado”. Era, assim, um parceiro fundamental para os revolucionários no início de 1950, mas também perigoso para eles.

Podemos dizer que a Irmandade passou por cinco etapas em seu desenvolvimento. No entanto, a transição entre as fases levou muitos anos de 1928 a 1939. A Irmandade foi uma organização de jovens, visando à reforma moral e social no Egito através da educação, informação e propaganda de 1939 a 1948. Devido ao vazio político da época, a Irmandade foi gradualmente se politizado em 1930. Em 1939 ele assumiu a forma de um grupo político. Durante a década de 1940, e especialmente após o final da 2ª Guerra Mundial, em 1945, muitos membros se envolveram em ações, algumas das quais de caráter terrorista.

Muitos membros também se juntaram ao lado árabe na guerra de palestina em 1948-49.

1948-1954: Cooperação com os revolucionários, militares de 1952.

1954-1984: Fora da Lei Outlawed por causa da oposição ao governo do Egito.

1984-: Aceito como um grupo religioso, mas sob estrito controle do governo. A Irmandade Muçulmana, banida desde 1954, não poderia formar um partido, mas concorreram como candidatos independentes ao Parlamento. Em 2005, fez uma exibição surpreendentemente forte, ganhando 20% dos assentos do parlamento. Mas foi completamente empurrado para fora nas últimas eleições em novembro e dezembro de 2010 altamente fraudadas.

Depois do sucesso da revolução no mês de fevereiro, a Irmandade anunciou que iria formar um partido, uma vez que a legislação permitira. “O grupo islâmico Irmandade acredita na liberdade de constituição de partidos políticos. Ele está ansioso para ter um partido político”, seu porta-voz e um de seus líderes disse em uma declaração recentemente.

Líderes da Irmandade Muçulmana anunciaram que não iriam concorrer com nenhum candidato à presidente nas eleições programadas

para setembro próximo. Eles contam seu tempo para a solidariedade, e para a unidade. “Precisamos de um consenso nacional”, disse seu líder. Mas ele disse que a liderança do topo da Irmandade decidiu sobre a criação de um partido.

Alguns egípcios permanecem profundamente desconfiados da organização secreta, temendo que ela explore a atual crise e concorra ao poder, mas outros – incluindo os seculares jovens ativistas liberais, que lançaram a revolta antimubarak – dizem que a Irmandade tem que ter liberdade para competir em uma democracia ao lado de todos os outros. O apoio dos jovens dos quadros da Irmandade foi fundamental para o sucesso do protesto, fornecendo mão de obra e organização, mas nunca chegaram a formar uma maioria na onda de manifestações.

As novas emendas da Constituição elaborada e aprovada recentemente em referendo abriram o caminho para as eleições. Seis artigos foram alterados visando à eleição livre e assegurando a liberdade de formação de partidos e impedindo a eleição para presidente quantas vezes ele quiser. “Este é um pré-requisito para eleições democráticas livres... a nossa tarefa é fazer com que isso aconteça em curto prazo e o mais rápido possível”. Disse a porta-voz militar.

O membro da Irmandade no painel da Comissão Constituinte disse que o objetivo era “limpar” a Constituição para garantir a liberdade dos partidos políticos e outros direitos antes da eleição. “Após a transição democrática, os partidos e forças políticas podem se reunir e trabalhar em uma constituição completa”, disse ele.

O segundo partido opositor a Mubarak que pode jogar papel importante no futuro governo da coalizão, é Unionista Progressista Nacional (Al-Tagammu) tem seu slogan desde sua criação em 1976: Liberdade e Socialismo e a Unidade. Mas se curvou à realidade política e mudou discretamente o seu slogan na campanha eleitoral de 1995. Foi substituído por: Contra a Corrupção, Opressão e Terrorismo; para o Progresso, Justiça e Democracia. Justificou o secretário-geral: por termos de ser práticos e realistas. Ele disse: “Nós não podemos chamar de socialismo, nesta fase, porque não temos uma definição clara do termo ou como ela poderia ser aplicada”!

O Tagammu perdeu alguma da sua credibilidade, e foi forçado a reconsiderar suas políticas, após a desintegração da União Soviética,

que como eles dizem, significou o “colapso do socialismo”. Outro fator que contribuiu para a mudança de posição do partido foi o sucesso dos americanos em conduzir a paz no Médio Oriente, levando ao acordo de paz de 1993 entre Israel e a OLP.

Tagammu, que era um forte opositor do ex-presidente Anwar El-Sadat e de seu sucessor Mubarak, costurou acordo com Sadat para combater fanáticos islâmicos mostrando sua cara pragmática.

“Há mudanças no chão”, justificou o secretário-geral, que foi um membro por um tempo da clandestinidade comunista, e disse. Mas “há novas realidades políticas, principalmente o crescimento de grupos terroristas que usam o Islã como uma capa. Cada egípcio tem de enfrentá-las fortemente”.

Cautelosamente ele adiciona, “isso não significa que tenhamos reduzido a nossa oposição ao governo. Nós não temos que escolher entre o governo e os terroristas. Nós podemos fornecer uma terceira alternativa”.

Há o reconhecimento de que o partido perdeu muito de seu apelo e um amplo terreno, assim como muitos dos seus membros mais proeminentes. Dentro das fileiras do partido, os membros estavam divididos sobre a abordagem, que deveria assumir o governo, com alguns receios de expressar que a aproximação com o regime do Mubarak poderia minar a posição do partido.

“Há definitivamente uma tendência para uma abordagem mais prática”, disse seu secretário. “Nós não podemos mais chamar de nacionalização ou contra a privatização.”

A “terceira alternativa” para que o partido renasça foi a “democracia” e a “necessidade de mudança, de acordo com o povo quer”.

O partido Tagammu foi estabelecido como a plataforma de esquerda na União Árabe Socialista – então único partido político do país – em 1975. Um ano depois, em 1976, Sadat permitiu a formação de três asas da União – esquerda, direita e centro – para se tornarem partidos de pleno direito. Tagammu projetou-se como uma coalizão de esquerda, incluindo nasseristas, marxistas e nacionalistas árabes.

De acordo com especialistas, Tagammu conseguiu sobreviver porque os seus membros, na maioria das vezes, mantiveram um mínimo de coesão e, em tempos de crise, o presidente Mohieddin entrou em cena para jogar o árbitro. Mohieddin foi um da junta militar que derrubou a monarquia em 1952, e continua a ser muito respeitado pelos membros do partido.

As linhas gerais do acordo alcançado pelos membros fundadores do partido foram: uma avaliação positiva do movimento 1952 chamada revolução e seu líder, Gamal Abdel Nasser, a forte oposição ao imperialismo e do sionismo; luta conjunta para defender a independência nacional, incluindo o respeito democrático aos direitos humanos e de liberdades, o respeito às religiões reveladas, e a construção de uma sociedade socialista, livre da exploração, mantendo a identidade árabe do Egito, a luta pela unidade árabe e o apoio à resistência palestina.

No entanto, como resultado das divisões entre nasseristas e marxistas, muitos membros deixaram o partido, e havia uma crença generalizada de que a existência Tagammu iria chegar ao fim se os nasseristas e os comunistas tivessem permissão para funcionar legalmente como partidos políticos independentes, mas ele sobreviveu apesar da criação do Partido Democrático Árabe Nasserista em 1992.

Talvez sua sobrevivência se deva à crença de seus líderes em união de esquerdistas numa frente unida, para recuperar alguma da sua força perdida e popularidade.

Desde o estabelecimento do partido em 1976 e até a morte de Sadat em outubro de 1981, Tagammu adotou uma linha dura de oposição aos governos consecutivos até partida do Mubarak.

O partido em sua visão ao conflito árabe israelense rejeita a normalização de relação com Egito e Israel e acusa Israel pelo não cumprimento do tratado de paz, enfatiza os direitos dos refugiados a voltar à Palestina, e a criação do estado Palestina, conforme resoluções das Nações Unidas.

O segundo partido que representa a ala da direita da União do Sadat é Alwafd.

Historicamente Alwafd é o partido da oposição que se orgulha de ter um passado de prestígio, fundado após a Primeira Guerra Mundial, onde uma delegação de políticos egípcios se uniu para formar uma delegação, ou Wafd, que viajou para a conferência de paz de Paris de 1919 para defender a independência do país da Grã-Bretanha.

Tem sua imagem bem reforçada entre comerciantes e fazendeiros egípcios que haviam sido expropriados pela revolução dos militares de 1952, e quem o Wafd passou a representar. Até 1952, foi o partido majoritário, mas começou o seu declínio logo após os militares liderados por Gamal Abdel Nasser impuseram o novo regime de proibição do pluralismo político. Desde então, as medidas restritivas e as leis

impedindo a democratização e a liberdade de associação e de expressão continuam a paralisar o Wafd e outras partes do Egito.

A influência do partido sobre a vida política e social foi limitada insignificante no Regim Mubarak por causa da supressão política, pois o partido do governo, do Mubarak - Partido Nacional Democrático (NDP): ganhava pelas falsas eleições maioria dos assentos no parlamento Egípcio, mas dentro de uma eleição nova, o partido pode ocupar um razoável espaço no parlamento num futuro governo de coalizão.

O partido adota uma visão moderada em relação ao Israel, mas como enfatiza em seu programa sobre importância de uma solução para palestinos refugiados para chegar a uma paz solida e douradora, e se opôs à ação israelense no território ocupado e acusa Israel pelo não cumprimento do tratado de paz de 1979.

Resumo

A revolução egípcia foi feita por vários componentes e segmentos dos jovens. Unidos, em protesto, levaram Mubarak à queda e mudaram a cara do Egito. Unidos ainda por serem jovens politizados e organizados. Eles são contra o sistema social e econômico, contra a injustiça e a desigualdade crescente. São nacionalistas e anti-imperialista. E por isso não toleram a colonização israelense na Palestina ocupada. Eles são democráticos, totalmente contra a ditadura do exército e da polícia. Um dos principais componentes desses jovens revoltantes é movimento 6 de abril de jovens.

Este movimento tem lideranças descentralizadas, e tem uma gigantesca imediata influência positiva em toda a nação. É o mais importante de todos os segmentos. Nasceu como reação e protesto contra repressão do regime do Mubarak sobre trabalhadores da cidade industrial Mahalla Elkobra situada no Delta do Nilo. É liderada por jovens que usavam meios de comunicação da internet como Facebook e outros. Foram eles que tocaram gatilho que liberou a primeira descarga no dia 25 de Janeiro e despertaram as grandes marchas em principais praças, mesquitas e igrejas do Cairo, Alexandria e Suez.

Há outra faixa de juventudes revoltantes são de esquerda radical, que vem da tradição comunista, mas não tem afiliação partidária ou relação estreita com os comunistas. Graças às manifestações, há uma aproximação, não de liderança, mas de base juvenil.

Existe outro componente que é as democratas da classe média, incluindo pequenos empresários e profissionais. Eles não fazem parte da esquerda e aceitam o capitalismo, as empresas e o mercado. Não são antiamericanos, não amam Israel, mas o aceitam. Eles são democratas, contra a concentração de poder do exército, da polícia e da máfia de gangues. El Baradei mesmo não é jovem, mas seu pensamento é típico deles.

O último componente é a Irmandade Muçulmana que não deu início ao movimento. Eles simplesmente pularam no trem quando viram que o movimento era tão grande e acharam que seria idiota de permanecer fora. Mesmo se eles têm uma política pública razoavelmente popular, eles são presos numa ideologia religiosa. Eles não gozam apoio de setores trabalhista pois foram abertamente contra as greves dos trabalhadores.

É infundado que eles poderiam tomar todo o país e pôr término ao tratado de paz com Israel. A Irmandade Muçulmana é provável que seja uma força no pós-Mubarak do Egito, mas o movimento não vai monopolizar nem dominar a política nacional e opinião pública, pois sua base de apoio continua a ser relativamente pequeno, e sua capacidade de expansão é limitada.

Há medo que um novo governo no Cairo, em resposta às demandas populares, pode decidir cancelar seu tratado de paz com Israel. É uma preocupação compreensível, mas a evidência sugere que o pós-Mubarak, o Egito continuará a ser um parceiro para a paz com Israel. Os militares egípcios comprometeram que o Egito vai respeitar todos os tratados internacionais que assinou.

Existe um grupo de jovens esquerdistas que fizeram a revolução egípcia considerem o tratado de paz com Israel é um desastre. Longe de fornecer estabilidade, ele expôs o mundo ao poder de Israel. E não vai trazer a paz, o tratado visto por eles assegurou uma ausência de paz, uma vez que Israel dominante não viu necessidade de compor ou comprometer com a Síria ou com os palestinos. Eles acham que um tratado neutralizando o Egito, garantiu o domínio militar de Israel sobre a região para as próximas três décadas.

No seu ver, ao remover o Egito – o maior e mais populoso dos países árabes – o tratado descartou qualquer possibilidade de uma coalizão árabe, que poderiam conter Israel ou restringe sua liberdade de ação.

Há forças partidárias opositoras ao regime do Mubrak jogaram um papel limitado na revolução dos jovens. Eles possuem uma base popular permitiu conquistar razoável cadeiras no parlamento nas únicas eleições livres realizadas nos últimos 30 anos. É muito provável que participem num governo de coalizão no futuro próximo. Os principais partidos são:

O partido Unionista Progressista Nacional (Altagammu) Fundado por ex-Marxista e comunista. Alguns dos melhores intelectuais do país. O partido prometeu inicialmente lealdade a agenda socialista, mas logo desviou desses princípios e adota política pragmática para poder sobreviver no regime repressivo do Mubarak. Ele reconheceu sistema do governo do Mubarak e utilizou métodos legítimos para desafiá-lo. Assim sobreviveu a repressão por muito tempo. O partido estabeleceu a reputação de ser um verdadeiro campeão da unidade nacional entre muçulmanos e cristãos e a relações estreitas com os países árabes e as liberdades de crenças e expressão. Analistas atribuem seu fracasso em estabelecer uma forte relação com base popular ao fato de um número significativo de seus membros são nasseristas ou são influenciados pelo modelo Nasser, no sentido de que eles ainda estão procurando um líder que iria introduzir reformas progressistas sem ser um produto de um movimento popular. O partido tem popularidade com determinadas setores de intelectuais, e assume posições como defesa dos direitos dos trabalhadores. O partido tem restrições sobre tratado de paz com israel e não aceita criar uma área desarmada na península Sinai.

O segundo partido é Alwafd que foi bem prestigiado no período de 1920 ate 1952 quando os militares de 1952 o banirem. Ele tem seus seguidores entre comerciantes e fazendeiros egípcios que haviam sido expropriados pelos militares de 1952 a quem o Alwafd passou a representar. Desde então as medidas restritivas e as leis impedindo a democratização e a liberdade de expressão continuavam o paralisar. Ele apoia tratado da paz com Israel.

7 – A Política Externa Brasileira para o Oriente Médio: Diplomacia e Força

Norma Breda dos Santos

Introdução

Nos dias 7 e 8 de maio de 2011, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, esteve no Egito para uma visita de dois dias, quando encontrou com Nabil El-Araby, ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, e com Amr Moussa, Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, com sede no Cairo. Além de temas relativos ao comércio entre Brasil e Egito, foram tratados temas políticos mais amplos sobre o Oriente Médio e o Norte da África. Não fosse o momento extremamente delicado por que passam essas regiões, a visita apenas confirmaria a maior atenção dada ao eixo Sul-Sul pela diplomacia brasileira desde 2003, assim como a busca de maior protagonismo internacional.

Tanto o Egito, quanto a Líbia, a Síria, a Tunísia e o Iêmen, no Golfo Pérsico, e, em menor grau, Argélia, Jordânia, Marrocos e Arábia Saudita vivem revoltas populares que clamam por democracia, boa governança e trabalho. No fogo cruzado, a visita do ministro brasileiro ao Egito investe-se de maior significado e mostra de forma incisiva que o ativismo brasileiro no governo que se iniciou em 2011 continuará a ser um ingrediente relevante da diplomacia brasileira. É mais do que uma retórica assertiva em foros multilaterais, onde o Brasil tem insistido com veemência, por exemplo, sobre a necessidade de reformar o Conselho

de Segurança onde pretende ocupar um assento permanente. Trata-se de jogar em um tabuleiro como o Oriente Médio, em geral restrito às grandes potências, o que tem irritado, inclusive, a diplomacia norte-americana (Campos Mello, 2011).

O presente trabalho busca mostrar que o atual ativismo da diplomacia brasileira tem precedentes importantes, dos quais o mais expressivo e conhecido é a primeira operação de manutenção de paz, criada em 1956 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em consequência da Crise do Suez e extinta somente dez anos mais tarde, em 1967. O Brasil fez parte da Força Internacional de Emergência das Nações Unidas I (FENU I), de 1957 a 1967, importante participação multilateral protagônica para uma potência média. Mesmo bem-sucedida, essa experiência apresentou precariedades, registradas em documentos diplomáticos e militares. Essas questões também serão aqui apontadas, tratando-se sinteticamente da comunicação insuficiente entre o Itamaraty e o então Ministério da Guerra e a falta do aproveitamento da missão de paz no Egito para modernizar e profissionalizar o exército brasileiro.

Partimos do pressuposto, apontado de maneira bastante consensual pela modesta literatura dedicada ao tema, de que a posição brasileira com relação ao Oriente Médio sempre se baseou na preservação do princípio da defesa dos direitos de todos os Estados da região (Vigevani e Kleinas, 2000; Vigevani, Cintra e Kleinas, 2000; Breda dos Santos, 2000 e 2002; Pimentel, 2002). Conceitos como universalismo e autonomia orientam a diplomacia brasileira e aplicam-se claramente às relações com a região médio-oriental, sendo reinterpretados, adaptados ou completados ao longo do tempo. Assim, sem descaracterizar o padrão de continuidade característica da política externa brasileira, elementos de mudança estarão também presentes.

1. A Política Externa Brasileira de 1956 a 1967

No Brasil, de 1957 a 1967, governam Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart, Castello Branco e tem início o mandato de Costa e Silva, presidentes que implementaram a política externa imprimindo-lhe especificidades, embora todos tenham recebido um importante patrimônio comum de conceitos e de orientações historicamente construídos. A década abrange períodos de política externa tão distintas quanto a

Política Externa Independente (PEI), de 1961 a 1964, e a imediatamente posterior, marcada pela ascensão dos militares ao governo e sua determinação de buscar uma aproximação com os Estados Unidos. Mas também é necessário lembrar das similaridades entre a mesma PEI e o Pragmatismo Responsável, de 1974-1979.

Em um importante artigo publicado em 1967, Celso Lafer analisa a política externa brasileira com uma perspectiva de sistema, relacionando níveis global, regional e nacional. Segundo o autor, do começo do século XX até o fim da Segunda Guerra Mundial a política externa esteve marcada pela americanização, o que começou a ser questionado “*a partir da metade dos [anos] 50, [quando] começaram a surgir dúvidas sobre o acerto desta linha, mormente por aqueles que advogavam uma maior dose de autonomia para o Brasil no sistema regional e internacional*” (1967, p. 85) (grifos da autora).

Nos dez anos em que se dá a participação brasileira na FENU I, para efeito de simplificação, é possível afirmar que na política externa destacam-se uma percepção de que o Brasil deve atuar com maior independência e visibilidade, assim como uma orientação geral universalista e de autonomia. Mudanças no contexto internacional não chegaram a afetar substancialmente a ação da diplomacia, desde que não se tratasse de “questões capitais que [envolvessem] a adoção de medidas de defesa da coligação ocidental contra o expansionismo soviético” (*Relatório*, 1957, pp. 24-25). O padrão do voto brasileiro na ONU com respeito ao conflito israelo-palestino reflete a busca de posições equitativas e de compromisso, orientação que se explica também pelo fato de o Itamaraty buscar evitar a projeção do confronto entre países árabes e Israel no Brasil, onde há comunidades importantes de árabes e judeus.

Em 1956, é a primeira vez que no tradicional discurso de abertura na Assembleia Geral da ONU feito pelo do Brasil, o representante brasileiro refere-se explicitamente ao conflito árabe-israelense. Esse discurso sintetiza orientações que seriam seguidas pela diplomacia brasileira na ONU nos anos seguintes (Seixas Corrêa, 1995, p. 101). Ao se referir à Crise do Suez, que tivera início poucos meses antes, o embaixador Cyro de Freitas-Valle afirma que a delegação do Brasil é favorável “a uma solução que leve em conta os interesses legítimos dos usuários daquele canal internacional, mas que de forma alguma viole a soberania do Egito” e que “não [toleraria] em nenhuma circunstância ações, de quem quer que

seja, que barrem a qualquer país o direito de passagem livre pelo Canal sob qualquer alegação”. Afirma ainda que para a paz entre israelenses e árabes seja duradoura é necessário ter em conta certos princípios:

Primeiro, Israel é um país soberano, com os mesmos direitos e obrigações de todos os Membros das Nações Unidas. O seu desejo de viver em paz com seus vizinhos nos parece legítimo e propício a uma solução feliz para esta delicada questão. Por outro lado, os agravos sofridos pelas Nações Árabes como resultado do aparecimento de Israel são facilmente compreensíveis. A sua relutância em conversar com Israel sobre paz em pé de igualdade é resultado desses sentimentos, de antagonismos criados como resultado da confusão que tomou conta do Oriente Médio desde a guerra árabo-israelense. (...) Chegamos a uma encruzilhada no cenário internacional que demanda um esforço imediato e decidido para resolver todos os problemas que possam acender a centelha que desencadeará catástrofes de consequências imprevisíveis (A Palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1995, p. 104).

Os problemas entre árabes e israelenses aumentaram e a “centelha” foi acesa em diversas ocasiões, provocando tragédias na região. Para citar apenas os enfrentamentos mais conhecidos, dois conflitos armados de grandes proporções: a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e a Guerra do Yom Kipur, em 1973.

O interesse brasileiro em participar da FENU I explica-se, entre outras coisas, pela oportunidade que essa colaboração significava, notadamente para as potências médias e pequenas que visam exercer um papel mais ativo na condução dos problemas mundiais e daí aumentar seu prestígio. Para um Brasil que buscava “maior dose de autonomia no sistema regional e internacional” – como afirma Lafer a propósito dos anos 1950 e pelo menos até 1967 (data da publicação de seu artigo) – essa era uma oportunidade a ser aproveitada e, dentre tantos concorrentes para compor a FENU I¹, um dos escolhidos foi o Brasil.

¹ Sobre a criação da FENU I, Ralph Blunch, que foi um dos assistentes do Secretário-Geral, comentaria mais tarde que “*we had so many offers [that] we were embarrassed ... from twenty-three or twenty-four countries. We couldn't use even half of what had been offered*” (Rovine, 1970, p. 289).

2. FENU I: Dez Anos no Deserto²

Nos vinte anos em que governou o Egito, o presidente Gamal Abdel Nasser promoveu o pan-arabismo e foi um dos principais líderes do movimento terceiro-mundista. Promoveu igualmente o nacionalismo egípcio e suas constantes ameaças de nacionalizar o Canal de Suez concretizou-se em julho de 1956, atingindo diretamente interesses israelenses, franceses e britânicos. Em represália, Israel ocupou a península do Sinai. França e Inglaterra lançaram um ultimato ao Egito e a Israel para que retirassem suas tropas da zona do canal, ameaçando enviar tropas ao local. Israel aceitou o ultimato, mas não o Egito, o que resultou na intervenção militar da França e Inglaterra.

Na ONU, uma Assembleia Especial de Emergência foi convocada (1º a 10 de novembro de 1956). Quatro resoluções foram aprovadas, com o voto favorável brasileiro. A Resolução 997, SE-I apelava para o imediato cessar-fogo, bem como a imediata evacuação das tropas israelenses, britânicas e francesas das áreas do território egípcio sob ocupação e a livre navegação no Canal de Suez. A Resolução 998, SE-I solicitava a elaboração de um plano para a criação de uma força internacional ao Secretário-Geral, Dag Hammarskjöld. A Resolução 1000, SE-I estabeleceu o comando da força a ser criada e autorizava o recrutamento de oficiais para dela participar. Enfim, a Resolução 1101, SE-I definia as atribuições da força internacional e criava um comitê consultivo composto por representantes do Brasil, Canadá, Noruega, Colômbia, Paquistão e Ceilão, a ser presidido Hammarskjöld (United Nations Resolutions on Palestine and Arab-Israeli Conflict, UNR, p. 290).

Foi introduzida, então, uma importante inovação institucional no âmbito da ONU: a primeira força para a “manutenção” da paz, que estaria situada num imaginário Capítulo “VI e ½” da Carta, segundo o próprio Hammarskjöld. As hoje denominadas operações de paz de “primeira geração” prevaleceram ao longo da Guerra Fria. Tinham como principais objetivos a supervisão do cessar-fogo e a separação de forças. Sua atuação se dava primordialmente em conflitos interestatais, com ênfase no componente militar. Em geral, eram iniciadas entre a cessação das hostilidades e a celebração de um acordo final de paz, e seus mandatos sofriam poucas modificações enquanto duravam. A FENU

² Tratamos do tema em Breda dos Santos (2002).

I foi concebida como uma força que não se destinava ao combate e sim à supervisão do cessar-fogo, à retirada das forças francesas, inglesas e israelenses do Sinai, e a instaurar uma zona tampão entre Egito e Israel. Dela não participavam as grandes potências e seu envio ao Egito contou com o consentimento das partes em conflito.

A FENU I entrou em funcionamento em novembro de 1956 e o Brasil dela participou de janeiro de 1957 a junho de 1967, quando foi encerrada. Em 1957, contava com 6.000 efetivos, número que diminuiria nos anos seguintes até chegar a 3.400 efetivos, em 1967. Além do Brasil, nove países contribuíram com tropas, sendo que Índia, Canadá, Iugoslávia e Brasil enviaram os maiores contingentes: a Índia com um total de 6.881 militares, o Canadá com 5.780, a Iugoslávia com 3.893 e o Brasil com 3.305 (Ghali, 1993, p. 117 e *Relatório*, 1957, p. 6). Os dez anos da presença brasileira na FENU I e a proporção de efetivos brasileiros enviados ao Egito são indicativos da singularidade daquela experiência.

A operação de manutenção de paz estabeleceu-se exclusivamente no lado egípcio da fronteira entre Egito e Israel. Mantinha um oficial de ligação com as autoridades governamentais egípcias no Cairo. Afora o Secretário-Geral da ONU, a figura mais importante em sua estrutura hierárquica era a de seu Comandante, que operava de acordo com as instruções e diretrizes transmitidas pelo Secretário-Geral, agindo como seu principal representante. A FENU I teve cinco Comandantes, dos quais dois brasileiros. O “Batalhão Suez”, como ficou conhecido no Brasil o grupo de militares brasileiros que participou da Força, atuou no setor de Gaza, em Al-Arich e em Ras El Naqb.

Durante a década de 1960, o mundo assistia com apreensão ao crescimento do poderio militar egípcio, fato longe de passar despercebido pelo Major Rubens Portugal, que trabalhou junto ao Estado-maior da FENU I e esteve no Egito durante mais de dois anos (31 dezembro de 1962 a 10 de fevereiro de 1965). Em 1965, registrava que, guardadas tais tendências,

chegará o dia em que o presidente Nasser poderá admitir que está mais forte que Israel. ... Calculo que entre 1966 e 1967 o Egito poderá atingir uma tal situação de autoconfiança que a partir de então a presença da FENU Ihe poderá ser desnecessária. Pode acontecer, outrossim, que tal presença chegue a ser inconveniente dependendo da estratégia que venha a ser visada no Cairo.

Perguntava-se o militar: “está o governo brasileiro aparelhado para reagir com presteza e mover-se com agilidade diante das mutações que hoje são imprevisíveis? A minha impressão é que não está”. E recomendava aos seus superiores hierárquicos:

Tendo em conta a estimativa que faço no sentido de que a partir de 1966 pode o Egito querer mudar a sua política em relação a Israel e à FENU, considero urgentíssimo que o EME dê início a tais estudos. Trata-se de proteger não apenas omeio milhar de soldados brasileiros mas a nossa posição, o nosso futuro na ONU e no Oriente Médio, a nossa situação política na África, etc. (...)”³.

No dia 14 de maio de 1967, décimo nono aniversário da criação de Israel, tropas egípcias ocuparam o Sinai. Dois dias mais tarde, Nasser exigiu o recuo dos contingentes da FENU I às proximidades da fronteira egípcio-israelense para, em seguida, exigir sua retirada completa. Em 19 de maio, a FENU I recebia do Secretário-Geral da ONU ordem de retirar-se da área em que operava. As patrulhas, na realidade, já haviam sido suspensas em 16 de maio pelo Comando da Força a fim de evitar incidentes com as tropas egípcias.

A conjuntura de exceção propriamente dita estendeu-se de 5 a 12 de junho, quando tropas israelenses, que há meses movimentavam-se ao longo das fronteiras de Israel, passaram a atacar massivamente seus rivais egípcios, jordanianos e sírios. De maneira extraordinária, nesses seis dias, Israel venceu seus inimigos, ocupando Sharm-el-Sheik, a margem ocidental do Canal e do Golfo de Suez, a Cidade Velha de Jerusalém, a Cisjordânia e o platô do Golan, na Síria, até a cidade de Kuneitra.

No dia 5 de junho, o Campo de Rafah estava tomado por forças israelenses, onde se reuniram os contingentes da FENU (brasileiros, iugoslavos, noruegueses e indianos). No dia 12, os militares brasileiros eram deslocados para o porto israelense Ashdod e embarcados no “Soares Dutra”, da Marinha brasileira. Lamentavam a perda de um colega, 2º Sgt Carlos Alberto Ilha de Macedo, atingido mortalmente pelo fogo cruzado entre israelenses e egípcios, no Campo Rafah, no primeiro dia do conflito⁴.

³ Ministério de Exército, Centro de Documentação (CDoc), Relatório apresentado pelo Major Rubens Portugal, 1965, pp. 34 e 69.

⁴ Ministério do Exército, CDoc, Seção de Histórico das Organizações Militares, III/2º Regimento de Infantaria – Btl Suez, “Registro Histórico Completo 1957-1967”, pp. 2454 e 2466.

Na documentação consultada não se pôde verificar se as acertadas preocupações apontadas pelo Major Portugal já dois anos antes da Guerra dos Seis Dias chegaram a se tornar objeto de estudo de seus superiores. Em todo caso, o “Registro Histórico Completo de 1957-1967”, que detalha o dia a dia do Batalhão no Egito, justifica a posição do contingente brasileiro no momento em que o conflito é deflagrado, ou seja, em meio ao fogo cruzado,

embora as atividades militares desenvolvidas na RAU [República Árabe Unida], e presenciadas por todas as tropas da FENU, viessem ganhando uma intensidade cada vez mais crescente, as autoridades egípcias, que desempenhavam funções de ligação junto ao Comando das tropas da FENU, asseguravam que a retirada da Força se processaria tranquilamente e dentro dos prazos previstos. Havia indícios de guerra, mas o seu desencadeamento no dia 5 de junho colheu a todos de surpresa, principalmente considerando as garantias do governo egípcio vinha proporcionando à Força⁵.

3. Um Balanço sobre a FENU I

A participação brasileira na FENU I foi uma experiência avaliada como bem-sucedida pelo Itamaraty, pelo Ministério da Guerra e pela ONU. Entretanto, a leitura de documentos diplomáticos e sobretudo militares aponta a existência de problemas consideráveis em sua organização e realização. Dentre esses problemas, dois aparecem como os mais relevantes: de um lado, o contato insuficiente entre o Itamaraty e o Ministério da Guerra, responsável pelo preparo e envio do contingente brasileiro; de outro, a falta de planejamento do Ministério da Guerra no sentido de aproveitar a experiência no Egito para promover a modernização e profissionalização do exército brasileiro.

Críticas a propósito da precária comunicação interministerial estão fartamente registradas em relatórios redigidos por oficiais militares que visitaram o contingente brasileiro e, particularmente, no relatório do Major Rubens Portugal, que afirmava acreditar em certos momentos, por exemplo, que

⁵ Ibid, p. 2461.

o Itamaraty tenha formulado alguma política ou elaborado algum estudo sobre a área e sobre as suas questões. No entanto, é patente que nunca tais estudos (se é que existem) foram jamais oficializados e, conseqüentemente, encaminhados à execução para que todos os atos decorrentes fossem coerentes com as idéias e os princípios julgados oficialmente básicos. ... Pois, as minhas conclusões sobre o que observei no plano político são as seguintes: a) o Brasil não tem uma política geral para com as Nações Unidas, as forças de manutenção de paz, o Oriente Médio e a FENU (grifos da autora).

E concluía: “Urge consolidar a política do Brasil para o Oriente Médio, particularmente com respeito à FENU, à ONU e às demais áreas de atrito do Oriente Médio (Iêmen, Chipre e outras) atribuindo a algum órgão interministerial a responsabilidade de executá-las”⁶.

Um ano mais tarde, o longo estudo preparado pela Divisão do Oriente Próximo do Itamaraty visando à reunião de embaixadores brasileiros que se realizaria em Roma para tratar da região não contradiria as impressões do Major Portugal. O conflito árabe-israelense é mencionado como aquele “que mais de perto toca à ação diplomática brasileira na área”⁷, mas não se analisa nem se aponta nenhuma questão de ordem operacional ou aspectos que mais concretamente dissessem respeito à atuação e aos interesses brasileiros em torno do conflito, como a óbvia presença do contingente brasileiro no Egito, suas condições de atuação, sua contribuição, seus problemas, etc.

No estudo, afirma-se que a

presença de um contingente brasileiro nas Forças das Nações Unidas, em Gaza, é um bom exemplo [dos] eventuais envolvimento do Brasil nos problemas da área, pela via internacional multilateral. ... Tudo o que leva à conclusão de que se o Brasil tem todo interesse em manter-se imparcial e equânime em face dos conflitos e tensões em causa, sua diplomacia precisa, no entanto, *estar permanentemente alerta para os mesmos*. De um lado, para habilitar o Governo brasileiro a saber, a cada momento, com que Oriente Próximo está tratando, isto é, como e com quem *conduzir relações condizentes com os interesses nacionais*. De outro lado,

⁶ Ministério de Exército, CDoc, Relatório apresentado pelo Major Rubens Portugal, 1965, p. 19-20 e 29.

⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Brasília. “Material de base para a reunião dos embaixadores brasileiros na área do Oriente Médio”, Divisão do Oriente Médio, Ministério das Relações Exteriores, Confidencial, Roma, abril de 1966, p. 48.

para estar ela própria sempre pronta para *fazer face às exigências decorrentes da posição internacional do Brasil*⁸ (grifos da autora).

Se há afirmações nesse estudo que apontam uma coerência retórica com as posições brasileiras na ONU com respeito ao conflito israelo-palestino, não se observa no documento o conhecimento ou a consideração de questões de ordem prática ou imediata sobre a missão que está em andamento no Sinai. Muito menos, consequentemente, qualquer orientação para que na reunião de embaixadores em Roma trate-se ou se busque refletir sobre a consistência e a coordenação da ação de setores governamentais diretamente envolvidos na realização da FENU I, notadamente Itamaraty e Exército.

Um exemplo singelo da falta de coordenação interministerial é indicado no relato que o Tenente-Coronel José Tancredo Ramos Jube faz de sua curta visita ao Batalhão Suez em 1965 (20 de julho a 6 de agosto de 1965). O militar relata que, nos países em que o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) em que viajava fez escala, “foi anotada a ausência completa do M.R.E. Apesar das Embaixadas terem sido avisadas da passagem do avião e alertadas do material a elas destinado e da presença, na aeronave, de oficial general da FAB, em nenhum pouso fomos sequer procurados por um único elemento integrante de nossos quadros diplomáticos”⁹.

Os documentos consultados mostram que os contatos entre o Itamaraty e o Ministério da Guerra eram feitos basicamente por um oficial lotado no gabinete do Ministro da Guerra. Ademais, era mantida na missão brasileira em Nova York, apesar da resistência do Itamaraty e ainda que não regularmente, a presença de um adido ou assessor militar, com patente de general. Tendo uma patente demasiadamente elevada, acabou por não suprir as necessidades exigidas por um trabalho mais ligado ao cumprimento de serviços operacionais de rotina¹⁰.

⁸ Ibid, p. I.

⁹ Ministério de Exército, CDoc, Relatório de Missão junto ao Batalhão Suez, do Ten-Cel José Tancredo Ramos Jube, 1965, Ministério da Guerra, Gabinete do Ministro, escalão Avançado, Divisão de Relações Públicas, Subseção Biblioteca, Cx. 6 (Vários).

¹⁰ Ministério do Exército, CDoc, Relatório apresentado pelo Ten.-Cel. Iris Lustosa de Oliveira 1967; Ministério da Guerra, Gabinete do Ministro, 2ª Divisão-SSI, Reservado, 8 de fevereiro de 1967, visita ao Batalhão Suez em janeiro de 1967. Subseção Biblioteca, Cx. 6 (Vários), p. 1.

Apesar das diversas missões em que militares brasileiros estiveram envolvidos naqueles anos – décadas de 1960 e 1970¹¹ – que teriam continuidade nas décadas seguintes, quando adquiriram muito maior complexidade, pela diversidade de suas tarefas e do pessoal envolvido, o governo brasileiro não contava até os anos 1990 com uma estrutura para acompanhá-las. Somente em maio de 1993 é que o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) foi estabelecido, sob a coordenação do Itamaraty (Tarrisse da Fontoura, 1999, pp. 207-208).

Quanto ao segundo importante problema mencionado, ou seja, a falta de preocupação ou qualquer tipo de planejamento de iniciativa do Ministério da Guerra visando ao aperfeiçoamento de seus efetivos a partir da experiência militar internacional no Egito, o relatório do Major Portugal é eloquente. Afirmo o militar que

[o] que mais espanta o oficial brasileiro que vai servir no Estado-Maior do Comando da FENU é que o Brasil é o único dos sete países contribuintes para a Força que não tem doutrina oficial firmada para nenhuma das duas políticas consideradas [a macro-política e a micro-política] (...) No tocante à micro-política, o Brasil é o único dentre os sete países [que compõem a FENU] que não dá assistência ao seu contingente porque é o único que nunca definiu o que esperava do seu contingente na FENU. (...) O oficial brasileiro que se encontra servindo no Estado-Maior do Comandante da FENU, tem de deduzir ele próprio as finalidades, os objetivos e os processos, imaginando na solidão e em diálogo com os seus próprios botões, o que a Pátria distante haveria de esperar de si. Ao nosso lado entretanto, os demais contingentes agem em obediência às respectivas políticas nacionais e nesse sentido são severamente fiscalizados¹².

Os relatórios dos oficiais encarregados de visitar o Batalhão Suez e relatar sua situação ao Ministério da Guerra confirmam as impressões

¹¹ No mesmo período, 1957-1967, o Brasil envolveu-se em outras cinco missões promovidas pela ONU: a) na Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), com 179 militares; b) na Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental/Irian Ocidental (UNSF), com 2 militares; c) na Missão do Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas na República Dominicana (DOMREP), com 1 militar; d) na Missão de Observação das Nações Unidas Índia-Paquistão (UNIPOM), com 10 militares, e e) na Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP), com 1 civil e 20 militares. Além disso, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil participou da Força Interamericana de Paz, na República Dominicana, de 1965 a 1966, com 1.450 militares. Cf. Tarrisse da Fontoura, 1999, pp. 201-204.

¹² Ministério de Exército, CDoc, Relatório apresentado pelo Major Rubens Portugal, 1965, p. 14.

do Major Portugal. Dois anos mais tarde, por exemplo – pouco antes, portanto, da retirada da FENU do Egito –, detecta-se a mesma situação e observações similares. Notam os militares que a participação em operações de paz é aproveitada por vários países como uma escola para o aperfeiçoamento de seus quadros, o que contrasta completamente com a atitude das autoridades governamentais brasileiras:

Infelizmente, no Brasil, há a mentalidade de que ir ao estrangeiro significa passear e juntar dólares; à experiência adquirida pouco valor é dado. Até hoje não foi feito nenhum estudo sério sobre nossa participação na FENU ou no Congo. Até hoje não são utilizados na preparação dos novos contingentes, oficiais e praças que já tenham estado na FENU. Os relatórios dos comandantes de batalhão apodrecem nas gavetas e nunca foram codificados ou transformados em experiência viva. Torna-se necessário que seja mudada a atitude dentro do nosso Exército, para com as operações da ONU. O Brasil deve procurar participar, em todas as que não firam seus princípios políticos. Ao mesmo tempo, deve procurar codificar a experiência acumulada até agora em suas escolas, na preparação dos contingentes e, até mesmo na criação de um Centro de Preparação para Forças Internacionais, onde seriam preparados os nossos contingentes para FENU, S. Domingos e quantas outras aparecessem¹³.

Conclusão

Gelson Fonseca aponta aspectos importantes com respeito às atividades das operações de paz: de um lado, dão visibilidade às atividades da ONU. Quando a cobertura de imprensa chama a atenção para situações dramáticas, que envolvem frequentemente respostas a situações extremas e desafios humanitários, a opinião pública dá-se conta da importância da ação da organização internacional. De outro, as operações de paz representam de longe a maior parcela de gastos financeiros da ONU e esse peso orçamentário tende a aumentar uma vez que com o fim da Guerra Fria uma série de disputas regionais e intraestatais cresceram e confirmaram a relevância da ONU e de suas operações de paz (2006, p. 4).

¹³ Relatório apresentado pelo Ten.-Cel. Iris Lustosa de Oliveira, 1967, pp. 14-15.

De fato, a eclosão de muitos conflitos de natureza variada – étnica, religiosa, etc. –, aumentou a demanda para a criação de operações de paz desde o fim Guerra Fria. Ao mesmo tempo, diminuíram de forma significativa os vetos no Conselho de Segurança da ONU, impeditivos até então de decisões e respostas a situações de emergência. Além disso, o Conselho de Segurança passou a incluir a proteção dos direitos humanos e ao meio ambiente como questões afeitas à paz e à segurança internacionais. Das 61 missões de manutenção de paz existentes em 2006, 48 foram criadas a partir da década de 1990 (Doyle e Sambanis, 2006). Tudo indica que essas operações continuarão a demandar a atenção da diplomacia brasileira. Para responder a novos desafios, as operações incorporaram uma série de modificações. As chamadas operações de “segunda geração” têm uma composição mais variada, apresentando em seus quadros maior participação de civis e policiais.

A FENU I durou dez anos ao longo das décadas de 1950 e 1960. Um contingente de 3.305 brasileiros dela participou. Ou seja, além da sua longa duração, o envolvimento militar brasileiro não foi modesto, sobretudo quando comparado aos contingentes civis e militares enviados pelo Brasil a Angola na década de 1990 – em torno de 4 mil homens – ou ao Haiti nos últimos anos – 2.200 soldados aproximadamente (300 fuzileiros navais e 1900 do soldados do exército)¹⁴.

O engajamento que os Estados conferem aos vários tipos de atividade desenvolvidas no âmbito da ONU não é aleatório, mas não é simples compreender as reais motivações, diretas não, que os levam a atuar mais em um domínio e menos em outro. A atenção da diplomacia brasileira dada ao Oriente Médio não é recente e pode ser traçada ao menos desde o importante papel que teve Oswaldo Aranha ao presidir com reconhecida habilidade a Assembleia Geral Extraordinária de 1947, que aprovou o Plano de Partilha da Palestina. A equidistância que marcou as posições brasileiras ao longo dos anos face ao conflito entre Israel e Egito, além das manifestações de respeito às resoluções aprovadas pela ONU, oferece, nas palavras de Tullo Vigevani, Rodrigo Cintra e Alberto Kleinas, “um capital político de alta relevância para neste início de século XXI alcançar (...) ao menos uma posição de destaque

¹⁴ A MINUSTAH é a primeira operação de imposição da paz (Capítulo VII da Carta da ONU) da qual o Brasil participa. O contingente total da MINUSTAH é de 8.740. (http://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/24012011/01.html. e <http://www.exercito.gov.br/web/guest/efetivos>, última visita, 15/5/2011.

político, necessária aos interesses brasileiros, visto que a prevalência dos direitos tende a tornar-se um tema central (...)” (2002, p. 42).

Completemos essas observações insistindo sobre o fato de que no século XXI vê-se perspectivas de atenuação das estruturas hegemônicas e que se tornou praticamente impossível que um conflito internacional não atinja os interesses nacionais, mesmo que indiretamente, dos países não envolvidos. A diplomacia brasileira atual vai além da participação multilateral e da intensificação de laços bilaterais, apontando para a busca incisiva de uma ordem internacional mais equitativa. Nesse esforço e direcionamento, não podem ser negligenciadas a criação de políticas dentro e fora do Itamaraty que deem amparo a uma presença internacional mais vigorosa.

Referências bibliográficas

Fontes Não Publicadas

Histórico do Itamaraty (AHI), em Brasília.

Centro de Documentação do Exército (CDoc), Brasília.

Fontes Publicadas

BRASIL, *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro das Relações Exteriores (Relatório)*, 1957.

A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1985 (1995), Organizado por Luiz Felipe Seixas Corrêa. Brasília, FUNAG.

INSTITUTE FOR PALESTINE STUDIES. *United Nations Resolutions on Palestine and Arab-Israeli Conflict* (UNR) (1988), vol. 1, 1947-1974. Washington, D.C..

Bibliografia

BREDA DOS SANTOS, Norma (2000), "O Brasil e a Questão Israelense nas Nações Unidas: da Criação do Estado de Israel ao Pós(?) - Sionismo",

in Norma Breda dos Santos (org.) *Brasil & Israel: Diplomacia e Sociedades*. Brasília, Edunb.

_____. (2002), “Dez Anos no Deserto: a Participação Brasileira na Primeira Missão de Paz das Nações Unidas”, in Gilberto Dupas e Tullo Vigevani (orgs.). *Israel/Palestina: a Construção da Paz vista de uma Perspectiva Global*. São Paulo, Editora UNESP.

CAMPOS MELLO, Patrícia (2011), “Brasil atrapalha no Oriente Médio, diz relatório dos EUA”, *Folha de S. Paulo*, 6/2/2011 (<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/871410-brasil-atrapalha-no-oriente-medio-diz-relatorio-dos-eua.shtml>; última visita em 10/5/2011).

DOYLE, Michael W. e SAMABANIS, Nicholas (2006), *Making War and Building Peace*. Princeton, Princeton University Press.

FONSECA JR, Gelson (2006), “A Reforma da ONU: as Propostas de Kofi Annan sobre Segurança e Operações de Paz”, in *Diplomacia Cidadã*. Clóvis Brigagão e Valerie de Campos Mello (orgs.). Rio de Janeiro, Gramma/Fundação Konrad Adenauer.

GHALI, Mona (1993), “United Nations Emergency Force I: 1956-1967”, in William Durch (ed.). *The Evolution of UN Peacekeeping: Case Studies and Comparative Analysis*. New York, Henry L. Stimson Center.

KAPLAN, Morton A. (1967), *System and Process in International Politics*. New York, J Wiley.

LAFER, Celso (1967), “Uma Interpretação do Sistema das Relações Internacionais do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, pp. 81-100.

PIMENTEL, João Vicente (2002), “O Padrão de Votação Brasileiro na ONU e a Questão do Oriente Médio”, in Gilberto Dupas e Tullo Vigevani (orgs.). *Israel/Palestina: a Construção da Paz vista de uma Perspectiva Global*. São Paulo, Editora UNESP.

ROVINE, Arthur W. (1970), *The First 50 Years. The Secretary General in World Politics: 1920-1970*. Leyden, Sijhoff.

TARRISSE DA FONTOURA, Paulo Roberto C. (1999), *O Brasil e as Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas*. Brasília, FUNAG.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto (2000), “Brasil-Israel: da Partilha da Palestina ao Reconhecimento Diplomático (1947-1949)”, in Norma Breda dos Santos (org.) *Brasil & Israel: Diplomacia e Sociedades*. Brasília, Edunb.

VIGEVANI, Tullo; CINTRA, Rodrigo, e KLEINAS, Alberto (2002), “Conflito Palestina-Israel: Anacronismo, contemporaneidade e o papel do Brasil”, in Gilberto Dupas e Tull Vigevani (orgs). *Israel-Palestina: a Construção da Paz vista de uma Perspectiva Global*. São Paulo, Editora UNESP.

8 – Haiti e os projetos de desenvolvimento: entre o isolamento e a ocidentalização

*Renata de Melo Rosa*¹

Resumo: Um dos desafios centrais para o Haiti contemporâneo é construir, de maneira sustentável, um projeto de sociedade nacional capaz de englobar as diferenças locais e consolidar um projeto de nação horizontal, nos termos de Benedict Anderson (1991), inúmeras vezes abortado. Apesar de oficialmente o Estado haitiano haver completado 207 anos de existência, a construção da nação não acompanhou o processo de formação do Estado, ele mesmo gestado de forma fragmentada. Para entender de forma cautelosa as razões da fragmentação política, das divisões internas e da dependência externa, o artigo associa a ineficiência dos projetos de desenvolvimento para o Haiti com a lógica da cultura haitiana, avessa à ocidentalização. O principal argumento do texto é que todos os projetos de desenvolvimento apresentados pela comunidade internacional para o Haiti exigem tacitamente um processo de ocidentalização dos haitianos como condição *sine qua non* para o seu sucesso, o que entra imediatamente em colisão com as categorias que organizam o sentido da vida social haitiana, construídas historicamente de modo desvinculado do ideário ocidental. O Haiti está isolado culturalmente de todo o continente americano, sem conseguir fazer paralelo nem com a

¹ Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela Université d'État d'Haïti; Coordenadora do curso de Relações Internacionais do UNICEUB; Líder do Núcleo de Estudos de Diplomacia Responsável. Contato: renata.rosa@uniceub.br.

América Latina e nem com a África. A partir desta premissa, os projetos de desenvolvimento para o Haiti devem necessariamente incorporar de maneira sólida os pressupostos que informam a lógica do pensamento haitiano, quase todos alheios à ocidentalização.

Palavras-chave: Haiti; ocidentalização, desenvolvimento, isolamento.

Introdução

Aos olhos de um visitante desavisado, partindo seja da República Dominicana, do Panamá, da Venezuela ou de Miami, parece inacreditável compreender como a capital do Haiti, Port-au-Prince consegue existir sem luz elétrica em todos os momentos do dia, por anos. Esta descoberta impactante sobre o Haiti é apenas um dos diversos enigmas que cercam a pequena ilha caribenha. Com o passar do tempo, o visitante também é surpreendido por muitos outros fenômenos que, à luz das categorias que fazem sentido para o ideário ocidental, não encontram assento em nenhum paralelo cognitivo. Não é a pobreza, mas o modo como esta pobreza se manifesta e é vivida pela comunidade haitiana o que mais impressiona. Um dado impactante é o fato de a energia elétrica e os horários de trabalho adotados pelo Ocidente não fazerem o menor sentido para os haitianos. É impressionante andar à noite nas ruas de Porto Príncipe, Carrefour, Bel-Air, Zona do Bicentenaire, etc. absolutamente escuras, mas com uma vida social pulsante em todos os espaços, inclusive sem interrupção das atividades comerciais. À noite, os faróis dos carros iluminam de forma pueril o desenrolar de um mundo absolutamente desconhecido para o Ocidente. Tomar como obrigação entendê-lo deve ser uma das principais metas da comunidade internacional.

1. A lógica da organização social haitiana e a lógica do mundo ocidental: ser nèg no Haiti

O pressuposto central deste artigo refere-se ao fato de a lógica de organização do mundo ocidental não repousar no lugar em que os haitianos conferem sentido aos acontecimentos da vida. Categorias como planejamento, organização das cidades, jornada definida de trabalho, separação entre público e privado, o valor social dado ao lixo, as noções de

educação/instrução, a preservação do meio ambiente ou noções ocidentais de higiene são categorias historicamente construídas pelo Ocidente que constroem uma pálida conexão com o modo de vida estruturado pelos “filhos renegados do Ocidente”². Talvez incida aí o motivo pelo qual o Haiti não tenha “conseguido” cooperar de forma decisiva com os projetos de desenvolvimento elaborados pela comunidade internacional há, pelo menos 100 anos³.

Nem mesmo a categoria negro (nèg), no Haiti, é fruto de uma construção ocidental. A rebelião de 1793, liderada por Toussaint L’Ouverture e apoiada por todos os trabalhadores escravizados da ilha, é única, em termos de alcance revolucionário e escala de participação em massa na história da humanidade exatamente pelo fato de o negro haitiano haver se construído de modo muito distinto ao negro ocidental. No Haiti, o provérbio “tout moun se moun/ toda pessoa é uma pessoa” não é uma frase qualquer, mas um princípio valorativo fundamental em uma cosmovisão radicalmente igualitária da vida social. À época revolucionária do final do século XVIII, indicava a igualdade entre negros e brancos e anunciava uma categoria de negro diferente do negro ocidental, este plenamente convencido de sua inferioridade racial, cuja resposta mais importante foi a submissão, seja na sociedade colonial ou nos cenários pós-coloniais. De acordo com Casimir, a Revolução haitiana de 1793 só foi possível devido à crença que se “toda pessoa é uma pessoa”, não haveria sentido na hierarquia racial imposta pelo controle colonial nas plantações de cana-de-açúcar. Em outras palavras, em um país com este provérbio organizando o sentido das coisas, as razões pelas quais a escravidão se mantinha no Haiti colonial eram, sem dúvida, vulneráveis. Além disso, a indústria da fabricação do negro ocidental não teve tempo de se consolidar no Haiti, tal como em outras ilhas do Caribe e em diversas partes da América.

Tout moun se moun, por ser um princípio inaugura e sustenta o princípio da igualdade entre pessoas é também “uma fórmula de vida e de gestão política viável e caudatária do conceito haitiano da pessoa

² Esta expressão está inscrita no Preâmbulo da Constituição Haitiana de 1805. Apud Mirlande Manigat. “Los Derechos Humanos en la Constitución de 1987”. In: TEJEDA, EDDY. *El Derecho a una vida digna*. Santo Domingo – R/D: Ediciones FLACSO, 2001.

³ A contar da intervenção norte-americana de 1915.

humana” (CASIMIR, 2009, p. 91), o que fez com que os negros pudessem enfrentar os brancos em pé de igualdade. De acordo com o autor,

No Haiti, “toda pessoa é uma pessoa” (*tout moun se moun*) e toda pessoa é um “negro”. Uma definição pelo estilo não é exportável para as sociedades capitalistas ocidentais. O negro haitiano e o ocidental se impugnam reciprocamente por pertencerem a mundos que se rejeitam (CASIMIR, 2009, p. 92).

A partir do nexo entre o conceito de pessoa que, no Haiti se funda a partir de um conceito específico de negro (antiocidental), reinventado de modo bastante diverso daquele que lhe é atribuído no ocidente, pessoa é aquele que pertence ao Haiti. Pertencer ao Haiti envolve uma amarração sólida de uma série de detalhes da vida cotidiana e da trajetória coletiva de cada sujeito, como a frequência do uso do kreyòl, a relação com a natureza, a não ocidentalização e a principal prova de fogo: viver no Haiti. A partir de interpretações históricas e contextuais, a elasticidade da categoria de pessoa, leia-se nèg, permite que uma pessoa branca não haitiana possa ser reconhecida como nèg, categoria que inclui os indivíduos na comunidade haitiana e a faz compartilhar o sentimento de pertença ao Haiti. Por outro lado, um negro estrangeiro, com hábitos ocidentalizados, é lido e catalogado apenas como um Blanc (estrangeiro). Um haitiano que viveu muitos anos fora do país e volta com hábitos ocidentalizados, também é lido como um Blanc. Blanc neste sentido está oposto a nèg. Muito além das divisões que se referem à cor da pele, a oposição nèg/Blanc indica inclusão ou exclusão da comunidade haitiana. Assim, existem nèg brancos, Blanc negros, o que significa que um branco pode pertencer à comunidade haitiana e um negro não, por exemplo. Esta decisão coletiva e simbólica depende de variáveis muito complexas, que combinam os graus de ocidentalização e a profundidade de imersão no universo simbólico haitiano. Mas o que faz um haitiano ser portador desta identidade altamente poderosa que valida cotidianamente o seu pertencimento ou sua exclusão da comunidade haitiana?

Em primeiro lugar, “nèg” não é apenas uma categoria de cor, nem uma categoria de classe e nem uma categoria de nacionalidade. É a condição de existência de cada haitiano. Como condição, ela pode ser retirada de cada sujeito a depender do seu nível de comprometimento cultural com o Ocidente ou com os valores ocidentais. Para se opor a esta

categoria fundante, existem os “Blanc”, estrangeiros (THOMAZ, 2010), independentemente da cor e haitianos ocidentalizados, que vivem dentro ou fora do Haiti. A passagem da categoria “nèg” para “Blanc” é comum (o inverso também) e a variável que vai determinar a entrada em uma ou outra categoria é a afinidade pública demonstrada por cada haitiano ao Ocidente. “Blanc” não pertence à nação, não fala como “moun/pessoa”, carrega na sua identidade a pecha da subordinação, da não inteligência (pa lespri) e tem chances muito remotas de atingir algum ponto sensível de cooperação entre os haitianos. A tensão entre “nègs” e “blancs” é a principal força política que move a adesão ou rejeição aos projetos de desenvolvimento e modernização do Haiti. Entender como funciona esta lógica me parece central para a eficácia dos projetos em desenvolvimento para o Haiti propostos pela comunidade internacional.

Partindo deste ponto e tomando alguns exemplos para ilustrar a força destas categorias e o universo de privilégios simbólicos que um “nèg” goza no Haiti, usarei algumas imagens que reforçam como a categoria “nèg” está disponível para apropriação de qualquer sujeito, independentemente da cor, classe ou nacionalidade e outras imagens para ilustrar de que modo um “nèg” pode cair em “desgraça” social ao ser identificado publicamente como “blanc”. A força destas imagens serve para chamar a atenção que, como construções sociais, estas categorias não são fixas, não são manuseadas de forma essencializada e obedecem a uma dinâmica impressionante, com testes diários de pertencimento à comunidade nacional.

Nèg é então a pedra preciosa das categorias fundantes do sentimento de pertença ao Haiti. Em uma das conversas com o antropólogo Jean Casimir em Porto Príncipe, em sua residência em Delmas 67, o autor me contou o caso que deu origem a este universo simbólico. A cena se passou no Aeroporto Toussaint L’Ouverture, em Porto Príncipe em que os passageiros, dentre eles, Casimir, acabavam de saber que o voo iria se atrasar. Quando indagou a respeito de quem dera esta informação, recebeu a seguinte resposta: Nèg Blanc sa a (foi aquela nega branca!).

O cruzamento das leituras das identidades de raça e pertença no Haiti é curioso e desafia a literatura das relações raciais acerca do tema. “Nego”, no Brasil, também indica uma categoria de pessoa, em expressões coloquiais do tipo “nego (ou neguinho) veio aqui e fez a maior confusão”. Nesta expressão, nitidamente a categoria “nego”, refere-se

a uma construção de pessoa das classes populares e está incrivelmente desarticulada com a cor da pele ou à pertença étnica ou racial. No Brasil, as expressões “nego é fogo” ou “nego fala o que quer” também estão visivelmente articuladas à noção de pessoa e passeiam livremente na rede simbólica dos significados de pessoa das classes populares do Brasil.

No entanto, os níveis de densidade que a categoria assume no Brasil e no Haiti são distintos. É muito incomum ouvirmos no Brasil “aquela nega branca”, tal como relatado por Casimir. No Haiti ser nèg é anterior à existência, à cor da pele, à nacionalidade e aos direitos políticos, como veremos nos tópicos subsequentes.

2. Nèg e política

Para a construção de uma carreira política sustentável no Haiti, a condição primeira é ser um “nèg”, como em todas as áreas da vida social haitiana. O principal reconhecimento público deste título é ter seu nome público transformado, geralmente evocado no diminutivo ou com adjetivos que indicam uma proximidade familiar notável (komé, kompé, papa, baby, ti). Por exemplo, René Préval é *ti René*, Jean Bertrand Aristide foi *Titid*, François Duvalier foi *Papa Doc*, Jean Claude Duvalier foi *Baby Doc*, Charles Henry Baker é *Charlito Baker*, etc. (PONGNON, 2010). Evidentemente, o uso político que se faz destes rótulos invariavelmente pende para um populismo sem limites. No entanto, esta é uma condição sensível que precisa de compromissos e afirmações simbólicas constantes. Apenas para ilustrar, Charles Baker é um político haitiano branco e Leslie Manigat é um político negro, só que neste caso, não existem dúvidas quanto ao fato de Charlito ser um “nèg” e Manigat ser visto como um *blanc*. O que os diferencia é o grau de afinidade com o Ocidente que os dois compartilham. Enquanto Charlito faz seus discursos em kreyòl, Manigat se expressa exclusivamente em francês, é um intelectual de linguagem sofisticada, o que, no imaginário haitiano, representa um laço mais ou menos indestrutível com o Ocidente e, portanto não pode pertencer à comunidade de valores haitiana. Outro provérbio importante no Haiti e que exclui da comunidade negros haitianos ocidentalizados francófonos é *Pale franse pa lespri* (falar francês não é inteligente) (CASIMIR, 2001).

Por outro lado, Jean Bertrand Aristide era *Titid*, do final da década de 80 e início da década de 90, aclamado popularmente em todo o território haitiano. No entanto, quando volta do exílio nos Estados Unidos, em 1994, ganha a alcunha política de “Harry Stid” (SMARTH, 2010), dada a sua rápida filiação ao pensamento ocidental de segurança nacional, de democracia, de gestão, etc. Seria seu primeiro grande enfrentamento popular do cálculo de sua identidade “nèg”. A rotinização de seu carisma, nos termos de Max Weber (1994), se inicia neste momento e ele mesmo, ao sentir este desgaste e a possibilidade de deixar de ser “nèg” para ser “Blanc” preferiu atuar nos bastidores políticos de sua sucessão presidencial de 1996, apoiando a candidatura de René Préval (ti René). O ponto sensível foi para Aristide, a partir daquele momento, resgatar sua condição política inicial de pertencer à comunidade haitiana sem recair nenhuma dúvida a respeito de sua condição de nèg. É possível imaginar que esta condição nunca foi plenamente restaurada, o que nos faz supor que o cuidado na preservação da identidade nèg é o principal legado político dos haitianos, tendo em vista que a condição de pertença ao Haiti jamais pode ser abandonada. Tal entendimento foi particularmente válido para o Conselho Eleitoral Provisório (CEP) do Haiti ao não homologar a candidatura de Wyclef Jean, famoso cantor de rap, por não viver no Haiti. Vê-se aí que os critérios oficiais de nacionalidade formal não garantem acesso político aos privilégios dentro da comunidade haitiana. As alegações oficiais resumiram-se ao fato de Wyclef Jean não residir no país nos últimos cinco anos (METROPOLE HAITI, 2010). Desde o meu ponto de vista, Wyclef Jean, apesar de negro e oficialmente haitiano, ele não é um “nèg” e portanto não “merece” compartilhar o universo de privilégios simbólicos e políticos. A força deste símbolo é determinante para a dinâmica de toda a vida social haitiana.

A visão de mundo dos “nèg” é, portanto, antagonica e antidialética com o Ocidente. Dessa forma, não advogo aqui por projetos de desenvolvimento e modernização do Haiti gestado pelos próprios haitianos. O simples fato de ter nascido em solo haitiano não garante a nenhum cidadão deste país mais direitos que os estrangeiros ou mais privilégios simbólicos que os oriundos de outras “raças” ou nacionalidades. O ponto de vista nativo (GEERTZ, 1997), em si mesmo, é uma generalização indevida, pois para o Haiti importa saber quem é este nativo, como é visto pelos outros e como ele constrói seu grau de

pertencimento à comunidade haitiana, sobretudo como cuida de sua identidade *nèg*. Para o contexto haitiano, a categoria *nèg* deve entrar definitivamente no lugar da categoria nativo, tal propalada de forma genérica pela tradição antropológica.

3. Raízes culturais da falência do Estado haitiano

O Caribe, por sua conformação cultural e histórico-colonial, aderiu de forma quase majoritária ao ideário ocidental de modernização, transformando-se ele mesmo em objeto de consumo para americanos, canadenses e europeus, em seus inúmeros *resorts* de luxo. No entanto, o Haiti é o único local que não conseguiu aderir a nenhum destes projetos de desenvolvimento adotados pela região. A hipótese para esta postura pode residir nas raízes culturais e no isolamento cultural da nação em relação aos demais países do mundo.

De acordo com a Fund for Peace (FUND FOR PEACE, 2010), o Haiti ocupa a 11ª. Posição do índice de falência do Estado⁴, num ranking de 177 países investigados. A insuficiência do Estado aumentou no período de 2009 a 2010 e a deterioração econômica, social e política pós-terremoto podem ter contribuído para o avanço das condições precárias do Estado. No entanto, de acordo com o Jean Casimir (2009, pp. 94-95), “àqueles que falam do Haiti como um estado falido, não se dão conta que *Saint-Domingue* também é uma colônia falida. A ingovernabilidade que parece caracterizar o estado haitiano é exatamente a mesma que tipifica a colônia francesa e que explica porque a metrópole a perde de forma lamentável⁵.”

Casimir contextualiza a falência da colônia em oposição à ideia historicamente construída que concebe o Haiti como a “pérola das Antilhas”. Para o autor, a peculiaridade da história de *Saint-Domingue* e do Haiti, comparada às ilhas circunvizinhas, reside no fato de a França não ter tido tempo de criar o negro, o seu negro. Não possuía os recursos para conseguir a miscigenação cultural dos africanos recém-chegados e muito menos para fomentar um rápido crescimento da população de cativos crioulos. Administrou a colônia sem conseguir cancelar a eficácia

⁴ Dentre os 12 indicadores que servem de base para a caracterização da falência do Estado, estão indicadores sociais, econômicos e políticos. Ver www.fundforpeace.org. Acesso em mar. 2011.

⁵ A tradução é minha.

das culturas vigentes, ou seja, a visão de mundo peculiar que caracteriza os recém-chegados (CASIMIR, 2009, pp. 92-93).

A própria ascensão política de Toussaint L'Ouverture, de ex-escravo ao cargo de governador-geral de *Saint-Domingue* e, por um curto espaço de tempo, Governador-geral de toda a *Hispaniola* (HOETINK, 1994; CESAIRE, 1968; C.L.R.JAMES, 2000) reflete a fragilidade do domínio francês à época.

Outro ponto importante de fragilidade do estado haitiano em seu período pós-colonial foi o pagamento de Jean Pierre Boyer à França à guisa de indenização pela independência. Para Casimir, este seria o pecado original haitiano que deu luz à dependência externa sem precedência, uma forma de agir político mais preferido das elites haitianas (CASIMIR, 2009).

4. O Haiti a partir da visão dos Blanc

De acordo com as observações do antropólogo Jean Casimir, para entender o Haiti, é preciso entender a construção histórica da categoria negro e de como a ideia de negro ocidental não deu certo para o Haiti (CASIMIR, 2009). Isto porque a fabricação colonial do negro ocidental sequer teve início na então *Saint-Domingue* colonial. Teve seu processo abortado por uma rebelião que nos termos de Casimir, sacudiu a ilha por 14 anos consecutivos (de 1790 a 1804). Segundo o autor, a produção do negro ocidental e de sua consequente submissão e aceitação tácita da inferioridade racial enfrentaram no Haiti a ausência de aparelhos ideológicos capazes de cumprir a tarefa de transformar a imagem do negro selvagem à do negro dócil, pacificado, submisso, e com a inferioridade racial incorporada às categorias do entendimento fez com que de modo curioso, o processo civilizatório haitiano adquirisse movimentos próprios, absolutamente isolados do resto da América, em que ideias de poder relacionadas à construção de um Império Negro (HOETINK, 1994) ganhassem prioridade na agenda de política externa do Estado haitiano nos 50 primeiros anos de independência⁶. A partir de uma leitura ocidental, simplista e ineficaz os primeiros líderes

⁶ Refiro-me especificamente à compra de escravos no Estado de Maryland (Estados Unidos), à ocupação de Samaná (República Dominicana) e à libertação dos escravos dominicanos no período de ocupação haitiano da parte espanhola da ilha (HOETINK, 1994).

políticos haitianos figuram na memória catalográfica ocidental de forma mitificada, associados à ideia de selvageria, tal como é relatada a personalidade de Jean Jacques Dessalines, primeiro presidente haitiano, autoproclamado Imperador. Na literatura dominicana conservadora, Dessalines é marcado por sua ascendência africana, antropofágica e decepadora de cabeças brancas no oeste do Caribe, tal como descreve Marrero Aristy:

“Todos los autores que hemos leído concuerdan en que la ferocidad infrahumana de Dessalines superaba a la de todos sus compañeros, que en muchos casos, no es poco decir. Las atrocidades de este negro ignorante comenzaron cuando mató a su propio amo, otro negro libre, cuyo nombre se apropió. Luego, al servicio de Biassou, cometió los más horrendos crímenes, entre ellos el degüello de 300 blancos, casi todos mujeres, niños y ancianos, cuyas cabezas cortó y colocó en igual número de estacas a guisa de adorno, para darle así la bienvenida a su jefe que estaba ausente del campamento.”

(MARRERO ARISTY, 1957)

Apesar de “a ferocidade infra-humana” com a qual os trabalhadores escravizados foram tratados pela empresa colonial francesa haver sido tematizada pela literatura disponível sobre o Haiti, como C. L. R. James (2000), Aimé Césaire (1968), entre outros, o horror ocidental advém da surpresa na descoberta de personalidades políticas haitianas cuja inferioridade racial não faça parte de suas “categorias elementares do pensamento” (DURKHEIM, 1996). A associação coletiva e imprópria da população haitiana a um conjunto de interpretações de caráter essencialista constitui o principal mote das manchetes midiáticas internacionais e retroalimentam a ideia de selvageria coletiva. Em 2004, em meio à crise política que engendrou a saída do Presidente Jean Bertrand Aristide e a aprovação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, MINUSTAH, os militantes políticos tanto pró como anti-Lavalas foram associados como a “Armada Canibal”, o que levou Gerard Pierre Charles a fazer a crítica à interpretação da mídia ocidental acerca da natureza política haitiana:

A decisão adotada pelo organismo internacional parecia corresponder ao reconhecimento do “direito de ingerência” preconizado há alguns anos por algumas nações como apropriado para situações excepcionais de crise e de incapacidade do Estado de assumir o poder ou de enfrentar um conflito agudo. Correspondia ao que parecia ser uma situação suscetível de desembocar no caos ou em uma guerra civil virtual. As imagens de vários grupos armados, difundidas em escala internacional, levaram a imprensa ao Haiti para “contemplar” as cenas da “Armada canibal” e outros espetáculos de sangue. (PIERRE CHARLES, 2006)

Ou ainda a própria mídia brasileira, por meio da Revista Veja, retratando o mesmo conflito trata os militantes políticos haitianos de modo ofensivo. Expressões como “se o país está hoje no fundo do poço, a culpa maior é dos próprios haitianos”. Ou ainda: “[O Haiti] É estudado nas academias como um caso de fracasso do esforço internacional em ajudar um país a se reerguer”. E “Dos haitianos (...) não dá para esperar nada” (VEJA, 3/03/2004).

O fatalismo da falência do Estado é o modo pelo qual os *blancs* costumam retratar o Haiti. Ainda de acordo com outra edição da Revista Veja, “a maioria dos países vê com desesperança a possibilidade de pôr ordem no Haiti, a nação mais pobre das Américas” – (Veja, 25/2/ 2004). Em outro momento, a mesma relatou o que segue:

Com a ajuda dos “batalhões” de favelados, [Aristide] intimidou adversários e elegeu-se presidente. No poder, perseguiu a oposição e governou com a turba na rua. Préval herdou os batalhões de favelados. E o populismo de Aristide. Como sempre, esses desmiolados são ótimos em destruir o que resta de civilização em sociedades primitivas como o Haiti. Construir não é com eles. (VEJA, Edição 1944, 22 de fevereiro de 2006).

O ato de ingerência externa (ação dos *blancs*) é visto com ressentimento tanto pela sociedade civil haitiana, como por grande parte dos intelectuais haitianos. Atitudes pontuais são significativas do lugar que a intervenção estrangeira ocupa no imaginário dos haitianos. Em 1998, quando Hillary Clinton realizou visita oficial ao Haiti, a CNN noticiou o descaso com que foi tratada pela população local. Tal dado foi sintetizado por uma estudante Nadezh Beaupin, de 18 anos mediante a seguinte expressão: “Why is she coming? What’s

she bringing us?” Para a sua chegada, noticiou o jornal, não houve nenhum aplauso⁷.

A 1ª. ocupação da MIF, em 2004, foi duramente criticada por Buteur Métayer e Guy Philippe, apontados como os responsáveis pela saída de Aristide. No dia 19 de maio deste mesmo ano, Métayer, presidente da Frente de Resistência Nacional (FRN), proferiu o seguinte as seguintes palavras em um discurso na Praça de Armas de Gonaïves, bastião da Independência Haitiana: “Abaixo a ocupação francesa, abaixo a França, fora brancos!”. Além disso, disse para a multidão: “Os brancos franceses nos humilham. Revistam nossas casas e nossos veículos¹”. Esta visão também é compartilhada por Guy Philippe, que critica a intervenção dos brancos em seu país.

5. Novamente nèg

A diferença mais importante entre os haitianos e as populações originais da América, Ásia e da África é que estes últimos grupos humanos convivem séculos e séculos antes de se encontrarem com o Ocidente, enquanto os haitianos nascem no processo de resistência ao genocídio e ao etnocídio. São inventados no seio do Ocidente e jamais existem por si só. Seu vínculo com a metrópole francesa é constitutivo e as minorias significativas não conseguem se imaginar sem este *alterego*. A entidade que os haitianos constroem diariamente se afasta do Ocidente, sem jamais completar o corte do cordão umbilical, mas que no cruzamento de caminhos, tudo indica que se fabrica uma identidade e uma solidão em uma estrada sem saída.

A chave deste baú de símbolos haitianos não está à disposição dos pesquisadores sobre o Haiti, mas revela um esforço em tentar começar um debate sobre o assunto me parece essencial, à medida que um diálogo acerca das categorias que organizam o sentido da noção de pessoa no Haiti, além de desafiador, pode contribuir para a qualidade dos projetos de cooperação internacional propostos ao Haiti, sobretudo na mudança de seu enfoque metodológico.

Este universo é dos mais interessantes: incide em um estilo de vida que se manifesta exclusivamente em kreyòl, com bases econômicas anti-industriais e bases alimentares muito naturais. No momento de

⁷ CNN, November 21, 1998.

minha pesquisa de campo, em 2007, meu filho, à época com apenas 5 anos, era alvo de chacotas nas ruas por parte das crianças haitianas que, às gargalhadas, observavam seus hábitos alimentares e maneiras de se comportar, bastante incomuns para as crianças do Haiti. Em um mundo anti-industrial e antiocidental, o estudante haitiano que acompanhou minha pesquisa ludibriava todos os códigos de conduta para que não estranhássemos a cultura haitiana. Uma destas ações consistiu em procurar um local em que refrigerantes fossem vendidos. Meu pequeno filho adorou e saiu à Champs de Mars empinando uma Coca-Cola várias vezes à boca. Cerca de 8 crianças o seguiram até onde puderam para observar talvez o hábito mais estranho que uma criança poderia ter. Estranhei aquela divertida perseguição e perguntei ao estudante haitiano se aquelas crianças gostariam que eu pagasse uma Coca-Cola para elas. O estudante negou enfaticamente e disse que elas não beberiam tal líquido, estavam apenas se divertindo. Meu filho, depois desta demonstração infalível de ocidentalidade certamente estava sendo visto como uma miniatura divertida de um Blanc. Também foi no Haiti que meu filho experimentou as mais sinceras demonstrações públicas da prática de dividir bens materiais. Um episódio em especial marcou esta experiência. O primeiro foi na Praça Boyer, em Petión Ville, famoso ponto de venda de pinturas haitianas. Enquanto me distraía vendo as belíssimas pinturas naïf, meu filho interagiu com invejável desenvoltura com outras crianças haitianas, que estavam na praça para pedir alguns trocados. Preocupada com o rumo das brincadeiras, que quase sempre levavam à correria no meio da rua, era sistematicamente advertida pelos pintores que eu não precisava me preocupar. Ao final da minha conversa com os pintores, chamei meu filho para irmos para casa e para minha total surpresa, ele viera carregado de moedas de gourdes. Achei um total absurdo o fato de meu filho pegar o dinheiro daquelas crianças e o fiz voltar e devolver o que tinha pego. Quando interroguei as crianças, fui alvo de muitas gargalhadas (minha atitude deveria ser totalmente incompreensível) e as crianças me informaram que elas haviam dado aquelas moedas voluntariamente. Meu filho, absolutamente satisfeito com a atitude dos colegas e vencedor daquela batalha, disse em tom natural que aqueles seriam seus melhores amigos.

Por fim, ser *nèg* passa por uma forte interpretação simbólica e como todos os contextos são fundamentais, nenhum elemento é desperdiçado

porque tudo pode fazer sentido em um universo que não conhecemos, como a cosmologia do vodu sugere, o grau de sustentação da categoria *nèg* é analisado caso a caso, pessoa a pessoa e não está sujeito a qualquer tipo de generalização. Dentro do contexto haitiano, isto significa que não está vedado a um branco ser um *nèg* e nem está garantido a um cidadão haitiano negro que ele será sempre visto como um *nèg*. As variáveis que vão atualizar o sentimento de pertença incidem em uma leitura global do grau de envolvimento com o vodu, com o kreyòl e com os costumes e hábitos haitianos. Um costume visto de forma muito negativa e associado a hábitos ocidentalizados e, portanto, de *blanc* é a ida frequente a supermercados como fonte de abastecimento da casa ou fonte alimentar. Existem poucos supermercados em Porto Príncipe, mas invariavelmente frequentados por cidadãos haitianos residentes no exterior por muitos anos ou por estrangeiros. De modo inadvertido, muitos estrangeiros alimentam a sua estrangeiridade e sua alteridade com simples idas ao supermercado, sobretudo diárias.

Uma das críticas que mais ouvi acerca do insulto que os soldados da Minustah inadvertidamente faziam diariamente à população haitiana, de todas as classes sociais, era ir constantemente a supermercados. Inúmeras pessoas me relatavam indignadas que o fato mais revoltante não era encontrar um soldado no banco para retirar ou enviar dinheiro, mas fazendo uso inútil de dinheiro em supermercados. Os haitianos apenas observavam o fluxo de entrada e saída nos supermercados e punham-se a imaginar que tipo de produtos eles estavam consumidos (certamente todos desnecessários). Um fato muito marcante para mim também foi quando um dos funcionários que trabalhavam na casa onde estava em Delmas 67, me acompanhou a ida a um supermercado. Tilulu apenas observava o modo como eu, meu filho e Amanda, na época estudante de graduação que acompanhou a pesquisa nos comportávamos no supermercado. A partir de minha leitura brasileira de que a felicidade das classes desfavorecidas seria o consumo, insisti com Tilulu para que ele pegasse qualquer coisa que fosse do seu agrado no supermercado. Surpreendentemente para mim, Tilulu não quis nada e nem se sentiu motivado a usufruir o que o supermercado podia oferecer-lhe. Na época, interpretei como timidez ou orgulho, mas a atitude de Tilulu o conecta a toda a rede simbólica haitiana antiocidental, às interpretações teóricas de Casimir

a respeito do processo histórico da formação do negro antiocidental no Haiti e reforça seu pertencimento à categoria *nèg*.

6. Desafios para a Cooperação no Haiti

Dito isto, as chances de a comunidade internacional interagir com o Haiti sem levar em conta um progressivo grau de aproximação aos valores que incluem os acontecimentos a partir do sentido que os próprios haitianos lhes atribui são muito baixas. Definitivamente, haitianos não cooperam com blancs. Retiram-lhes dinheiro, mas não cooperam. Quanto mais próximo simbolicamente do Haiti, mais chances de sucesso da cooperação internacional. Quanto maior o reforço à alteridade, maior a rejeição. Os temas desafiantes no Haiti são inúmeros, mas destacarei apenas dois: energia e educação. Vejamos como cada um deles poderia ser trabalhado com um pouco mais de sucesso.

Energia – uma cooperação modesta com o Haiti poderia ser feita por meio de envio de parafina às comunidades rurais. De acordo com Prospere (2010), a maior parte das comunidades rurais haitianas destroem as poucas árvores existentes no território haitiano, para que a partir do caule aberto, por dias, recolher a seiva da árvore para fazer velas. Velas no Haiti têm múltiplas funções: iluminar, agradecer os Iwa (deuses do vodu), etc.

Embora seja altamente desejável que a cooperação já tenha como foco a implantação de geradores de energia, seja de qualquer natureza, é possível pensar em projetos de cooperação mais emergenciais e viáveis, que podem frear o desmatamento no interior do Haiti.

Projetos de Desenvolvimento para a Educação – para a maior parte dos países ocidentais, a instrução é uma forma de educação. Observa-se uma complementaridade entre a família e a escola, ambas supostamente pertencentes ao mesmo universo de valores. No entanto, existe um grau importante de tensões e de conflitos que provém dos problemas internos destes sistemas e de suas relações com as outras dimensões da sociedade (CASIMIR, 2001). Para Casimir, no Haiti, a instrução e a educação constituem dois polos que se negam e se anulam mutuamente. Eles refletem, ao nível da percepção do mundo, as contradições e o divórcio

entre as classes dominantes e as classes dominadas. A escola e a família são duas inimigas juradas de morte, duas instituições dentro de estruturas culturais distintas. A escola é, para o universo da grande maioria dos haitianos estranha à “notré réalité” (CASIMIR, 2001, p. Vii). Ela cumpre o papel de transmitir a vida ocidental e verte-se em um mecanismo de deformação e deculturação (CASIMIR, 2001, p. Vii).

Os esforços de reduzir o analfabetismo no Haiti são anulados nos espaços haitianos, tanto pela inexistência de recursos materiais adequados, mas sobretudo pela resistência popular (CASIMIR, 2001). O provérbio haitiano “pale franse pa lespri” (falar francês não é inteligente), já retratado neste artigo entra em rota de colisão com o idioma adotado nas escolas haitianas. O Ocidente não consegue definir o camponês haitiano e todas as tentativas de ocidentalização são consideradas como *pseudo*, já que todas as raízes culturais repousam no mundo rural, no verdadeiro Haiti, um lugar em que todas as contradições do mundo fazem sentido. Existem inúmeros mecanismos culturais que protegem a vida a cultura camponesa contra as ameaças dos setores urbanos, como o vodu e o kreyòl. Trata-se de um mundo cultural diferente, uma formação anterior à cultura ocidental. A escolarização das crianças, por exemplo, para grande parte dos haitianos engendra uma série de problemas insustentáveis que afeta a posição social global de cada indivíduo no mundo rural.

Talvez um dos principais erros da política nacional e internacional da instrução pública no Haiti consistiu em supor que a situação atual é um momento passageiro dentro de um processo de ocidentalização gradual e inevitável. Esta lógica é, em si, mesma, uma forma de excluir a cultura haitiana dos objetos de estudo que precisam ser cuidadosamente estudados como condição necessária de uma intervenção qualificada. De nenhuma maneira, no Haiti, será possível repetir “boas práticas” de escolarização oriunda de outros cenários mundiais. A técnica da escolarização em massa, será para o Haiti, a desculturação ou a destruição e a impotência sistemática da cultura local. Tudo que os camponeses puderem fazer para restituir o sentido do mundo, eles farão, por meio do culto vodu e em kreyòl. A questão central para o camponês haitiano é: como difundir a instrução nos contextos em que ela repugna todas as formas de organização? (CASIMIR, 2001, p.xi). Dentro do Estado haitiano, em que 90% da população responde a esta lógica, uma política de instrução pública, será, necessariamente tirânica.

Considerações Finais

A utopia haitiana que remonta ao mito original de criação da nação haitiana – de que apenas um nêg vai resolver os problemas do Haiti é uma aposta sincera, muito profunda, mas o investimento coletivo que se fez para que esta utopia se tornasse real fez com que surgissem líderes como Duvalier e Aristide ao poder e um desencantamento muito forte, uma tensão importante entre o que efetivamente um nêg pode fazer pelo desenvolvimento do Haiti, mas não abala a certeza da não colaboração aos projetos vindos de fora.

A comunidade internacional tem plenas condições de propor soluções sustentáveis para o Haiti desde que priorize a compreensão da cultura como única alternativa para a cooperação. A sociedade haitiana é altamente fragmentada, dados os processos históricos, políticos, culturais e geográficos e as soluções precisam ser igualmente fragmentadas (uma solução para Jacmel, outra pra Gonaïves, outra o Cabo Haitiano, outra para Saint Marc, etc.). Diferentes soluções para diferentes comunidades, porque não há unidade nacional suficiente para que se proponha uma solução equânime para todo o território haitiano. Por exemplo, as comunidades que fazem fronteira com a República Dominicana são muito distintas das comunidades ao sul ou ao noroeste da ilha. O isolamento do Haiti do resto do mundo foi o *modus operandi* reproduzido dentro de cada província, é a forma como o Haiti encontrou para existir. Então, cada província responde de modo diferente à influência estrangeira e às possibilidades de cooperação e ocidentalização. Então, para cada contexto, é preciso que a comunidade internacional se esforce para apresentar propostas diferenciadas porque o Haiti é uma comunidade política fragmentada.

O pressuposto evolucionista precisa ser abandonado para que uma cooperação efetiva da comunidade internacional tenha algum sucesso. Não se trata de classificar o país a partir de categorias como atraso, ou subdesenvolvimento, etapas que um país emergente como o Brasil viveu há algumas décadas e conseguiu superar rumo ao desenvolvimento, mas entender que este país não vai superar etapas predeterminadas pelo pensamento evolucionista ocidental. O pensamento evolucionista supõe uma única linha de desenvolvimento global, a partir da qual todos os países chegarão ao mesmo estágio

de civilização. O que os separa seria apenas uma questão de tempo. O problema é que o Haiti não se enquadra nas categorias tradicionais de selvageria, tal como alguns antropólogos classificaram algumas tribos da África. Ele é, em si mesmo, um produto do Ocidente, criado a partir de um colonialismo predador e é também sua principal antítese antidialética (pelo menos até o momento). Uma manifestação muito curiosa que aponta as contradições do Ocidente, sem ser englobado por ele ou mesmo criar qualquer paralelo.

Haiti and development projects: between isolation and westernization.

Abstract: One of the central challenges for contemporary Haiti is building, by the sustainable way, a project of national society able to encompass the local differences and consolidate an horizontal national project, in terms of Benedict Anderson (1991), countless times aborted. Although officially the haitian State has completed 207 years, the construction of the nation did not follow the process of formation of the State, itself sprung in a fragmented way. To understand the reasons for the fragmentation policy, internal divisions and the external dependence, the article associates the inefficiency of the development projects in Haiti with the logic of haitian culture, averse to westernization. The main argument of the text is that all development projects presented by the international community for Haiti tacitly require a haitian westernization as *sine qua non* condition for its success, which comes immediately in collision with the categories that organize the sense of social life haitian, historically constructed away from the western ideals. Haiti is isolated culturally in the entire american continent, without managing to make parallel with Latin America or Africa. From this premise, the development projects in Haiti must necessarily incorporate the assumptions which inform the logic of the haitian thought, almost all extraneous to the westernization.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

BALAGUER, Joaquín. *La Isla al Revés, Haití y el Destino Dominicano*, Santo Domingo, República Dominicana: Edit. Librería Dominicano, 1984.

BAUD, Michael et alli. *Etnicidad como Estrategia en América Latina y el Caribe*, Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 1996.

BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina: Breve Historia*, Editorial Nueva Sociedad, 1996.

CAMBEIRA, Alan Belén. “Historical and Cultural Connections: La République d’Haiti and La República Dominicana” In: *The Dominican Republic in Historical and Cultural Perspective*, New York: M. E. Sharpe Publishers, 1997.

CASIMIR, Jean. *La culture opprimée*. Port-au-Prince - Haiti: Imprimerie Media – Texte, 2001.

_____. *Pa Blye 1804, Souviens – toi de 1804*. Port-au-Prince – Haiti: Imprimerie Lakay, 2004.

_____. *Libète, egalite...sou wout fratènite*. Port-au-Prince: Presses Nationales d’Haïti, 2005.

_____. *Haïti et ses élites: L’ interminable dialogue de sourds*. Port-au-Prince: Editions de l’ Université d’ État d’ Haïti, 2009.

CÉSAIRE, Aimé. *Toussaint Louverture*, La Habana, Cuba: Instituto del Libro, 1967.

CHANLATTE, Antonio. “*Al Gobierno Francés y a Todos los Amigos de la Soberanía Nacional y del Orden*”. Santo Domingo, 20 de Prairial, Año VIII (9 de junho de 1800) (Ed.) Emilio Rodríguez.

DANTICAT, Edwidge. *Cosecha de Huesos*, Barcelona: Lúmen, 2000.

Demorizi, *La Era de Francia em Santo Domingo*. Ciudad Trujillo: Academia Dominicana de la Historia, 1955.

DIEDERICH, Bernard e AL BURT. *Papa Doc et Les Tontons Macoutes*. Port-au-Prince, Haiti: Imprimerie Henri Deschamps, 1986.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FANON, Frantz. *Peau Noire, Masques Blancs*, Paris: Editions du Seuil, 1952; *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

_____. *Los Condenados de la Tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HENRY, Paget. *Caliban's Reason: Introducing Afro-Caribbean Philosophy*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 2000.

HOETINK, Harry. *Santo Domingo y el Caribe: Ensayos sobre Historia y Sociedad*, Santo Domingo, República Dominicana: Fundación Cultural Dominicana, 1994.

_____. *Caribbean Race Relations: A Study of Two Variants*, London: Oxford University Press, 1967.

HOFFMAN, Leon-François. “Slavery and Race in Haitian Letters” In: *Caribbean Review*, 9 (2): 28-32, 1980.

JAMES, C.L.R. *Os Jacobinos Negros*. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

MANIGAT, Mirlande. “Los Derechos Humanos en la Constitución Haitiana de 1987” In: TEJEDA, Eddy (Ed.) *El Derecho a una Vida Digna*, Santo Domingo, República Dominicana: FLACSO, 2002.

MARRERO ARISTY, Ramón. *República Dominicana: origen y destino del pueblo cristiano más antiguo de la América*, Ciudad Trujillo, República Dominicana: Ed. Del Caribe, 1957.

MURRAY, Gerald F. “*Bon-Dieu* e os ritos de passagem no Haiti rural: determinantes estruturais da teologia e dos rituais pós-coloniais” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, no. 19, 1990.

NICHOLLS, David. *From Dessalines To Duvalier: Race, Colour and National Independence in Haiti*. New Brunswick, NJ: Rutgers Univ. Press, 2000.

PONGNON, Vogly Nahum. Election Haïtienne - Présidentielles de Novembre 2010. Brasília: Revista Universitas - Relações Internacionais, Vol. 8, Nº. 2, 2010.

PRICE-MARS, Jean. *Así Habló el Tío*, Santo Domingo, República Dominicana: Ed. Manatí, 2000 (tradução do original *Ainsi parla l'oncle* publicado em 1928).

RODRÍGUEZ DEMORIZI, Emilio (Ed.) *Cesión de Santo Domingo a Francia*. Ciudad Trujillo, República Dominicana: Archivo General de la Nación, 1958.

_____. *Invasiones Haitianas de 1801, 1805 y 1822*. Ciudad Trujillo, República Dominicana: Academia Dominicana de la Historia, 1955.

_____. *La Era de Francia en Santo Domingo*. Ciudad Trujillo, República Dominicana: Academia Dominicana de la Historia, 1955.

ROSA, Renata de Melo. “A Noblesse Haitiana nos Duzentos Anos de Império Negro” In: CABRERA, Olga; ALMEIDA, Jaime (orgs.) *Caribe: Sintonias e Dissonâncias*. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

SILIE, Rubén. “Población y Esclavitud en Santo Domingo, en el Siglo XVIII”, *Revista Investigación y Ciencia*, Universidad APEC, Año 1, No. 1, 1986.

_____. “Esclavage et Prejuge de Couleur en Republique Dominicaine”, *Revue Franco-Haitienne, Conjonction* no. 147, 1980.

_____. INOA, Orlando e ANTONIN, Arnold (ed.) *La República Dominicana y Haití frente al futuro*, Santo Domingo, República Dominicana: Ediciones FLACSO-Programa República Dominicana, 1998.

_____. SEGURA, Carlos e DORE CABRAL, Carlos (editores), *La Nueva Inmigración Haitiana*, Santo Domingo, República Dominicana: Ediciones FLACSO – Programa República Dominicana, 2002.

SMARTH, Rosny. “Crise, movimento popular, intervenção estrangeira e a presença da América Latina e do Brasil no Haiti”. Brasília: Revista Universitas - Relações Internacionais, Vol. 8, Nº. 1, 2010.

_____. “Intervenções estrangeiras e a presença da América Latina e do Brasil no Haiti”. Brasília: Revista Universitas - Relações Internacionais, Vol. 8, Nº. 1, 2010.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou”. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, nº. 86, março de 2010.

TROUILLOT, Michel-Rolph. “The Caribbean Region: An open frontier in anthropological theory”, *Annual Review of Anthropology* 1992, 21, pp. 19-42.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1994.

<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>